



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC  
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

**JOSÉ DE PAIVA REBOUÇAS**

**ENSINO DO JORNALISMO: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA  
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO DA UERN**

**MOSSORÓ - RN  
2018**

**JOSÉ DE PAIVA REBOUÇAS**

**ENSINO DO JORNALISMO: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA  
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO DA UERN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio do Grande do Norte – UERN, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

**ORIENTADOR:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Francisca de Fátima Araújo Oliveira

**MOSSORÓ - RN  
2018**

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

R292e    Rebouças, José de Paiva  
          ENSINO DO JORNALISMO: DESAFIOS DA  
          IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR DO  
          CURSO DE JORNALISMO DA UERN. / José de Paiva  
          Rebouças. - Mossoró, 2018.  
          147p.

          Orientador(a): Profa. Dra. Francisca de Fátima Araújo  
          Oliveira.

          Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação  
          em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do  
          Norte.

          1. Programa de Pós-Graduação em Educação. I.  
          Oliveira, Francisca de Fátima Araújo. II. Universidade do  
          Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

**JOSÉ DE PAIVA REBOUÇAS**

**ENSINO DO JORNALISMO: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA  
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO DA UERN**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no POSEDUC – Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, pela comissão de professores:

Aprovada em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca de Fátima Araújo Oliveira  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Ailton Siqueira de Sousa Fonseca – UERN  
(1º Examinador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro da Silva Batista - UFERSA  
(2º Examinadora)

Ao curso de Jornalismo da UERN

## **AGRADECIMENTO**

À minha mãe Maria Mercês de Paiva que por algum motivo me mandava estudar;

Às minhas filhas, Clara e Clarice para quem luto com todo o amor diário;

À minha esposa Regiane de Paiva que me motiva com toda a sua autoestima;

À professora Fátima Araújo que disse sim à minha primeira ideia, segurou minha mão e me trouxe até aqui;

Ao professor Dr. Gilson Ricardo de Medeiros Pereira que foi justo e afetivo em suas decisões;

À Ailton Siqueira que tem sido um amigo importante, mesmo sem termos intimidade ou larga convivência. Diz o que precisa dizer e contribui com a minha educação diária.

À professora Ana Aires que é um exemplo de educação e afetividade;

À professora Socorro Batista que aceitou embarcar na caminhada assumindo os riscos do final da jornada e me trazendo a força da luta nas mãos e nas palavras;

Aos professores que tentaram me desmotivar e assim me tornaram mais firmes;

À UERN que sempre será parte de mim.

Todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer e essa circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade de ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que todo ato de conhecer faz surgir um mundo (MATURANA e VARELA, 2001, p.31).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apontar os desafios para a implantação da nova Matriz Curricular do curso de Jornalismo, bacharelado, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), implantada após a aprovação em 2013 das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que ampliam a carga horária total do curso, das atividades complementares e torna obrigatório o estágio supervisionado. Essas mudanças provocam alterações representativas no Ensino de Jornalismo e promovem nova perspectiva na condução formadora dos novos egressos, ao passo que exigem uma modernização teórica e estrutural nos cursos, forçando-os a superar limitantes significativos neste novo processo. Nossa investigação caminhou sobre este viés partindo de um levantamento bibliográfico sobre o tema, oferecendo uma visão a respeito da formação a partir da ideia de Emancipação e realizando uma análise apurada dos documentos norteadores. Através de entrevistas semiestruturadas, confirmamos dados e reforçamos evidências. Os dados da pesquisa revelam que são inúmeros os desafios do curso investigado, tanto pela dificuldade de manter atualizados seus equipamentos e laboratórios, quanto pela necessidade de contratação de professores, bem como da mudança de paradigma na visão do corpo docente que precisa focar suas leituras e pesquisas especificamente para o campo puro do Jornalismo, que agora não é mais uma habilitação do curso de Comunicação Social. Concluímos focando o caráter formativo dos indivíduos numa perspectiva de emancipação, observada neste trabalho como condição indissociável da construção de indivíduos livres construtores de um ambiente real e democrático.

Palavras-chave: DCNs. Matriz curricular de Jornalismo. Emancipação. Desafios.

## RESUMEN

Esta investigación tiene el objetivo de apuntar los desafíos para la implantación de la nueva Matriz Curricular del curso de Periodismo, de la *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)*, implantada después de la aprobación en 2013 de las nuevas *Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)* que amplían la carga horaria total del curso, de las actividades complementarias y exige que la práctica supervisada sea obligatoria. Esos cambios provocan modificaciones representativas en la Enseñanza del Periodismo y promueven nueva perspectiva en la conducta formadora de los nuevos egresados, al paso que exigen una modernización teórica y estructural en los cursos, haciéndoles superar límites significativos en este recién proceso. Nuestro estudio partió de un recorrido bibliográfico sobre el tema, ofreciendo una visión acerca de la formación a partir de la idea de Emancipación y realizando un análisis apurado de los documentos de los cuales nos orientamos. A través de entrevistas semiestructuradas, confirmamos datos y reforzamos evidencias. Los datos de la investigación revelan que son muchos los desafíos del curso investigado, tanto por la dificultad de mantener actualizados sus equipamientos y laboratorios, cuanto por la necesidad de contratación de profesores, como el cambio de paradigma en la visión del cuerpo docente que precisa dirigir sus lecturas y estudios específicamente para el campo del Periodismo, que ahora deja de ser una simple habilitación del curso de Comunicación Social. Concluimos observando el carácter formativo de los individuos en una perspectiva de emancipación, observada en este trabajo como condición indisociable de la construcción de individuos libres constructores de un ambiente real y democrático.

Palabras clave: DCNs. Matriz curricular del Periodismo. Emancipación. Desafíos.

## LISTAS

### LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Normas utilizadas por Luis Antônio Marcuschi para transcrição de entrevistas.....	25
<b>QUADRO 2</b> – Componentes curriculares aproveitados na nova matriz curricular do curso de Jornalismo, bacharelado.....	86
<b>QUADRO 3</b> – Componentes curriculares fornecidos por outros departamentos na nova matriz curricular do curso de Jornalismo, bacharelado.....	87

### LISTA DE ABREVIATURAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa.

AM: Amplitude Modulada.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CES: Câmara de Educação Superior.

CIESPAL: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina.

CNE: Conselho Nacional de Educação.

CONAR: Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária.

CONFECOM: Conferência Nacional de Comunicação.

CONSEPE: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

COMPÓS: Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

DAD – Departamento de Administração

DCSP – Departamento de Ciências Sociais e Política

DFI – Departamento de Filosofia

DHI – Departamento de História

DLE – Departamento de Línguas Estrangeiras

DLV – Departamento de Letras Vernáculas

DEJOR: Departamento de Jornalismo.

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais.

ECA: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

ENECOS: Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social.

EUA: Estados Unidos da América.

E1: Entrevistado 1.

E2: Entrevistado 2.

E3: Entrevistado 3.

FACENE: Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança.

FAFIC: Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais.

FENAJ: Federação Nacional dos Jornalistas.

FNPJ: Fórum de Professores de Jornalismo.

FM: Frequência Modulada.

IES: Instituições de Ensino Superior.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFRN: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

INTERCOM: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC: Ministério da Educação.

POSEDUC: Programa de Pós-Graduação em Educação.

PPC: Projeto Político e Pedagógico do Curso.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

SESu: Secretaria de Educação Superior.

SBPJor: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

SBT: Sistema Brasileiro de Televisão.

STF: Supremo Tribunal Federal.

SISU: Sistema de Seleção Unificada.

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso.

TCM: TV Cabo Mossoró.

UERN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

UCB: Universidade Católica de Brasília.

UFC: Universidade Federal do Ceará.

UFERSA: Universidade Federal Rural do Semi-árido.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UNB: Universidade de Brasília.

UNIRB: Faculdade Regional da Bahia.

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

UNP: Universidade Potiguar.

UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – O INÍCIO DA CAMINHADA: QUANDO A INVESTIGAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA .....</b>	<b>13</b>
1.1 PRIMEIROS PASSOS .....	14
1.2 PERCURSO DOS PASSOS.....	21
1.2.1 Montando as entrevistas semiestruturadas .....	24
1.2.2 Estrutura do trabalho .....	27
<b>2 DCNs DO JORNALISMO: AUTÓPSIA DE UMA ESTRUTURA VIVA.....</b>	<b>29</b>
2.1 PERCURSO, DIÁLOGO E DIVEGÊNCIA PARA AS DCNs .....	29
2.1.1 Um sobrevoo por dentro das DCNs.....	35
2.2 ACEITAÇÃO E DÚVIDA: OS ESTUDOS SOBRE AS NOVAS DCNs.....	47
2.2.1 Dossiês DCNs: a crítica e a resistência .....	51
2.2.2 Epistemologia própria e afirmação profissional.....	59
<b>3 CONHECIMENTO, CURRÍCULO E EMANCIPAÇÃO.....</b>	<b>65</b>
3.1 CURRÍCULO, PROPOSTA E APOSTA.....	65
3.2 EMANCIPAÇÃO, UMA LEI PARA SI MESMO. ....	71
3.3 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E SABEDORIA.....	77
<b>4. OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA MATRIZ CURRICULAR.....</b>	<b>82</b>
4.1 CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO DA UERN	82
4.2 – A MATRIZ NA VISÃO DOS PROFESSORES.....	93
4.2.1 Os limites do corpo docente .....	94
4.2.2 Estrutura técnica e tecnológica.....	96
4.2.3 Equilíbrio entre teoria e prática, ao menos no papel. ....	98
4.2.4 A emancipação reduzida ao empreendedorismo .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>120</b>

## **CAPÍTULO 1 – O INÍCIO DA CAMINHADA: QUANDO A INVESTIGAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA**

O mundo está mudando muito rapidamente e uma das formas de perceber isso é pela comunicação. É fato que hoje não nos restringimos apenas à televisão, ao rádio e ao jornal impresso quando queremos saber algo. Os meios digitais e virtuais lançam um turbilhão de informações e criam um novo cenário comunicacional dúbio, às vezes positivo, mas em muitos casos não. No meio disso tudo, reside o profissional jornalista que segue cumprindo sua função, apesar das muitas incertezas da área e do mercado, mas, sobretudo, da tentativa de banalização de seu objeto de trabalho: a notícia. Diante deste cenário de transformações, a universidade reage propondo mudanças estruturais em sua forma de atuação, recomendando, com auxílio do governo, mudança no currículo do curso de Jornalismo, tornando-o autônomo e possibilitando o debate de fortalecimento da criação de um campo próprio, independente da Comunicação Social. Isso acontece com a aprovação, em 2013, das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Jornalismo, bacharelado, e, conseqüentemente, com a mudanças nas matrizes curriculares dos cursos no Brasil.

É este cenário que interessa à nossa pesquisa, uma vez que estas mudanças oferecem uma perspectiva significativa no estabelecimento da atuação do jornalista, por meio dos novos debates e futuras investigações, como também na formação de egressos por meio de um currículo exclusivo, com mais horas, mais pesquisa e efetivação do estágio curricular obrigatório. Neste sentido, investigamos quais os desafios da implantação da nova Matriz Curricular do curso de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), considerando que as alterações no currículo geram uma série de interrogações, pois a menor das mudanças pode alterar a rotina, a forma de atuação e a representação de qualquer estrutura estabelecida.

Oferecemos um longo percurso de debate e análise dos processos e documentos bases no decorrer deste caminho, sobretudo no que se refere à pesquisa mais atual. Contudo, seguimos este trajeto focando no viés emancipatório, apontando este conceito como luz sobre a formação do sujeito no âmbito educacional, conduzido pela determinação dos documentos escolares norteadores, representados pelo currículo. Para isso, teremos como base o pensamento de Adorno (2005) em que pese a discussão sobre emancipação como elemento de consciência, racionalidade e formação humanística.

## 1.1 PRIMEIROS PASSOS

A escolha deste objeto de estudo se deu a partir das minhas vivências profissionais. Me tornei jornalista desde que me compreendo trabalhador. Comecei a atuar nesta área antes mesmo de entrar na universidade quando, em 2002, a necessidade de um emprego me lançou à redação da rádio Vale do Apodi, Rádio AM, localizada no município de Apodi/RN. Sob orientação do jornalista José Eudo, então diretor, descobri, executando aquela função nova, certa afinidade com a produção da notícia e opinião pública por meio dos microfones. Um ano após, mesmo não tendo qualificação acadêmica, me foi dada a oportunidade de assumir a chefia de redação, resultado de meus esforços e destaque na minha atuação dentro do espaço jornalístico.

O contato com o radiojornalismo me levou à tão sonhada redação do jornal impresso cinco anos mais tarde. No Jornal de Fato, em Mossoró/RN, expandi meus conhecimentos atuando na editoria de Estado, lugar em que me permitia vasculhar os municípios em busca de notícias e furos de reportagem. Minha relação com o jornalismo, no entanto, enraizou-se efetivamente a partir de 2009, quando fui aprovado no vestibular e ingressei no Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Em 2012, assumi a chefia de redação e a editoria de política do De Fato com muito mais propriedade de quando tinha assumido o mesmo cargo na emissora de rádio. O fato de eu atuar, de maneira paralela, na assessoria de imprensa de algumas prefeituras do Oeste e no terceiro setor, junto à comunidade campesina daquela região, ampliaram ainda mais minha visão sobre o contexto profissional em que estava inserido e estudava ao mesmo tempo.

A partir de 2014, já formado, deixei o jornal para assumir a Gerência Executiva de Comunicação da Prefeitura de Mossoró, na gestão Francisco José Júnior, e, dois anos mais tarde, aceitei o cargo de secretário municipal de Comunicação. Considero este período como o mais rico de aprendizado na prática jornalística até então, pois a posição de gestor me fez ver um outro lado da atuação profissional e da construção noticiosa. De repórter, passei a fonte; de formador de opinião, me tornei defensor de um projeto político na esfera pública. Conhecia a realidade do trabalhador do rádio e do impresso, tinha vivido a dificuldade de trabalhar em pequenas assessorias e conhecia bastante a influência que pode ter um jornalista no meio político. Agora na Prefeitura, precisava conviver com meus pares numa condição política de gestão, ao mesmo tempo que me

mantinha jornalista por formação e experiência. Era minha responsabilidade informar sobre a administração, mas também mediar a informação (no sentido de orientação dos fatos) antes que ela fosse transformada em notícia. Esta interação me permitiu conhecer, por outro ângulo, um pouco mais a perspectiva de produção dos meios e suas influências editoriais, e isso me revelou as muitas fragilidades de minha classe, como também as minhas. Este cenário me colocou pensativo sobre a deontologia profissional do jornalista, seu lugar no contexto social, sua atuação na prática e percepção da ação singular da informação. Conhecia, em parte, as motivações pessoais, entendia a necessidade de alguns em fazer da notícia uma arma de sobrevivência, mas não compreendia como estas duas coisas andavam juntas à formação acadêmica recebida por muitos dos meus colegas. Cheguei a me questionar quantas vezes havia me colocado em situação semelhante em conjunturas anteriores e isso me limitava a ajuizar valores sobre o outro. Questão perseguidora que me fazia pensar sobre os vieses capazes de delinear as circunstâncias de atuação profissional do meu grupo.

Ao deixar o cargo na Prefeitura, tinha uma ideia geral do que pretendia investigar em um futuro trabalho de pesquisa. Imaginava o comportamento profissional adotado pelo meio como parte de uma crise que se institucionalizava em todos os setores do mercado e das relações tradicionais há pelo menos uma década, sendo o Jornalismo uma grande vítima. O envelhecimento dos processos, mudança lenta do cenário profissional e dúvidas quanto aos novos meios emergentes de comunicação reforçavam minhas inquietações. Em 2015, no entanto, o fechamento repentino de dois jornais e de outras redações no município de Mossoró/RN, amplificaram a opinião de muitos críticos acerca do futuro do Jornalismo, como também confirmaram algumas de minhas preocupações. Por outro lado, havia-se aberto uma vala profunda na forma como eu percebia os fenômenos da área, já que aqueles acontecimentos mudavam a visão sobre os cenários. O profissional limitado pelos portões das editorias, o fisiologista e o empresário, todos observados por mim antes e após a minha chegada à Prefeitura, estavam agora na mesma embarcação, afundando nas incertezas concretizadas pela ação mobilizadora do cenário de mudança global.

Neste mesmo período, contrariando o percurso circunstancial dos acontecimentos, não só de Mossoró/RN, mas de todo o Brasil, a UERN anunciou a renovação do curso de Comunicação Social, tornando o Jornalismo, (assim como Publicidade & Propaganda e Radialismo) um curso independente. Esta decisão aconteceu após a aprovação, em 2013, das novas Diretrizes Curriculares Nacionais

(DCN) para o ensino de Jornalismo, por meio do Parecer CNE/CES 39/2013<sup>1</sup>, de 20 de fevereiro do citado ano, que oferece um olhar mais atento ao contexto atual das novas formas de comunicação e ao movimento perpendicular do mercado e sua lógica capitalista. As novas diretrizes devolvem ao Jornalismo o lugar perdido desde 1969 quando foi reduzido a uma habilitação do curso de Comunicação Social. Não se trata apenas de um documento recheado de orientações formais, mas um caminho auspicioso para a construção de novas matrizes que busquem oferecer maior equilíbrio entre teoria e prática, entre o esperado e a realidade da vida além da sala de aula. Conduz o estudante a se apropriar das novas ferramentas e tecnologias em desenvolvimento no mercado, torna a universidade mais próxima da realidade do contexto do próprio aluno e da comunidade que a cerca e oferece liberdade para a construção de um currículo voltado a uma formação mais autônoma e empreendedora.

Esta movimentação curricular, no entanto, não representa nenhuma certeza ao cenário de redução dos espaços mercadológicos, nem solução para o desemprego que gera grande insegurança na cabeça dos jornalistas, nem para agora nem para o futuro. Não faz isso porque não é esta a sua função, nem o seu propósito e isso torna o tema ainda mais curioso. Apesar das incertezas do meio, vivemos um momento de ebulição comunicativa a partir dos adventos da nova tecnologia, questão que precisa ser considerada, não como solução ou resposta às angústias particulares, mas como indicativo de possível arregimentação futura do meio. A universidade cumpre, a partir desta iniciativa, o seu papel modernizador de pensar o futuro, de arrebanhar instrumentos e abrir novos caminhos, principalmente para nós, jornalistas, presos em nossas próprias aflições. A dicotomia surgida diante deste paradoxo, me pareceu oportuna para entender como este processo se dará no âmbito da realidade, tendo a meu favor a possibilidade de entrar em um campo novo, embora vasto, além do conhecimento proximal da realidade do meu *locus* de pesquisa, já que fiz parte dele e continuo mantendo proximidade. Como egresso do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo (2009-2013), trago comigo parte daquela realidade experienciada, pois estes momentos são intrínsecos na construção de minha formação profissional e memória afetiva.

---

<sup>1</sup> Parecer CNE/CES 39/2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13063-pces039-13-pdf&category\\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13063-pces039-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 16 de julho de 2017.

O “como” a mudança seria feita tornou-se um desejo possível de perseguir. A partir de então, a aprovação no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN) tornou a busca por resposta admissível e realizável. Agora, não mais sozinho, saí da singularidade do desejo para ocupar um espaço coletivo de construção do conhecimento. Com o apoio da professora Dra. Francisca de Fátima Araújo Oliveira, encontrei o norte que precisava para dar o primeiro passo. Deste ato em diante, sob a luz da Teoria Crítica, passamos a nos aproximar de uma ideia que nos trouxe claro um objeto factível, não sem antes olharmos atentos as circunstâncias em que o Jornalismo e o Ensino de Jornalismo estão mergulhados. Os levantamentos e indagações feitas neste percurso nos aclarou qual caminho seguir, pois ao mirarmos nossa atenção para o currículo, também estávamos olhando para todas as outras questões: deontológicas, de mercado, de expectativa de futuro, etc.

A universidade é o lugar de concentração dos debates e aprofundamentos dos fenômenos sociais, porém, há muito, Meditsch (2012) vem denunciando que a conjugação entre os interesses do capital e os setores da ciência forçam o barateamento da universidade e coloca o Jornalismo à prova, frente às determinações econômicas. Em seu entendimento, a universidade vive a distância da realidade e inverte o verdadeiro método de conhecimento, partindo da teoria para a prática, quando deveria atuar exatamente de maneira oposta. A consequência disso é a negação da realidade e, como parte dela, a negação do Jornalismo (MEDITSCH, 2012). A universidade é o espaço constitutivo da formação do jornalista, mas quando se afasta da prática, acaba formando um profissional vulnerável às implicações do seu próprio mundo. Neste cenário, em que o modelo tradicional de mídia é afetado pelas modificações nas estruturas comerciais e surgimento de novos canais e plataformas de comunicação advindos da internet, estas implicações parecem ainda mais aparentes. Não é de hoje que diferentes pesquisadores apontam e refletem a respeito de uma crise do Jornalismo no ocidente (CORRÊA, 2006; LEAL *et al*, 2014; ANDERSON *et al*, 2013; VARGAS, 2015:), mas as raízes desta crise estão relacionadas a uma série de circunstâncias socioculturais contemporâneas, responsáveis pelo aparecimento das novas formas de produção e circulação de saber (LEAL *et al* 2014), o que nos permitiu questionar os propósitos da própria produção da informação e o papel do Jornalismo na sociedade contemporânea (CORRÊA, 2006).

No âmbito do mercado, os profissionais se dividem entre apocalípticos e esperançosos. Os primeiros acreditam que o modelo que conhecemos de Jornalismo não se sustenta mais, pois dará lugar a outras maneiras de comunicação que não

necessariamente precisam do jornalista, ou ao menos, de um jornalista com graduação específica na área. Já o segundo grupo, tenta importar formas de redefinir o Jornalismo para transformá-lo em algo que tenha estruturas líquidas e consiga se adequar às exigências em desenvolvimento do mercado. No âmbito acadêmico essas ideias tomam forma a partir das diversas linhas de discussão, sendo uma das principais a implantação das novas DCNs. À medida que, para muitos, é uma forma de reconstruir o Jornalismo como área profissional, pode ser vista também como campo de saber. Porém, esta não é a primeira tentativa de modernização do Ensino de Jornalismo nos últimos 70 anos e isso reforça ainda mais nossa curiosidade em relação a estas mudanças em momento de desaparecimento dos espaços de trabalho em todo o território nacional.

Seria um erro imprimir um discurso negativo sobre a aplicação das novas DCNs frente à sua perspectiva positivista, mas não se pode negar que sua base ainda é fundada na estrutura econômica global, cujo “travamento da experiência deve-se à repressão do diferenciado em prol da uniformização da sociedade administrada, e à repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado” (MAAR, 2005, p. 25). O novo currículo chega com a promessa de assegurar maior equilíbrio entre teoria e prática, autorreflexão e capacitação técnica, mas para que isso se torne possível traz uma série de requisitos e exigências no que diz respeito às estruturas e equipamentos nem sempre disponíveis de maneira linear em todos os cursos do Brasil. Temos claro que um documento norteador não pode ser construído conforme a situação individual de cada região, universidade ou curso, de forma que a responsabilidade de se conduzir por ele é de cada órgão ou instituição que assume o compromisso formador, porém, não é possível tratar deste tema, sem colocar na mesa essas questões.

As DCNs são normas obrigatórias que orientam o planejamento dos currículos (conteúdos a serem ensinados e aprendidos) das instituições de ensino. São amplas e possíveis de muitas interpretações, o que permite inúmeros questionamentos. Neste caso, além de um quadro permanente e atualizado de professores, estrutura física e projetos de pesquisa e extensão efetivos, as Diretrizes exigem frequente atualização técnica dos laboratórios e equipamentos disponíveis para uma formação equilibrada dos aprendentes. Nossa vivência na UERN nos permitiu lançar dúvidas sobre a condição da instituição de atender estas exigências de maneira integral, o que colocaria em suspenso a possibilidade de concluir uma formação idêntica ao preconizado.

A partir de questionamentos como esses é que chegamos à nossa questão central: Como a implantação da nova Matriz Curricular para o curso de graduação em

Jornalismo da UERN atende as exigências das DCNs do Curso de Jornalismo e de uma formação para a emancipação? Neste sentido, o nosso objetivo geral, que tem a mesma redação, mas de maneira afirmativa, busca averiguar quais são as implicações para a concretização de um novo currículo frente as dificuldades estruturais da universidade, considerando seu histórico e limitações. Para respondê-lo, seguimos os seguintes objetivos específicos:

- a) Averiguar se a matriz do curso de jornalismo da UERN oferece condições de atender o equilíbrio entre teoria e prática a partir do que preconizam as novas DCNs do Jornalismo, quanto às suas propostas pedagógicas, as Competências Gerais e os Eixos de Formação;
- b) Identificar quais desafios os professores do referido curso encontram durante a efetivação da nova Matriz Curricular de Jornalismo da UERN, elaborada a partir das atuais orientações das DCNs de Jornalismo;
- c) Verificar se as mudanças curriculares no curso de Jornalismo da UERN contribuem para uma formação emancipatória de seus aprendentes, considerando sua preparação para enfrentar o novo cenário profissional pautado pela convergência midiática, as mudanças tecnológicas vigentes e o modelo atual de Jornalismo.

Nosso universo de pesquisa, como já dito, é o município de Mossoró, segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte, com 291.937 habitantes (IBGE 2016)<sup>2</sup>. Conhecido por ser um entreposto comercial desde praticamente sua fundação em 15 de março de 1852, Mossoró/RN está situado no meio de duas capitais do Nordeste: Natal/RN e Fortaleza/CE, com quem mantém estreita relação comercial. Da mesma forma, está também próximo ao Sertão da Paraíba, de onde atrai outro público interessado em seu comércio e serviços. A economia de Mossoró é fundada em três pilares: Petróleo, tendo sido o segundo maior produtor em terra do Brasil durante décadas; Sal, sendo responsável pelo escoamento de 92% de todo o sal marinho produzido no País; e fruticultura irrigada, também ocupando as primeiras colocações nacionais na produção de melão e outras frutas tropicais. Outro nicho forte, com igual importância para a microeconomia da cidade, é a formação superior. A cidade, polo de

---

<sup>2</sup> IBGE Cidades. Disponível em: << <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240800>>> Acesso em: 17 de jul. de 2017.

atração de estudantes, professores e pesquisadores, é contemplada com duas universidades públicas: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-árido (Ufersa); uma privada: Universidade Potiguar (UNP); quatro faculdades também privadas: Faculdade Regional da Bahia (Unirb/Mater Christi), Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança (Facene) e Faculdade Diocesana. Está instalado aqui também o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFRN), além de diversas outras faculdades de educação a distância que oferecem cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

A cidade tem ainda uma longa tradição na imprensa do Estado, já tendo conseguido manter quatro jornais diários. O Mossoroense, fundado em 1872, que, apesar das interrupções ao longo de sua história, manteve sua versão impressa em circulação até dezembro de 2015, sendo, em sua época, o terceiro jornal mais antigo a circular no Brasil; Gazeta do Oeste, surgido em 1977, com enorme influência política na cidade, até abrir falência em janeiro de 2016; Correio da Tarde, de vida curta, circulou entre 2006 e 2013; e o Jornal de Fato, fundado em 2000, ainda ativo. Além disso, a cidade possui em funcionamento quatro rádios em Amplitude Modulada (AM): Difusora; Rural de Mossoró; Libertadora; e Rede Potiguar de Comunicação (RPC); e quatro em Frequência Modulada (FM): 95 FM; 93 FM; 98 FM e 105 FM. Existem ainda cinco canais de televisão: InterTV Costa Branca, filiada à Rede Globo; TV Cabo Mossoró (TCM); TV Mossoró; TV Metropolitana e TV Terra do Sal, além de correspondentes da Rede Tropical, afiliada à rede Record de televisão, e TV Ponta Negra, afiliada ao SBT. Ainda no âmbito da comunicação, a cidade possui um grande número de agências de publicidade, bem como mídia digitais, sites, blogs e portais de notícias em atividade.

Foi o histórico do município com a Comunicação que levou a UERN, entidade fundada em 1968, a propor a criação de um curso nesta área. O curso de Jornalismo da UERN, *locus* de nossa pesquisa, teve início como a habilitação do curso de Comunicação Social (Bacharelado), normatizado pela Resolução N° 054/2002<sup>3</sup> do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Nasceu vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC), com oferta de três habilitações: Jornalismo, Publicidade-e-Propaganda e Radialismo. Sua Matriz Curricular foi submetida a três

---

<sup>3</sup> Resolução 054/2002 – Consep. Disponível em: <[http://www.uern.br/controldepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao%20A7a%20A3o\\_054\\_2002\\_consepe\\_cria\\_o\\_curso\\_de\\_comunicaa%C2%A7a%C2%A3o\\_social.pdf](http://www.uern.br/controldepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao%20A7a%20A3o_054_2002_consepe_cria_o_curso_de_comunicaa%C2%A7a%C2%A3o_social.pdf)> Acesso em: 08 agosto de 2017.

modificações até 2016, sendo as duas primeiras voltadas à implantação dos ciclos básico e profissionalizante nas três habilitações e a terceira, e mais recente, a adequação às novas DCNs de 2013. Conforme o Projeto Político e Pedagógico do Curso (PPC)<sup>4</sup>, entre 2002 e 2007.2, a habilitação era oferecida no turno matutino. Depois, passou a ser diurno. No semestre 2008.2, depois da resolução que aprovou a segunda versão do PPC, tornou-se diurno integral, sendo o segundo horário disponível apenas para atividades e, excepcionalmente, para oferta de algumas disciplinas em caso de necessidade. A primeira turma da habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da UERN teve início no segundo semestre de 2003, com 15 vagas ofertadas, num total de 45 nas três habilitações, ampliado no ano seguinte para 16 e 48 vagas, respectivamente, devido à divisão por igual no número de vagas de escolas privadas e públicas, conforme Lei nº 12.711, conhecida como a lei de cotas. Com as novas DCNs de 2013, o curso deixou de ser uma habilitação da Comunicação Social, configurando-se como Curso de Jornalismo, bacharelado, com diretrizes nacionais próprias, aprovadas pelo CNE.

## 1.2 PERCURSO DOS PASSOS

Para responder a nossa questão problema e cumprir com os objetivos geral e específicos de nossa pesquisa, buscamos construir um percurso direto e prático, não no sentido de cortar caminhos ou pular etapas, muito pelo contrário, pois nosso propósito é construir um trabalho sólido fundado no rigor e na responsabilidade com a ciência. Escolhemos como abordagem a investigação qualitativa por ela assumir muitas formas e poder ser conduzida em múltiplos contextos. A expressão “investigação qualitativa” é colocada como termo genérico que agrupa muitas estratégias e partilha determinadas características, pois os dados recolhidos são ricos em pormenores descritivos relativamente pessoais, locais e conversas, bem como possuem um complexo tratamento estatístico (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Quanto mais propriedade tivermos sobre o fato estudado, mais condições teremos de fazer as perguntas certas para cada questão que precise ser respondida e a pesquisa qualitativa se caracteriza como um estudo detalhado de determinado fato, objeto ou grupo de pessoas e fenômenos da realidade. Nossa pesquisa se classifica como qualitativa porque se constitui no campo

---

<sup>4</sup> Projeto Político do Curso de Jornalismo da UERN, Disponível em: <<[http://www.uern.br/controledepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc\\_jornalismo\\_27.07.2016.pdf](http://www.uern.br/controledepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc_jornalismo_27.07.2016.pdf)>> Acesso em: 08 de ago. de 2017.

da subjetividade ao passo que buscamos levantar informações e dados documentais, no nosso caso das DCNs de Jornalismo, e compreender e interpretar determinados dados que se configuram na análise da Matriz Curricular do curso de Jornalismo da UERN.

Outro detalhe significativo é que a pesquisa qualitativa é descritiva, pois recolhe dados em forma de palavras e não de números. Nesta abordagem, o pesquisador procura analisar fatos e fenômenos realizando uma descrição detalhada de como eles se apresentam (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Sendo descritiva, a pesquisa “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador” (RAMPAZZO, 2013, p. 53). Neste método nada é trivial, já que tudo tem potencial para se tornar elemento de compreensão do objeto estudado e é por isso que a nossa pesquisa se classifica como descritiva, pois precisamos descrever o processo observado a partir de nosso olhar para o fenômeno estudado. Este procedimento será bastante significativo para que possamos realizar uma boa pesquisa documental, ação preponderante que nos levará a levantar os dados necessários para formação do nosso *corpus*. A riqueza de informações que extraímos dos documentos-chaves deste trabalho nos permitem “ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA, 2009, p. 2). Os documentos que nos nortearão para a observação das Matrizes do curso de Jornalismo da UERN serão as DCNs de 2013, por meio das quais podemos atender ao nosso primeiro propósito que é verificar se a matriz do curso de jornalismo da UERN oferece condições de atender ao equilíbrio entre teoria e prática a partir do que preconizam as novas DCNs.

Neste percurso, realizaremos um levantamento bibliográfico, tendo em vista a importância de explorar o máximo possível as publicações sobre aquilo que estudamos. Realizar um levantamento bibliográfico é dotar o trabalho a partir do conhecimento coletivo, para se ir além, evitando o equívoco da repetição das abordagens ou distração no apuramento dos dados, o que reduziria significativamente o rigor e a qualidade da pesquisa (GALVÃO, 2010). Realizamos um estado da arte considerando, no máximo possível, o contexto que nos trouxeram às novas DCNs, bem como as discussões ao seu entorno, começando por um histórico do Ensino do Jornalismo desde sua origem, na Europa e EUA, até o surgimento no Brasil até os tempos atuais. A partir de uma verificação no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), levantamos uma série de estudos e pesquisas novas

sobre este tema, das quais selecionamos dois capítulos de livro, uma tese de doutorado, uma dissertação e seis artigos científicos. Considerando as opiniões divergentes, trouxemos para este trabalho os dossiês da revista Cult (2014) e o da publicação eletrônica Questões Transversais – revista de epistemologias da Comunicação (2015), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Nos 10 artigos destas duas publicações, oferecemos opiniões diversas das defendidas pela Comissão de Especialistas do MEC, escolhida para propor as novas DCNs. Nosso objetivo é, a partir destas observações, pensarmos com mais clareza sobre aquilo que estudamos e podermos firmar um pensamento com maior grau de isenção e comprometimento com a ciência. Alguns autores nos servem de guia para este percurso, dentre eles: Marques de Melo (2004; 2015), Meditsch (2015), Marcondes Filho (2014), Albuquerque (2014), (Migowsky da Silva et al, 2015), Fausto Neto (2015) e Antonioli (2014).

Nosso levantamento bibliográfico nos leva ainda ao currículo e à emancipação, duas questões que, em nosso entender, não podem seguir separados. Neste percurso, buscamos entender como a estrutura curricular determina a estratificação do ensino e de que maneira as mudanças de currículo interferem na construção educativa das demandas educativas. Nosso percurso caminha ainda sobre as definições de conhecimento, informação e saber e culmina no aspecto geral da necessidade de Emancipação, como elemento fundamental à formação humana. Para isso, trabalhamos com Silva (1999), Moreira e Silva (2008), Moreira e Candau (2007), Kramer (1999), Young (2014), Apple (2006), Morin (2011), Maturana (2001) e Adorno (2005).

Este percurso nos conduz com mais firmeza para o próximo passo que é a análise documental. Nesta etapa, analisamos inicialmente as novas DCNs, considerando também os relatórios da Comissão de Especialistas do MEC e o CNE a fim de observarmos o processo de sua realização, os caminhos percorridos após todo o processo de discussão e as decisões finais para a elaboração do texto. Nosso recorte para construção de uma observação própria que nos conduzirá ao nosso objeto está focado nas Propostas Pedagógicas, Competências Gerais e Eixos de Formação do referido documento. Partindo desta perspectiva, passamos a averiguar as novas Matrizes Curriculares do curso de Jornalismo, bacharelado, da UERN, também realizando o percurso de sua estruturação por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP). Nestas orientações, compreendemos de que maneira os professores coordenadores observaram as novas DCNs e como definiram os critérios para construção do novo documento norteador do curso. Por meio desta análise documental respondemos ao nosso objetivo

inicial que é “Averiguar se a Matriz do curso de jornalismo da UERN oferece condições de atender o equilíbrio entre teoria e prática a partir do que preconizam as novas DCNs do Jornalismo, quanto às suas propostas pedagógicas, as Competências Gerais e os Eixos de Formação.

Como instrumento de pesquisa, decidimos pela entrevista semiestruturada porque nos permite ir além da simples compreensão textual comum aos questionários de pesquisa. Os gestos, as pausas, a pressa ou demora em responder, a linguagem corporal, tudo isso faz parte da entrevista e nos ajudam a tirar conclusões muito além do enunciado. A entrevista é usada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver uma ideia intuitiva sobre a forma como o sujeito interpreta o fenômeno estudado (BOGDAN e BIKLEN, 1994). As entrevistas qualitativas podem ser relativamente abertas, guiadas por tópicos determinados; muito abertas, em que o entrevistador encoraja o sujeito a falar acerca de uma área de interesse e depois se aprofunda nas próprias informações já entregues pelo entrevistado; e as semiestruturadas, em que o pesquisador leva consigo perguntas já definidas com o objetivo de comparar dados que serão obtidos por outros sujeitos, o que não impede de se explorar outros elementos e realizar novas perguntas ao longo da conversa (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Realizamos a entrevista semiestruturada com três professores do curso de Jornalismo, bacharelado, da UERN, responsáveis pela discussão e implantação da nova Matriz Curricular do referido curso. Este instrumento nos ajuda a responder ao nosso segundo objetivo específico que é “Identificar quais desafios os professores do curso Jornalismo da UERN encontram durante a efetivação da nova Matriz Curricular, elaborada a partir das atuais orientações das DCNs de Jornalismo”. As entrevistas foram realizadas após a conclusão do estado da arte, da construção do referencial teórico e das análises documentais, pois tiveram como objetivo primário responder questões que ficaram em aberto neste percurso. Após leitura e exposição do percurso da pesquisa, assim como da análise da Matriz de Jornalismo da UERN, foi que sentamos para desenhar a entrevista que detalhamos no tópico a seguir.

### 1.2.1 Montando as entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas nos trouxeram informações importantes do processo de implantação das novas Matrizes de Jornalismo da UERN, algumas ditas

com palavras, outras percebidas por meio da reação dos entrevistados. A sua realização fecha lacunas e confirma questões discutidas ao longo deste trabalho, algumas colocadas em condição sugeridas por nós mesmos a partir de nossa vivência e experiência dentro da referida universidade. Como personagens, escolhemos três professores que participaram das discussões e implantação do novo currículo, considerando fatores como tempo de atuação no curso, qualificação acadêmica e protagonismo de cada um. Como os resultados obtidos nestas entrevistas são utilizados apenas para fins acadêmicos, optamos pelo anonimato das fontes, não havendo a identificação dos envolvidos, aqui apontados como Entrevistados 1, 2 e 3, representados pelas siglas: E1, E2 e E3.

Apresentamos um roteiro com dez perguntas, mas por se tratar de entrevista semiestruturada, tivemos a liberdade de acrescentar novas questões, refazê-las ou suprimir alguns trechos para evitar fuga do tema ou influenciar nas respostas. Em alguns momentos foi necessário inverter a ordem das perguntas ou modificá-las, conforme as respostas do entrevistado. Ao longo da conversa, outras situações foram surgindo o que nos permitiu realizar novas questões, não necessariamente na mesma ordem de uma entrevista para outra. As perguntas acrescentadas ao longo do diálogo foram identificadas como *Intervenção*. Após a transcrição dos áudios, foi oferecida a devolução dos textos para que os entrevistados revisassem as informações fornecidas e acrescentassem questões esquecidas no momento da conversa. Para este acréscimo, utilizamos a indicação **NOTA**. Dos três entrevistados, porém, apenas um se interessou em fazer esta revisão, realizando poucos apontamentos e acrescentando uma única nota explicativa, referente a um assunto que ele entendeu não ter sido bem explicado.

As entrevistas foram realizadas entre o final do mês de março e o início do mês de abril de 2018 e os encontros foram marcados com antecedência com concordância entre entrevistador e entrevistados. Utilizamos como recurso um gravador de um aparelho celular. Com boa resolução, pudemos compreender cerca de 98% de tudo que foi falado e gravado. Para a transcrição, utilizamos as normas e critérios de Marcuschi (1986), com maior atenção aos sinais que ele considera mais frequentes e úteis neste processo, visto que outras indicações achamos ser prejudiciais ao entendimento das falas. O autor indicou 14 sinais mais utilizados, dos quais necessitamos de boa parte. Para compreendê-los melhor, trazemos uma explicação no quadro abaixo.

Quadro 1 – Normas utilizadas por Luis Antônio Marcuschi para transcrição de entrevistas.

Sinais	Categorias	Descrição
--------	------------	-----------

[	Sobreposição de vozes	Dois falantes iniciam um turno ao mesmo tempo;
[[	Fala simultânea	Dois falantes iniciam um turno ao mesmo tempo;
[ ]	Sobreposição localizada	Dois falantes iniciam um turno ao mesmo tempo, mas não se completa;
(+)	Pausas e silêncios	Pausas pequenas recebe um sinal de (+), acima de 1,5 segundo, é utilizado o tempo (1,5);
( )	Dúvidas ou sobreposições	Quando não se entende o dito pelo entrevistado ( <i>inaudível</i> ) ( <i>incompreensível</i> )...
/	Truncamentos bruscos	Quando o falante corta a unidade quando é interrompido ou muda o foco do pensamento;
<b>MAIÚSCULA</b>	Ênfase ou acento forte	Palavra ou sílaba pronunciada com maior ênfase durante a fala;
::	Alongamento de vogal	Os pontos vão aumentando conforme a duração, ex: eh::; co::mo; e::u;
(( ))	Comentário do analista	Quando necessário realizar comentário dentro da fala: (( <i>preocupado</i> )), (( <i>nervoso</i> )), (( <i>intervenção externa</i> ))...
” ”	Aspas duplas para subida rápida; Aspas simples para subida leve	
<b>Repetição</b>	Usa-se a própria letra: e e e ela; ca ca casa;	
<b>Eh, oh, ah</b>	Pausa preenchida, hesitação ou sinal de atenção;	(em nosso caso, utilizamos a expressão “neh”)
/.../	Indicação de transição parcial ou eliminação de trecho da entrevista	

Fonte: Marcuschi (1986, p.10-13).

Ao utilizar tais elementos para a transcrição das entrevistas, entendemos entregar ao leitor deste trabalho uma visão praticamente similar à percebida no momento da transcrição. Este método permitiu-nos ainda distanciar a “entrevista semiestruturada” do “questionário estruturado” na hora de sua análise na qualidade de documento digitado, impresso ou virtual. Repetições, erros gramaticais ou vícios de linguagem empregados nestas transcrições ajudam a compreender a informação percebida a partir de suas nuances e interpretá-las com maior clareza, dada a certeza ou dúvida na entonação da fala do sujeito questionado.

Em momento algum da entrevista foi limitado tempo de resposta ou feita qualquer interrupção no sentido de fazer o entrevistado concluir sua fala. Prova disso é que as entrevistas tiveram tempo de 00,43,00; 00,32,10 e 00,15,33 (minutos/segundos) respectivamente. Apesar de as perguntas realizadas serem um tipo de limitação e recorte, nenhuma foi feita no sentido de influenciar uma possível resposta, mas tão somente atrair novas informações e dados complementares ao que vinha sendo dito. Mesmo quando as respostas nos pareceram inconclusivas, evitamos realizar intervenções direcionadas para evitar este tipo de comportamento. Optamos por identificar as falas dos entrevistados durante nossa análise com recuos e itálico, ou apenas itálico, bem como identificar o entrevistado e que se trata de “entrevista semiestruturada” primeiro para nos orientar nesta montagem, mas depois optamos por deixar, pensando ficar mais fácil a leitura e compreensão de qualquer leitor.

## 1.2.2 Estrutura do trabalho

Dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos, mais as considerações finais. Neste primeiro capítulo introdutório, como se nota, apresentamos a motivação, objetivos e instrumentos necessários para a sua efetivação. Este momento serve-nos para nortear caminhos a serem seguidos até a nossa conclusão.

No segundo capítulo, esmiuçamos com bastante cuidado as DCNs, realizando inicialmente um percurso histórico do ensino do Jornalismo no mundo e no Brasil, com a exposição de todos os currículos até o momento atual. Fizemos ainda um levantamento bibliográfico a respeito deste tema, oferecendo uma visão geral sobre os estudos em andamento em todo o País, como também debates de autoridades favoráveis e contrárias ao estabelecimento destas novas normas norteadoras do currículo.

O terceiro capítulo oferece uma discussão a respeito do currículo partindo de uma visão crítica sobre sua implantação como elemento de mudança do contexto escolar, permeada pela necessidade de uma autorreflexão que permita ver as mudanças com o máximo de objetividade e possibilidade de efetivação. Aliado a isso, trazemos definições objetivas sobre conhecimento saber e informação, como caminhos necessários ao nosso passo seguinte, que é discutir uma proposta de Emancipação no percurso de formação humana no âmbito do ensino.

No capítulo quarto, trazemos a análise da nova Matriz Curricular do curso de Jornalismo da UERN, como forma de respondermos ao nosso primeiro objetivo específico que é verificar se a matriz do referido curso oferece condições de atender ao equilíbrio entre teoria e prática a partir do que preconizam os documentos norteadores nacionais, quanto às suas propostas pedagógicas, as Competências Gerais e os Eixos de Formação. Também apresentamos o resultado das entrevistas semiestruturadas com os professores coordenadores responsáveis pela discussão e construção do texto desta nova Matriz, para responder ao nosso segundo objetivo específico que é identificar quais desafios os professores do referido curso encontram durante a efetivação da citada matriz, elaborada a partir das atuais orientações das DCNs de Jornalismo. A partir das observações desses atores, temos maior condição de perceber os meandros deste processo de reimplantação curricular, pois acreditamos que em suas falas estão contidas muitas informações não materializadas nos documentos norteadores.

O terceiro objetivo do nosso trabalho: verificar se as mudanças curriculares no curso de Jornalismo da UERN contribuem para uma formação emancipatória de seus aprendentes, considerando sua preparação para enfrentar o novo cenário profissional pautado pela convergência midiática, as mudanças tecnológicas vigentes e o modelo atual de Jornalismo, vai sendo identificado ao passo que construímos nossa análise, se materializando com mais clareza nas considerações finais. Neste momento, oferecemos algumas generalizações a respeito das principais descobertas deste trabalho, a fim de abonarmos uma opinião mais concreta dos resultados obtidos por meio das análises em torno do nosso objeto. As evidências, contribuições e implicações teóricas desta discussão permite-nos proporcionar nova visão sobre o fenômeno estudado, bem como a possibilidade de ampliação deste debate que ainda é introdutório neste novo momento instituído no Ensino de Jornalismo do Brasil.

## 2 DCNs DO JORNALISMO: AUTÓPSIA DE UMA ESTRUTURA VIVA

É longo o percurso de construção do Ensino de Jornalismo no Brasil. Em todos os momentos e processos, as interrupções e interferências aparecem como marcas responsáveis pelo estabelecimento da ideia concretizada hoje desta estrutura formativa e educacional. A história do Ensino de Jornalismo brasileiro pode ser contada de forma linear, mas a sua compreensão só é possível se acessarmos, de forma diacrônica, os caminhos constituintes de um processo de formação que compõem o seu surgimento. A trajetória pura e simples não é suficiente, pois a vida não é mecânica, nem previamente combinada. O estabelecimento das novas DCNs ajudam-nos a compreender isso, sobretudo quando trazemos, atrelada ao contexto histórico de suas definições, os debates e contestações a respeito do tema. Mais ainda, quando entramos no terreno árido do currículo, do conhecimento e do entendimento da emancipação, observando a construção não de uma estrutura subjetiva, imaterial, ao qual nos parece o ensino, mas na formação de pessoas, na montagem do quebra-cabeças da definição social dos sujeitos profissionais desta área complexa, abrangente e em constante processo de reconstrução que é o Jornalismo.

### 2.1 PERCURSO, DIÁLOGO E DIVEGÊNCIA PARA AS DCNs

Apesar de as primeiras manifestações noticiosas terem precedido à imprensa de Gutenberg (1450), o jornalismo só vai ganhar proporção no cenário europeu a partir do século XVII, quando começam a circular os primeiros jornais diários na Alemanha (RIZZINI, 1964, 1968, e SCHULZE, 1994, *apud* MARQUES DE MELO, 2004). A experiência inicial do Ensino de Jornalismo na Europa acontece em 1806, em território alemão onde hoje está a Polônia, tendo como protagonista a Universidade de Breslau. Na América, o primeiro espaço para o ensino de Jornalismo surge em 1869, no Washington College, no estado da Virgínia, EUA. As diferenças entre as duas propostas – europeia e norte-americana – ainda hoje servem de parâmetros para o mundo. Enquanto os europeus buscam um perfil acadêmico, de estudo teórico, nos EUA permanece viva a proposta de aprendizagem pragmática (NIXON, 1963; MARQUES DE MELO, 2004; *apud* MEDISTCH, 2012). O Brasil, que segundo Medistch (2012) acumula experiência na formação universitária de jornalistas há pelo menos seis décadas, tendo construído uma matriz pedagógica que lhe confere singularidade em

nível mundial, acabou optando por mesclar esses dois padrões e consolidar uma via crítico-experimental de ensino-pesquisa.

A primeira proposta para criação de um curso de Jornalismo no Brasil se consolidou em 1918, a partir do Congresso Brasileiro de Jornalismo, promovido no dia 12 de novembro de 1918, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mas, o primeiro curso superior só vai surgir em 1935, na Universidade do Distrito Federal, graças à iniciativa de Anísio Teixeira, responsável por manter o projeto até ele ser interrompido em 1939, pelo Estado Novo. Somente com o Decreto-lei nº 5.480/43, foi que o governo autorizou a criação de um curso superior para “informação de jornalistas profissionais”. O primeiro currículo foi aprovado em 1946, a partir do Decreto 22.245, o que fez surgir, nos dois anos seguintes, a Faculdade Cásper Líbero (1947) e o curso de Jornalismo na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1948. A partir daí, outros três currículos foram aprovados pelo governo: Decreto nº 24.719, de 29 de março de 1948; Decreto nº 26.493, de 19 de março de 1949; e Decreto nº 28.923, de 1 de dezembro de 1950 (ANTONIOLI, 2014, p. 183).

Em 1961, a promulgação da Lei Nº 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), encerrou a etapa dos currículos e criou a fase do Currículo Mínimo. Nesta etapa, o curso de Jornalismo teve dois aprovados: Portaria, sem número, de 4 de dezembro de 1962 e Resolução, sem número, de 2 de setembro de 1966. Em 1969, sob forte influência do *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina* (Ciespal), o governo militar brasileiro rebaixou o curso de Jornalismo a uma habilitação do então-criado curso de Comunicação Social pelo Ministério da Educação. O novo curso, então, contou com três currículos mínimos, instituídos pelas resoluções 11/1969, 03/1978 e 02/1984. “Assim, durante um longo período, a formação do jornalista ocorreu mediante uma forte imposição do poder público em relação aos currículos dos cursos, pois as instituições tinham autorização apenas para complementá-los” (ANTONIOLI, 2014, p. 185).

Com a promulgação da nova LDB, em 1996 (Lei nº 9.394/96), foi omitida a figura do Currículo Mínimo. Segundo Antonioli (2014), já na Lei nº 9.131/95, o Conselho Nacional de Educação passou a trabalhar com a perspectiva de elaboração de Diretrizes Curriculares para Cursos Superiores. Na Comunicação Social, esta mudança só vai acontecer depois da aprovação dos Pareceres CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, e CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 e da Resolução nº 16, de 13 de março de 2002, instituindo as primeiras DCNs de Comunicação Social. Esta mudança,

embora tenha mantido o Jornalismo como habilitação, significou um importante avanço, pois legalizou nas universidades a liberdade para compor os currículos de seus cursos, de acordo com o perfil dos egressos, proposto no projeto pedagógico e com ampla liberdade para a escolha dos conteúdos. Conforme explica Antonioli (2014), sem imposição de um Currículo Mínimo, as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a contar apenas com orientações que ajudam a compor as estruturas curriculares de seus cursos, pois ganharam ampla liberdade de escolher os conteúdos a serem apresentados.

O passo seguinte foi a aprovação do Parecer/CNE nº 39, de 20 de fevereiro de 2013 e da Resolução/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, instituindo as novas DCNs para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, tornando-o independente da Comunicação Social e alterando uma série de pontos das Diretrizes anteriores. As IES, então, tiveram um prazo de dois anos, a partir da data de sua publicação, para se adequarem às mudanças. Os novos documentos norteadores são fruto de um trabalho longo que começou a ganhar força a partir da formação da Comissão de Especialistas instituída pela portaria do MEC Nº 203, de 12 de fevereiro de 2009, composta pelos professores José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira. O esforço deste grupo foi reforçado com o apoio de várias entidades representativas do Jornalismo em nível nacional: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); Fórum de Professores de Jornalismo (FNPJ); Observatório da Imprensa, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e outros 31 Sindicatos filiados à Fenaj.

De acordo com o Parecer CNE/CES Nº: 39/2013, esta Comissão realizou três audiências públicas no Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, onde foram consultados professores, estudantes, pesquisadores e dirigentes de escolas, cursos e departamentos de ensino e pesquisa em jornalismo; comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas; lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, educadores, religiosos, dentre outros. A comissão ouviu ainda empresários e recebeu recomendações através do portal do MEC. Depois de pronta, a proposta foi analisada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) na Nota Técnica Nº 001/2010 – DESUP/SESu/MEC, de 9 de abril de 2010. Em seguida, foi encaminhada ao CNE em 15 de abril e distribuída, em 9 de junho, para Comissão formada pelos conselheiros Arthur Roquete de Macedo (presidente) e Reynaldo

Fernandes (relator) que realizaram audiência pública em Brasília, em 8 de outubro de 2010, onde se oficializaram os últimos ajustes.

Ainda conforme o Parecer, duas entidades se posicionaram contrárias, às DCNs: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Para a Compós, o relatório da Comissão de Especialistas pretendia separar o Jornalismo da Comunicação o que, em nenhum momento, contribuiu para a formação do profissional ou a consolidação da área no Brasil. A entidade disse também que, além de fragmentar e limitar a formação do jornalista, a proposta impõe um pensamento tecnicista e disciplinar contrário ao comportamento dos centros de pesquisas do resto do mundo, pois a relação entre Jornalismo, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas prevê e favorece a constituição de um comunicador polivalente. A Enecos, por sua vez, questionou a forma como o processo de discussão das novas DCNs foi apresentado. Para esta entidade, as três audiências realizadas não favoreceram 1% das escolas de Jornalismo no Brasil e, portanto, sugeriu a paralisação do processo que deveria ser reaberto com audiências e debates políticos em todos os estados.

Para a Comissão de Especialistas, quando o governo militar impôs em 1969 a Comunicação Social como modelo único, em substituição ao curso de Jornalismo, acabou gerando uma série de consequências negativas para a formação universitária da profissão, pois ocorreu o “desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional” (MEDITSCH, 2012, p. 234). Com isso, ao fortalecer a autonomia em relação as práticas da Comunicação, tornando-a uma disciplina estritamente crítica, mais próxima à área das Ciências Humanas e distante das Ciências Sociais Aplicadas, deixou de reconhecer a “legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo” (MEDITSCH, *idem, idem*). A Comissão de Especialistas sempre viu como negativa a diferenciação existente entre o Jornalismo e a grande área de Comunicação Social, pois entendia que:

[a] Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões. É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências

aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, é inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde. (MEDITSCH, 2012, p. 230)

Considerando os pontos de vista divergentes, a comissão do Conselho Nacional de Educação (CNE) reconheceu a dificuldade de definir o modelo mais adequado ao Jornalismo, ante a necessidade de avaliar os pros e contras apontados durante as discussões, entendendo ser sensato que a decisão a ser aprovada refletisse a posição hegemônica dos que militam no jornalismo e estejam concomitantemente refletindo sobre a formação do profissional da área. Porém, entendendo que a oferta de DCNs para o Jornalismo não eram as primeiras específicas sugeridas para uma das formações da própria área de Comunicação Social – o curso de Cinema e Audiovisual já havia passado neste processo – o CNE decidiu apoiar a proposta e dar andamento à sua aprovação.

Como base para fomentar esta discussão, o CNE se fundamentou em duas questões que, para a equipe, estavam conectadas: a) deveríamos ter Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para jornalismo? b) a proposta elaborada pela Comissão de Especialista é adequada? Observou-se que grande parte das críticas se deu devido a não aceitação de diretrizes específicas para o Jornalismo. Contudo, atestou-se que a proposta da Comissão de Especialistas foi bastante flexível no que diz respeito aos conteúdos curriculares, organizados a partir de seis eixos de formação: 1) Fundamentação humanística, 2) Fundamentação específica, 3) Fundamentação contextual, 4) Formação profissional, 5) Aplicação processual e 6) Prática laboratorial. Estes eixos, de acordo com a análise, foram construídos com base em caracteres gerais, permitindo muita liberdade na composição das disciplinas e conteúdos a serem ministrados. Porém, a mesma flexibilização não foi observada em relação ao Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Neste sentido, o Parecer recebeu cinco sugestões de adequação para as DCNs:

I - Tornar o Estágio Supervisionado como uma recomendação e não como uma obrigatoriedade, como propôs a Comissão de Especialistas. Jornalistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) reclamaram que o Estágio Supervisionado foi uma conquista importante do campo acadêmico e que a obrigatoriedade de 200 horas desconsiderava a realidade complexa e diversa do País;

- II - Possibilitar que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tenha caráter teórico (monográfico), pois os especialistas propuseram que fosse feito como Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico, o que, segundo as sugestões, impedia que o aluno realizasse trabalho de caráter reflexivo ou científico sobre o papel do jornalismo nas modernas sociedades democráticas;
- III - Tornar a presença de jornalistas profissionais na banca examinadora do TCC uma opção e não uma obrigatoriedade;
- IV - Reduzir a carga horária mínima do curso de 3.200 horas para 2.700h;
- V - Flexibilizar a carga horária mínima das diversas atividades do curso, pois a proposta sugeriu o total de 3.200 horas da seguinte maneira: 400 horas para cada um dos seis eixos (totalizando 2.400 horas); 300 horas para o TCC; 200 horas de Estágio Supervisionado e 300 horas de Atividades Complementares. O ponto de maior discordância foi em relação às horas para o TCC, vez que a UFRGS achou 300 horas muito tempo, visto que lá seus alunos têm 120 horas disponíveis para esta atividade. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013).

Depois de observadas estas sugestões, o CNE acatou algumas mudanças e assim propôs as alterações na proposta elaborada pela Comissão de Especialistas:

1. Tornar o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares uma recomendação, em vez de uma obrigatoriedade;
2. Admitir a possibilidade de que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possa ter caráter teórico (monográfico);
3. Possibilitar a presença de jornalistas profissionais *ad hoc* na banca examinadora do TCC, mas sem que isso constitua obrigatoriedade;
4. Fixar a carga horária mínima do curso em 2.700 (duas mil e setecentas) horas, a exemplo do que ocorre hoje com a carga horária mínima em comunicação social;
5. Tornar a carga horária mínima mais flexível, não estipulando mínimo de horas entre as diversas atividades do curso. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 6)

No entanto, após outra discussão e sugestões do CES, nova mudança foi aprovada, agora em definitivo pelo menos em dois pontos: a) manteve-se o Estágio Supervisionado como atividade obrigatória, com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas; b) fixou-se, em 3.000 (três mil) horas, a carga horária mínima do curso de jornalismo. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 6). O texto principal, publicado na Resolução Nº 1 de 27 de setembro de 2013, respeitou estas modificações, fruto da série de debates que começou em 2009 e que ganhou corpo após a entrega do relatório da Comissão de Especialistas. Para Meditsch (2012), as DCNs representam uma oportunidade para que as Escolas de Jornalismo reencontrem o elo perdido entre teoria e prática e possam, assim, remover um dos principais obstáculos que impedem o Jornalismo de exercer ação na configuração do Jornalismo que está por vir.

### 2.1.1 Um sobrevoo por dentro das DCNs

Durante todo o processo de pré-implantação das novas DCNs, os professores especialistas mantiveram os olhos no contexto onde está inserido Jornalismo e o Ensino de Jornalismo, o que, para nós, é bastante positivo, ainda mais quando podemos ver uma concretização do discurso há muito defendido por pesquisadores, membros da Comissão, como Eduardo Meditsch e José Marques de Melo. Eles entendem que a implantação das DCNs de Jornalismo é um desafio para os cursos de graduação, porque restauram “a identidade do jornalismo sem abdicar de sua inserção histórica na área de comunicação e de sua natureza acadêmica como ciência social aplicada” (MEDITSCH, 2012, p. 223). O grupo discute e considera importante a atenção ao ritmo vigoroso da instantaneidade que determina o tempo presente e seus efeitos imediatos, mas também a necessidade de uma nova compreensão do Jornalismo, cujo desdobramento será assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa no espaço público, pois “com as armas da linguagem, os suportes da tecnologia e os valores da democracia, os novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo” (MEDITSCH, 2012, p. 224).

A Comissão lembra que o Jornalismo entrou neste século em estado de crise e é por isso a urgência de se rediscutir os processos, as relações, comportamentos sociais e de mercado, bem como recuperar o que se entendia por Jornalismo antes desta crise surgir. Tal ponderação tem sua relevância se consideramos existir, de fato, uma crise que separe o Jornalismo no contexto prático da realidade em que está inserido. O poder do jornalista antes do surgimento das redes sociais é outro apontamento significativo. Nos parece verdade que a atualidade fazia parte do Jornalismo, quando hoje acontece justamente o oposto: o Jornalismo serve à realidade como linguagem macro-interlocutória socialmente eficaz. As modificações ultrapassam o mercado e a deontologia da profissão ou aspectos da própria formação dos sujeitos. Tratamos aqui “de um cenário marcado, também, pelo crescimento acelerado de experiências e práticas de democracia participativa, cuja natureza é essencialmente discursiva” (MEDITSCH, 2012, p. 227). Essa democracia participativa que avança sobre os modelos tradicionais de democracia representativa exige do Jornalismo mais do que sua atuação pragmática, “exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação” (MEDITSCH, *idem, idem*).

Pensando desta maneira, o que se espera de um novo currículo é um ordenamento pautado pela humanização das ações de aprendizagem, cujo desfecho seja a apropriação do objeto da formação como complemento da estruturação do indivíduo e não como definição objetiva, ação de ser, petrificação de estar na vida. O sujeito jornalista precisa dialogar com o sujeito pai, com o sujeito amigo, com o sujeito político, com o sujeito que pensa, duvida e questiona o mundo para poder reconstruí-lo, do contrário ficará preso em sua própria masmorra, na desarmonia, discordância, solidão ou qualquer outra palavra que seja antônimo de comunidade. A busca pelo equilíbrio entre teoria e prática, entre ação e reflexão, tornam as novas DCNs promissoras, mesmo nos momentos em que se possa colocá-las em questionamento. Em suas sete páginas e 17 artigos, parece-nos clara a linha de raciocínio que nos permite ver a estruturação do curso pautada por uma necessidade dialógica entre academia e sociedade, indicando, desde suas primeiras determinações, o desejo da troca de experiência e informação entre os indivíduos e o mundo.

As DCNs são constituídas dos seguintes pontos: Estrutura do curso, Elementos estruturais, Indicativos, Competências, Habilidades, Conhecimentos, Atitudes, Valores e Eixos de formação. Com base em nossa linha de discussão, realizamos alguns recortes para oferecermos exemplificações daquilo que estamos dizendo e tornar mais claro nosso entendimento sobre o *corpus* investigado. Começamos com um resumo do artigo 2º, do Parecer nº 39/2013, onde é discutida a estrutura do curso, que deve:

- I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos;
- III - promover a integração teoria/prática;
- IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas;
- V - [permitir] ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;
- VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia. (PARECER CNE/CES N°: 39/2013, p. 8).

Podemos observar o cuidado em manter o estudante atuante e vinculado às práticas da realidade, daquilo que acontece fora dos muros da universidade. Esta perspectiva é ampliada no artigo 4º do referido parecer quando são apresentados os indicativos da proposta pedagógica que são:

- a) **formar profissionais** com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão;
- b) **ênfatisar**, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico;
- c) **orientar a formação** teórica e técnica para as **especificidades do jornalismo**, [...], comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;
- d) **aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores**;
- e) **preparar profissionais** para atuar num contexto de mutação tecnológica constante;
- f) **ter como horizonte profissional** o ambiente regido pela convergência tecnológica;
- g) **incluir**, na formação profissional, as rotinas de trabalho do **jornalista em assessoria** a instituições de todos os tipos;
- h) **atentar** para a necessidade de preparar **profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos**;
- i) **instituir** a graduação como etapa de **formação profissional continuada e permanente**. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 9, grifo do documento).

Cabe enfatizar que estes indicativos requerem do curso a construção de uma política pedagógica trabalhada na perspectiva de autonomia do sujeito o que, em nosso entendimento, conduz às questões de uma formação emancipatória, da qual trataremos mais à frente. Emancipação esta, capaz de atuar com excelência técnica e acadêmica dentro e fora da universidade. Mais ainda, capacitando para atuar além do mercado tradicional quando este não lhe for suficiente. Questão deveras pertinente em tempos de reconstrução do cenário profissional jornalístico, com o fechamento de empresas e individualização profissional por meio de canais digitais e plataformas correlatas. As alíneas “b”, sobre “o espírito empreendedor” e “h” que atenta para “a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos” reforçam este ponto de vista.

Consideramos outro avanço a atenção dada à Assessoria de Imprensa e suas rotinas de trabalhos, fato que sempre ficou em suspenso quando das discussões do Jornalismo. É evidente que a Assessoria de Imprensa se revela uma das atividades que mais aproveitam a mão de obra jornalística, absorvendo até 50% desse público, segundo Meditsch (2014), e, mesmo assim, não tinha uma atenção adequada para o tamanho de sua relevância ao meio. As DCNs citam esta atividade em cinco oportunidades:

**Indicativos:** g) incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;

**Competências pragmáticas:** elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa;

**Eixos de aplicação processual:** fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: [...] assessorias de imprensa;

**Prática laboral:** Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: [...] Assessoria de Imprensa;

**Estágio:** § 1º - O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, grifos nossos).

Ao contrário de países como Portugal, a atuação do jornalista na assessoria de imprensa não está clara no Brasil. Alguns pensam ser necessário criar regras específicas para tal, mas ao passo que isso não é definido de forma ampla, nós jornalistas seguimos nesta função quase que à margem devido ausência de uma normatização. Por ser uma atividade dentro de outra atividade (o Jornalismo), a assessoria segue invisibilizada, embora mereça um capítulo à parte na atuação profissional da área. Enquanto isso não acontece, a sua citação estabelece um ponto de partida no seu reconhecimento necessário. Isso reforça, ainda mais, a expectativa das DCNs de oferecer, ao egresso, condições de desempenhar sua profissão com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capaz de se manter no meio como formador de opinião e agente da cidadania. É nisso que se baseiam as competências necessárias para a formação deste profissional, sendo elas: gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Destacamos, em resumo, 11 Competências Gerais, das 17 apresentadas, dispostas no inciso I, parágrafo único do artigo 5º, por identificarmos nelas maior relevância na formação do sujeito autônomo e emancipado.

**Conhecer** [...] a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

**Identificar e reconhecer** a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;

**Distinguir** entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;

**Pesquisar, selecionar e analisar** informações em qualquer campo de conhecimento específico;

**Dominar** a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;

**Ter domínio** instrumental de pelo menos dois outros idiomas;

**Saber utilizar** as tecnologias de informação e comunicação;  
**Pautar-se** pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;  
**Cultivar** a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;  
**Procurar** ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;  
**Atuar** sempre com discernimento ético.  
(PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 10, grifo do documento).

Estes 11 pontos são de grande relevância na conquista da formação não apenas do profissional de Jornalismo, mas de qualquer profissional saído da universidade, formado para dois propósitos básicos interligados: atuação no mercado de trabalho e contribuição com a sociedade, como sujeito participante dela. O cidadão precisa conhecer a geografia de seu país e sua localização no mundo, ter domínio de sua língua, proximidade com outros idiomas, assim como a capacidade de determinar o que é ou não relevante em sua atuação profissional. Quando este cidadão é um jornalista, estas características são imperativas, pois os fenômenos sociais não são determinados pela singularidade do fato, mas por aquilo que ronda e motiva o recorte da ação noticiosa.

Observamos preocupação ainda maior em esclarecer os objetivos do novo currículo nos seis eixos de formação, presentes no artigo 6º do referido documento. Nota-se claramente, como especificado pelo próprio CNE, a ampla possibilidade curricular oferecida aos cursos na hora de montar suas matrizes, embora mantenha bem definida a preocupação com o ensino humanístico em todas as suas indicações. A nosso ver, isso conserva a busca pela concepção emancipatória dos envolvidos em diversos aspectos. Por exemplo, ao propor o exercício da função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, a clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade da profissão, dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, conhecimento teórico e prático e até mesmo acesso aos valores que norteiam a prática laboral, as DCNs colocam em voga toda a essência de um ensino preocupado com o indivíduo, ator de um contexto social complexo e em construção. Observemos o que dizem os eixos:

**I - Eixo de fundamentação humanística**, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura

popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

**II - Eixo de fundamentação específica**, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

**III – Eixo de fundamentação contextual**, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

**IV - Eixo de formação profissional**, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

**V - Eixo de aplicação processual**, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

**VI – Eixo de prática laboratorial**, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 11 - 12).

Estes eixos representam um ciclo aberto, repleto de possibilidades de interação e intervenção. Nota-se que neles estão contidos todos os possíveis caminhos a serem seguidos na elaboração curricular dos cursos, observando desde o embasamento crítico na observância dos acontecimentos sociais cotidianos, até a atualização profissional com os espaços digitais responsáveis por muitas das transformações vigentes da área. Por serem amplas, as possibilidades de introdução e construção de normas orientadoras

são várias, no entanto, dois pontos nos chamaram atenção e nos permitem fazer uma discussão pontual com objetivo de mostrar a impossibilidade de um documento perfeito, pois sempre estará passível de interpretação dos que nele se apoiam para definir seus caminhos formativos.

O eixo V (da aplicação processual) destaca a importância de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas para que possa atuar em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho. O eixo VI (da prática laboratorial) por sua vez, sugere o alicerce para a produção editorial em várias plataformas: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros. Um olhar simples para estes eixos pode não perceber o que eles representam neste momento de reestabelecimento do mercado. Apesar de serem cabíveis e necessários, pois buscam atualizar o jornalista conforme a realidade no campo, está clara a intenção de fortificar a formação de um profissional generalista, tecnicista e polivalente. Mas qual o problema disso? Propostas que caminhem neste sentido não apenas põem em risco o equilíbrio entre teoria e prática mas também, o processo de aquisição da autonomia do sujeito em formação. Para se enquadrar aos requisitos exigidos pelo mundo dos negócios na era digital, não basta ter um diploma, é preciso desenvolver uma série de competências e estar disponível para se adequar às várias mudanças e transformações. Por outro lado, é prudente avaliar que a institucionalização do desejo do mercado pode ter grave efeito sobre a deontologia profissional, pois cria uma série de obrigações simbólicas capazes de afetar a epistemologia do campo e, conseqüentemente, a atuação emancipatória do sujeito. Não nos parece bem esclarecida a necessidade da construção de um profissional polivalente nos termos do mercado, pois isso afeta completamente o desejo de lançar pessoas preparadas para enfrentar imposições e desconstruir o medo. Quando vemos que alguns veículos de mídia exigem a atuação de um profissional multifacetado – que apure, escreva, fotografe, filme e edite sozinho a sua matéria, muitas vezes usando seu próprio aparelho de celular – cabe-nos questionar se este ser polivalente não será arremessado a uma realidade de sobrecarga de obrigações anteriormente dividida por uma equipe. Se não será sabotado por sua própria capacidade técnica.

Pode parecer paradoxal nosso ponto de vista ao realizarmos tais questões quando também esperamos uma formação completa e ampla, capaz de tornar o jornalista autônomo em sua atuação, independente do suporte ou formato. No entanto, como

dissemos, são as amplas possibilidades de interpretação destes eixos de formação que nos põe em suspenso e nos permitem levantar tais dúvidas. Não com objetivo de oposição, mas de buscar esclarecimento ou, ao menos, deixar o alerta quanto à necessidade de aclarar tais pontos no processo de diálogo entre professor e aluno no chão da universidade. Como já mencionado, não é de hoje a insistência da área em buscar um currículo capaz de suprir as necessidades pessoais e profissionais dos jornalistas. Por isso, pensamos haver certa incompatibilidade ao compararmos os eixos V e VI com o eixo I, da fundamentação humanística. A preocupação deste recorte em destacar a capacitação do jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, nos parece chocar com uma perspectiva de um trabalhador braçal sujeitado a dar conta de vários suportes e providenciar uma produção em larga escala, conforme as leis do mercado de uma sociedade administrada.

Encontramos situação semelhante nos textos das Competências Pragmáticas do artigo 5º do Parecer nº 39/2013. Um de seus pontos sugere como aptidão esperada do egresso a capacidade de “produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção, bem como ser capaz de editá-los em **espaços e períodos de tempo limitados**” (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 10, grifo nosso). Percebe-se que existe, neste enunciado, certa obrigação com objetivo de atender as imposições mercadológicas, o que, de certa maneira, reforça o que estamos dizendo. Realmente, o mercado tradicional - assim como muitos profissionais com apego na urgência da informação - esperam uma atuação com a mesma precisão de uma máquina, capaz de produzir uma notícia em primeira mão sem perder a excelência na qualidade textual e informativa, tendo à disposição o máximo de recursos digitais disponíveis: fotos, áudio, vídeo, etc. Não dizemos ser impossível conquistar tamanha habilidade, até achamos que muitos já o fazem, de alguma maneira, só achamos complicado que isso se torne um padrão, uma obrigação desde o processo formativo, com único objetivo de satisfazer os desejos de um mercado faminto, cujos valores se concentram unicamente no acúmulo de capital. A rapidez e agilidade em qualquer coisa que se faça só vem com bastante prática. Um homem pode apertar mil parafusos por dia, encaixar duzentos para-choques, mas jornalista não é o peão de uma fábrica. Não basta digitar no computador. Para realizar seu trabalho ele depende de muitos fatores externos e, por isso, precisa apurar, contatar diversas fontes, checar dados. Na era do impresso, os jornais exigiam até três pautas diárias, hoje não é possível precisar quantas pautas são necessárias para tornar um

profissional eficiente em uma redação pautada pela pressa de divulgar manchetes no universo digital. Neste espaço sem forma, um canal de notícias eficiente trabalha à luz do acontecimento, no aqui-agora. No entanto, a chuva de informações na rede não facilita o trabalho, ao contrário, dificulta, pois a partir dela uma notícia valiosa só vai se conceber através de um processo lento, longo e doloroso iniciado na seleção da informação, que surge a todo o momento através de vários canais, no ângulo diferente do que foi ou será dado pelas centenas de outros veículos, pela sensibilidade na escolha do espaço da publicação e da maneira como será compartilhado nas diversas mídias disponíveis. Conta ainda, neste curso, a capacidade de engajamento desses canais, pois depende da quantidade de leitores e seguidores a repercussão do assunto abordado. E isso também recairá sobre a conta do jornalista em sua atividade diária.

Em momento algum dizemos que as DCNs direcionam para isso ou para aquilo, até porque, repetidas vezes, falamos da abertura que este documento permite aos cursos na estruturação de suas matrizes curriculares. Contudo, é, talvez, essa abertura que reforça o discurso, por vezes acirrado, daqueles que compõem as críticas à Comissão de Especialistas. A preocupação com a força do mercado sobre a autonomia do sujeito precisa sempre ser o ponto de partida de qualquer formação, ainda mais no Jornalismo, ponderando ser este um profissional cuja função social é base para a sua formação. Outro ponto que reforça este argumento é a mudança drástica nos rumos do mercado e o encolhimento das possibilidades de trabalho, dada a revolução cibernética onde cada pessoa com um celular pode tornar-se um produtor de informação. Este é um cenário delicado para o jornalista, agora ameaçado pela mão invisível da tecnologia. Ao ser capaz de atuar em todos os suportes e plataformas descritas, o egresso alcança a autonomia técnica, o que consideramos importante, mas se não sobrar tempo e disposição física, ou o que é pior, se forem construídas barreiras para que este profissional possa atuar com autonomia de pensamento, certamente estaremos trilhando caminhos opostos daquilo que pretendemos na formação de um sujeito emancipado. É justamente aí onde, em nosso entendimento, surge o ponto mais delicado deste contexto, base também para as teorias da Indústria Cultural, da Sociedade Administrada e até mesmo do Currículo Oculto – que trataremos em outro momento. Nem tudo na construção educacional pode ser materializado, dito com palavras ou posto no papel. É necessário que os currículos considerem este espectro invisível e considerem o aspecto de opressão social de onde brotam muitos dos cenários que encontramos porta a fora.

As DCNs foram estruturadas para equilibrar o ensino teórico e prático e isso é reforçado no artigo 9º do Parecer nº 39/2013, a partir de três fatores: 1) carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares; 2) distribuição das atividades laboratoriais, a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva; 3) garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local, regional e nacional (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 12). O artigo 8º, do parecer em referência, destaca a liberdade dos cursos de selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontadas anteriormente. O artigo 7º, por sua vez, trata da oportunidade de organização curricular. Espera-se que este esquema seja suficiente para imprimir na formação do egresso a capacidade de equilibrar a atuação técnica e o pensamento crítico também em seu campo de atuação na qualidade de trabalhador, sujeito ativo de uma sociedade afetada pela lentidão de seu próprio desenvolvimento político.

No que concerne à aproximação do egresso ao novo cenário midiático, as novas DCNs nos parece cumprir bem as indicações deste quesito, no entanto, isso não significa a realização, uma vez que dependerá de cada instituição a capacidade de manter ativos os recursos necessários para tal. Nos chama atenção o inciso cinco do artigo 16 do Parecer nº39/2013 que trata do sistema de avaliação institucional dos cursos:

V - o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 14).

Observem que as exigências são bastante pontuais no que diz respeito ao aparelhamento dos cursos, como cumprimento dos requisitos necessários as suas manutenções. Embora imaginemos existir prazos para adequação, haverá dificuldade para muitas universidades se adequarem em curto e médio prazo. Obviamente, sabemos que o documento norteador busca observar os caminhos mais apropriados para a formação escolar, não sendo possível atender questões específicas. Não dizemos se tratar de algum equívoco esta indicação, afinal, a responsabilidade de manter o curso é da universidade que o propôs, ainda assim, cabe-nos fazer uma reflexão sobre este ponto. Nos preocupa que a urgência em lidar com o novo cenário tecnológico, sugerido pela Comissão de Especialista como “calcanhar de Aquiles” para a formação do novo

profissional do Jornalismo, acabe repetindo as expectativas dos Currículos Mínimos de 1965 e 1966. Neste período, Celso Kelly, jornalista preparado pelo Ciespal, foi indicado pelo MEC para efetivar a tecnificação do ensino de Jornalismo que sai da fase beletrista para assumir uma postura mais positivista ou científico-técnica. Com isso, o governo militar introduziu uma visão funcional-empirista da Comunicação, segundo a tradição teórica norte-americana, através de disciplinas como Teoria da Informação e Jornalismo Comparado (LINS DA SILVA, 1972, *apud* MEDITSCH, 2012, p. 54). Mas, esta “modernização” proposta pelo Ciespal esbarrou na falta de estrutura das universidades brasileiras e a parte técnica dos cursos ficou no “para efeito de...”, termo utilizado também para se referir à nova tentativa de modernização técnica malsucedida nos Currículos Mínimos de 1969 e 1978.

Naquele tempo, a tecnologia esperada dos cursos estava muito aquém do que se faz necessário hoje. Existia uma dificuldade mercadológica de conseguir equipamentos, é verdade, no entanto, esse material poderia durar anos cumprindo a mesma função. Hoje em dia, um software pode ficar ultrapassado em apenas seis meses, sendo necessária uma vigília rigorosa na estruturação de laboratórios de informática e estúdios de rádio e tevê, caso não se queira perder competitividade. Nos parece pertinente ainda imaginar que para manter “o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados”, como prevê o artigo 16 do Parecer 39/2013 sobre as DCNs, é preciso que o curso possua autonomia financeira ou encurta a linha burocrática que o separa das unidades acadêmicas administrativas, e daí por diante.

Considerando nossa experiência pessoal no curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da UERN, podemos dizer que a estrutura tecnológica do curso se esforçava para cumprir o que propunham as DCNs de 2001. Apesar de trazer orientações simplificadas e genéricas, é possível encontrar naquela Diretriz palavras vinculantes ao contexto de desenvolvimento dos materiais práticos usados no curso. O texto fala em “instrumentos teóricos práticos” e “dinamismo tecnológico”. Quando aborda o perfil específico da habilitação de Jornalismo, atenta para a necessidade de o profissional “dominar a linguagem jornalística apropriada aos **diferentes meios e modalidades tecnológicas** de comunicação” (PARECER CNE/CES 492/2001, p. 20, grifo nosso). Apesar de não serem tão específicas quando as DCNs de 2013, é nítida a preocupação indireta com o desenvolvimento das tecnologias envolvendo o curso.

Tivemos, em nosso tempo de aluno, acesso a um laboratório de informática e estúdios de rádio e tevê, mas suas condições não atendiam as necessidades das turmas.

Computadores sem manutenção, ausência de atualização dos softwares e baixa qualidade da internet nos levava, com frequência, a produzir à mão matérias para disciplinas que pediam produção textual: Produção de texto jornalístico, Técnica de entrevista e reportagem, e outras. Nas aulas de fotografia – disciplina optativa –, duas câmeras fotográficas eram divididas entre as turmas, o que se repetia na disciplina eletiva de Telejornalismo, onde dispúnhamos apenas de duas filmadoras e poucos técnicos para operá-las. Um dos alunos emprestava parte de seus equipamentos para a realização das aulas práticas, entre os quais um *teleprompter* artesanal, importante para aula de apresentação de telejornal. Como não havia a obrigatoriedade do estágio supervisionado, sendo este considerado como “vivência profissional”, no qual eram admitidas apenas 40 horas incorporadas às atividades complementares, não tinha como, efetivamente, estender a formação prática ao mercado, devido à ausência de acompanhamento acadêmico. Apesar de a maioria da turma ter acesso a estágios (remunerados), a ausência desse acompanhamento acadêmico limitava a formação continuada. As regras dos contratantes direcionadas às suas redações eram conflitantes com parte daquilo que aprendíamos em sala de aula, tendo em vista a realização de um currículo bastante crítico à atuação tradicional da mídia e do contexto sócio-político de Mossoró/RN, pois na prática do mercado a teoria é, em muitos momentos, suplantada pela urgência da produção, linha editorial e intervenção do setor comercial que vende o produto ali produzido. Seria equivocado dizer que este cenário limitou o conhecimento ou formou egressos despreparados, pois a nossa vivência e relação com os colegas de faculdade da nossa ou de outras turmas (anteriores e posteriores) nos permite confirmar um alto índice de empregabilidade e desenvolvimento profissional e humano. Contudo, é necessário reforçar o debate acerca destas questões, sobretudo agora quando as novas DCNs definem com maior clareza a possibilidade de um currículo completo, suficiente para atender à realidade atual do curso que só se concretiza quando forem atendidas todas as indicações por elas apontadas, condições fundamentais para a realização do equilíbrio entre teoria e prática, entre ensino técnico e humanístico.

Apesar destas críticas, temos claro a possibilidade de avanço no ensino de jornalismo a partir dessas novas DCNs. A materialização de seus eixos e demais norteamentos corroboram para a construção de currículos mais elaborados, com conteúdos humanísticos e uma relação mais plural dos aprendentes dentro e fora das universidades. Com mais tempo dedicado às atividades complementares e a

obrigatoriedade do estágio supervisionado é possível pensarmos em uma formação mais factível e a construção de profissionais mais preparados e autônomos.

## 2.2 ACEITAÇÃO E DÚVIDA: OS ESTUDOS SOBRE AS NOVAS DCNs

Aprovadas e implantadas, as novas DCNs passam a carecer de muitos olhares e observação. Como toda mudança, precisa de ajustes, ambientação e de outras orientações. A pesquisa acadêmica cumpre este papel ao tornar estas Diretrizes objeto e ao envolver todos os atores da universidade no processo de compreensão, desvendamento e aceitação de suas decisões. As DCNs geram novos caminhos e, como uma célula *mater*, fazem surgir outros direcionamentos para o ensino e indicação para o aprendizado. As grandes discussões que permeiam a implantação das novas DCNs de Jornalismo dizem respeito às suas próprias concepções teóricas e práticas e a tentativa de estabelecimento de uma epistemologia própria do campo. Encontramos um ponto de convergência nesse meio que é a busca pela implantação de uma educação mais autônoma e a formação de um egresso com capacidade emancipatória de olhar o mundo como integrante de suas transformações e não como um sujeito passivo, receptor das determinações e imposições fabricadas pelo mercado, grupos dominantes ou evolução dos modos de pensar da sociedade. Os debates sobre o tema em questão vêm se dando de maneira acalorada há muito tempo, com maior acirramento a partir de 2009, quando foi formada, pelo MEC, a Comissão de Especialistas responsável por este novo debate. Contudo, nosso recorte começa em 2013, ano de sua implantação, e se encerra em 2017. Realizamos um levantamento cuidadoso no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e em outras plataformas a respeito do tema estudado, a fim de conhecer outros trabalhos em desenvolvimento sobre o tema, como também compreender melhor este processo de mudança no Ensino de Jornalismo no Brasil. Entre os textos mais relevantes pesquisados, destacamos dois capítulos de livro, uma tese de doutorado, uma dissertação e seis artigos científicos, exatamente nesta ordem. Trazemos ainda dois dossiês de especialistas que estavam no âmbito da discussão original, militando a favor e contra as mudanças. O primeiro foi publicado em 2014, na edição 188 da revista *Cult*, reunindo textos de seis profissionais e pesquisadores da área. O segundo, em 2015, no periódico eletrônico *Questões Transversais* – revista de epistemologias da

Comunicação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), contendo cinco artigos e uma apresentação.

Começamos pelo professor José Marques de Melo (2015), tutor e coordenador da Comissão de Especialistas instituída pelo MEC para construir, apresentar e defender a proposta que geraria o texto base das novas DCNs. Ele classifica o novo formato de Ensino de Jornalismo no Brasil como mestiço, porque está sedimentado no tripé: conhecer, experimentar e pesquisar (exatamente nesta ordem), pois mantém um equilíbrio entre os modelos europeu e estadunidense. O autor sugere dois pontos necessários para o avanço da educação jornalística: o primeiro focado no rompimento da tradição gutenberguiana, responsável por manter o Jornalismo prisioneiro de estruturas tecnológicas anacrônicas (em outras palavras na estrutura impressa), e o segundo na necessidade de ultrapassar a caricatura balzaquiana que induziu as escolas de comunicação a privilegiar a formação aristocrática de jornalistas comprometidos com os interesses das elites. Marques de Melo (2015) defende uma sintonia entre comunidade acadêmica, o mercado e a sociedade civil como solução para romper as paredes do gueto universitário e devolver ao Jornalismo sua função social primária.

Meditich (2015), que assim como Marques de Melo (2015) foi um dos estudiosos da Comissão de Especialistas, aponta a aplicação das novas DCNs como oportunidade para o reencontro do Ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua história. Sugere que o debate sobre as vantagens e desvantagens das mudanças relativas à sua implantação revela muito dos receios de alterações nas posições de poder dentro das faculdades, pois se trataria de uma oportunidade histórica de superar a dicotomia entre teoria e prática nos cursos de Jornalismo, uma vez que a norma aprovada no CNE acaba com a ambiguidade entre formar para a prática e para a área acadêmica.

Ferreira (2017) crítica os dois anteriores ao falar do discurso e perfil dos *experts* da Comissão de Especialistas responsáveis pelo relatório que culminou com a aprovação do Parecer 39/2013 e resolução nº 1/2013 que estebelece as DCNs para o Curso de Jornalismo de 2013. Esta crítica tem como base três questões problemáticas: a) qual o perfil e o papel dos *experts*, especialistas da Comissão do curso do jornalismo, na qualidade de representantes das entidades de classe e do governo, nas formações discursivas das diretrizes curriculares nacionais do curso de Jornalismo aprovadas pela Resolução Nº1 de 27 de setembro de 2013; b) como se apresenta o discurso presente nas formações discursivas das diretrizes curriculares nacionais de Jornalismo aprovadas; c) de que modo o discurso produzido pela agenda global é reproduzido pelas comissões de

especialistas dos cursos de Jornalismo? Para a pesquisadora, as DCNs de Jornalismo de 2013 foram fabricadas ainda sob a sombra das redes que constituem o projeto neoliberal da agenda global em todas as áreas, entre elas a Educação Superior, a partir da alienação da Comissão de Especialistas, indicada pelo Ministério da Educação, que parece não ter se preocupado em considerar esta realidade.

Seguindo um caminho paralelo, Lopes (2014) faz um mapeamento dos aspectos políticos e epistemológicos na discussão sobre as DCNs, buscando identificar os rumos que a polêmica em torno de sua implantação tem tomado e aprofundar a compreensão sobre a própria identidade do jornalista no País. Ao apontar estes aspectos nas estratégias discursivas daqueles que são contrários e favoráveis às DCNs, a autora concluiu que alguns agentes se articulam em busca de mobilizar opiniões a seu favor, bem como arregimentar apoios junto as instâncias de poder ou outros agentes do universo acadêmico. A pesquisa identificou ainda oposições entre “teoria e prática” e “Jornalismo e Comunicação” como tensões presentes e permanentes no ambiente acadêmico, como culturas que constroem uma configuração de função dupla no mundo acadêmico, permeadas pela existência de estratégias políticas, mas que não anulam a existência de uma dimensão epistemológica em jogo.

Moreira (2016), ao buscar identificar a percepção dos professores de fotojornalismo com relação às novas DCNs, considerou a dificuldade histórica sobre a dicotomia entre teoria e prática presente no Ensino de Jornalismo desde sua implantação no Brasil, principalmente dentro das disciplinas que estão naturalmente ligadas às atividades práticas. Ela constatou a existência de um equilíbrio entre a quantidade de professores pouco familiarizados com o texto das DCNs e aqueles que já tiveram contato com a nova norma. Verificou também a existência de um cansaço acadêmico em relação às tantas mudanças na legislação, o que os levam a conhecer as Normas por osmose ou simplesmente terem pouco interesse por elas.

Teixeira e Marinho (2016) ouviram representantes de sete Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná a fim de compreenderem as principais mudanças propostas pelas DCNs e como os cursos onde estão vinculados irão se adaptar a elas. Os entrevistados disseram compreender a necessidade da aplicação das mudanças propostas pelas Diretrizes, mas apontaram dificuldades de adaptação e demonstraram preocupações quanto à sua aplicabilidade prática. A maior preocupação dos professores, conforme constataram os pesquisadores, foi em relação ao aparato tecnológico, às questões burocráticas do estágio e a produção do TCC.

Antonioli (2014) apresenta um panorama histórico do ensino de Jornalismo no Brasil, sob a perspectiva da legislação educacional, bem como a formação do jornalista a partir dessas diretrizes e do cenário comunicacional que este atua. Ela compreende que a liberdade permitida pelas DCNs exige que as escolas discutam e reflitam sistematicamente sobre seus cursos, observando a necessidade de desenvolver em seus jornalistas as competências exigidas atualmente pelo mercado, cada vez mais amplo, dada a explosão do ambiente digital. Mas alerta que o desenvolvimento tecnológico é veloz e, por isso, a produção jornalística se modifica rapidamente devido à criação de novos suportes. Na opinião da autora, a formação do Jornalista não pode se limitar apenas ao modelo clássico de Jornalismo, mas também prepará-lo para os setores de comunicação que exigem uma formação criativa e empreendedora. Neste sentido, as DCNs chegam com propósito de resgatar a própria profissão do jornalista, mas também oferecem aos cursos indicadores para a construção de projetos pedagógicos que compreendem aspectos essenciais para a formação do jornalista do século XXI.

Dias, Lachowski e Luiz (2014) discutem os desafios do ensino do Jornalismo a partir do diálogo de duas experiências docentes com as DCNs, referentes às estratégias de ensino utilizadas em cursos de universidades públicas do estado de Mato Grosso. Observaram disciplinas distribuídas entre o 2º e o 6º semestres, situadas nos eixos de formação profissional, atuação processual e prática laboratorial. O trabalho considerou como linhas norteadoras a compreensão da realidade socioeconômico, política e cultural; concepção social do jornalismo; respeito às bases da produção profissional; e narrativas multimidiáticas. Como entendimento final, os pesquisadores disseram acreditar que o ensino superior continua como melhor alternativa para formação de um profissional consciente de seu papel e de sua profissão, apesar da queda da obrigatoriedade do diploma em 2009. Para eles, embora as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas tenham maior vocação para a pesquisa, é necessário preparar o acadêmico na mesma proporção, com vistas ao mercado de trabalho. Neste sentido, as DCNs estabelecem referências mais sólidas no campo didático-pedagógico, pois concretizam o diálogo entre teoria e prática.

Dias e Costa (2015) apresentam uma discussão sobre os desafios do ensino de Jornalismo no Paraná diante das DCNs e mudanças introduzidas na sociedade do século XXI pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. A partir de um estudo exploratório das matrizes curriculares dos cursos de Jornalismo de oito universidades pesquisadas, observaram de que maneira os temas relacionados ao universo online

aparecem nas disciplinas das grades curriculares dos cursos. Para eles, as DCNs marcam uma nova fase no ensino de Jornalismo, principalmente por ampliar a discussão sobre novas tecnologias que ainda são incipientes no currículo acadêmico dos cursos investigados.

Cordeiro (2017) realiza um levantamento em quatro cursos de Jornalismo do Norte e do Nordeste buscando observar como é trabalhado o ensino da disciplina de Jornalismo Digital, de acordo com o que preconiza as DCNs de 2013. A investigação discute a necessidade de um olhar mais atento para a rapidez das transformações no cenário jornalístico no que diz respeito às plataformas de produção de notícia e o tipo de linguagem utilizada para a reprodução das histórias apuradas no campo de trabalho desse novo profissional midiaticizado. No que condiz as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, o pesquisador percebeu uma preocupação dos discentes em relação ao contato com disciplinas novas, fora do seu campo de atuação. Também que as instituições reclamam não terem professores suficientes para atenderem todas as novas exigências, ao mesmo tempo que esperam do corpo docente existente o interesse e habilidades necessárias para exercerem as novas disciplinas que envolvem o jornalismo online. Com relação à estrutura dos cursos, observou que as universidades privadas estão melhor preparadas para as mudanças, principalmente no que diz respeito a equipamentos que possibilitem o ensino-aprendizagem de disciplinas voltadas para o Jornalismo on-line. Na visão de Cordeiro (2017), as novas DCNs preconizam mudanças estruturais significativas no Ensino de Jornalismo que são bastante incisivas no que tange a inovação e as mudanças tecnológicas. Porém, isso esbarra na limitação estrutural e financeira das instituições, pressionadas pelas mudanças, mesmo sem ver quase nenhuma modificação em sua estrutura física e acadêmica. Este quadro cria uma incerteza quanto à efetivação do ensino de Jornalismo Digital e como ele vai se comportar no futuro.

### 2.2.1 Dossiês DCNs: a crítica e a resistência

No dossiê da revista *Cult*, *Ciro Marcondes Filho* (2014), criador da Nova Teoria da Comunicação, que dá bases para a constituição do Campo da Comunicação nas ciências humanas a partir do amadurecimento e da operacionalização do conceito de comunicação, aponta as novas DCNs como retrocesso em todo um trabalho de décadas que propunha a construção de mentes críticas por meio do Ensino de Jornalismo. Em

sua posição mais categórica, afirma que os membros da Comissão de Especialistas estão mais próximos do mercado do que da universidade e, por isso, forçam um curso cujo objetivo é oferecer uma preparação mais técnica do que intelectual. Estaria a Comissão se vexando em dizer que a teoria acaba por desprestigiar a prática e ridicularizar os valores do jornalismo e que a prática reflexiva e crítica abalaria a vocação dos estudantes, destruindo seus ideais e os substituindo pelo cinismo. Existiria, desta forma, um equívoco de origem nas DCNs. Este é o motivo que Leva Marcondes Filho a defender uma atuação crítica do estudante jornalista, voltada a questionar fatos da sociedade, apontar irregularidades e denunciar manobras perversas de políticos e poderosos. Este espírito crítico, diz ele, só se desenvolve nos bancos das universidades e não nos computadores das redações, onde o jornalista só abaixa a cabeça e passa a trabalhar como operário, forçado pela linha editorial da empresa. Não é o jornalista que deve formar os novos jornalistas, mas a universidade que possui abertura de mente para isso, espaço para experimentação, leitura, pesquisa e oportunidade de discussão, pois:

O abandono do espírito universitário e a mudança de rumo para seguir, de forma produtiva, aquilo que já se faz no mercado, condena a área de jornalismo a se rotular como não acadêmica, não universitária no *stricto sensu*. Um paradoxo, visto que são esses mesmos professores encantados com as novas diretrizes que pregam a constituição de uma área de saber específica do Jornalismo, algo abstrato e vaporoso como uma ‘ciência do jornalismo’”. (MARCONDES FILHO, 2014, p. 25),

O autor enxerga o Jornalismo como uma prática, um exercício subordinado e regido por campos epistemológicos consolidados: ciências política, economia, filosofia, entre outros. Mas, contrariando suas críticas, aposta que as novas DCNs terão pouca influência nas universidades públicas, onde existe liberdade para modificação das matrizes curriculares, diferente das instituições privadas que ficarão submetidas às regras e às comissões avaliadoras do MEC, estas permeadas por muitos interesses particulares. Quer dizer, Marcondes Filho critica que os membros destas comissões são de universidades públicas e teriam motivos individuais para não agir com justeza na avaliação institucional dos cursos privados. Ele só não explica em seu texto como isso acontece ou que motivos o levam a acreditar que as instituições particulares de ensino não terão a mesma liberdade que as públicas de compor suas matrizes, mesmo sendo esta modalidade de ensino (aqui considerando não apenas o curso de Jornalismo)

responsável por 79% das matrículas de nível superior no Brasil, e apresentando crescimento anual médio 35%<sup>5</sup>.

Para José Arbex Jr. (2014, p. 30) as DCNs reduzem “o ensino de jornalismo a um conjunto de práticas adequadas às necessidades das grandes empresas e ao ‘mercado’ em geral, esvaziando qualquer possibilidade de reflexão crítica”. Reclama que ao escolher os especialistas, o MEC não levou em consideração as recomendações da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 27 estados e envolvendo mais de 30 mil pessoas, cujo resultado final apontou uma série de medidas para o reordenamento do Jornalismo no Brasil. Este é um dos motivos que levam o autor a criticar o relatório da Comissão de Especialistas por se manter no nível das generalidades teóricas, quando deveria apontar propostas capazes de oferecer uma perspectiva democrática à integração do Jornalismo na vida das comunidades, incluindo o midiativismo (o ativismo das mídias sociais), pois na realidade de escolhas reside a real democracia, mas as DCNs rejeitam tudo isso.

Muniz Sodré (2014) reclama da separação que as DCNs promovem entre o Jornalismo e a Comunicação. Ele censura o discurso da criação de um campo de conhecimento da área pois:

A palavra “campo” não tem aí como referentes a produção e o consumo de jornalismo, e sim o espaço acadêmico de reflexão e constituição de um saber positivo sobre a comunicação. Apesar de sua importância social, o jornalismo é tão só uma parte desse campo, que recobre uma variedade de outras práticas, além dos problemas atinentes ao laço coesivo das sociedades humanas. Restringir-se ao jornalismo oitocentista – que permanece colado ao sistema de produção e distribuição de informações – é reduzir esse escopo teórico. (SODRÉ, 2014, p. 28).

Seguindo raciocínio paralelo, Silva (2014, p. 36) acha que a estratégia de separação do Jornalismo da Comunicação Social, inserindo-o nas Ciências Humanas, indica que os defensores dessa ideia se sentiam dominados pelo campo ao qual o Jornalismo era (e ainda está) constituído. Ao mesmo tempo, questiona se a Comunicação e as Ciências Sociais Aplicadas já não fazem parte das Ciências Humanas. Vendo desta maneira, supõe que dificilmente este reposicionamento produzirá consequências na formação de profissionais para o exercício concreto do

---

<sup>5</sup> Fonte: Semesp. Disponível em: << <http://www.semesp.org.br/?research=mapa-do-ensino-superior-2017>>> Acesso em: 19 de março de 2018.

Jornalismo. O autor criticou que a ausência de representação da iniciativa privada na Comissão, conforme observado anteriormente por Marcondes Filho (2014), favoreceu o aumento no número de horas no curso, além de deixá-lo ainda mais prático. Neste sentido, indica que o único efeito, certo até agora, das DCNs é ter dividido, novamente, professores de Jornalismo com base em duas categorias muito antigas e duvidosas: práticos e teóricos. (SILVA, 2014).

Silva, G. C. (2014) ouviu e trouxe para a discussão o ponto de vista de outros professores a partir de questionamentos que consideraram: “a comissão do MEC”, “avanços e retrocessos das novas diretrizes”, “desvalorização da teoria das DCNs” e o “conflito entre Jornalismo e Comunicação”. O professor Luís Carlos Iasbeck, da Universidade Católica de Brasília (UCB), disse à Silva, G. C. Que a Comissão de Especialistas não representa as tendências do estudo da Comunicação e parece não se dar conta das mudanças radicais que o Jornalismo está enfrentando com a convergência das mídias. Ele entende que as DCNs reduzem a profissão a técnicas de divulgação de notícias. Eugênio Bucci, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA), pensa diferente. Para ele, com as DCNs se tem um delineamento que se aproxima um pouco mais da natureza essencial do Jornalismo e mantém vivas e atuantes as redações independentes e críticas que possibilitem visões apartidárias. O que faltava era uma visão mais clara do que é a imprensa e as DCNs ajudam nesta definição. Bucci acrescenta que os cursos de Jornalismo no Brasil são ruins e a tarefa dos professores é aprimorá-los, situação que as DCNs podem ser úteis. Quanto ao embate entre união e separação entre Jornalismo e Comunicação, ele discorda: “Acho que não há cisão entre defensores da comunicação e ‘separatistas’. Examinei bem esse ponto. Há, sim, passagens em que se afirma uma autonomia do jornalismo em relação à comunicação, mas isso é positivo e desejável.” (EUGÊNIO BUCCI *in* SILVA, G. C., 2014, p. 39).

Albuquerque (2014) reforça a opinião do grupo anterior ao sugerir que o princípio que faz surgir as novas DCNs em nada tem a ver com a lógica do profissionalismo, mas com as raízes profundas na “traição cartorial” brasileira, “de acordo com a qual o estado delega à determinadas instâncias da sociedade o poder de conferir certificados aos quais estão associados determinados privilégios” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 33). Segundo o autor, este enquadramento, fortificado inicialmente pelo Império no caso dos cursos de Medicina e Direito, e durante a Ditadura Militar em relação ao Jornalismo, favoreceu os sindicatos e à Fenaj que

passaram a se comportar como guardiões de uma fronteira corporativa. Ou seja, esses órgãos se encarregaram de definir quem pode ou não exercer a profissão. A queda da obrigatoriedade do diploma em 2009, forçou estas entidades a ampliarem a luta por seus espaços, por isso, a Fenaj se aproximou das universidades por meios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e criou, em 2000, a Cátedra Fenaj/UFSC de Jornalismo, sendo espelho para o surgimento, em 2003, da Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPjor) e, em 2004, do Fórum de Professores de Jornalismo (FNPJ). Tais iniciativas têm grande relevância na estratégia da Fenaj, pois, “ao invés de delegar à universidade a tarefa de formar os seus profissionais, ela agora passou a reivindicar o exercício de um protagonismo na formação de novos jornalistas, no interior da instituição universitária.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 35).

O pesquisador ampliou esta discussão um ano depois, através do dossiê da revista *Questões Transversais da Unisinos*, num artigo escrito em parceria com o também professor Marco Antonio Roxo. Neste trabalho, os dois utilizam os fundamentos históricos e culturais usados na construção das novas DCNs de Jornalismo para reforçar a crítica à tradição cartorial brasileira, destacando, inclusive, a posição que o diploma de jornalista ocupa no espaço de definição social deste profissional. Conforme observado por Ferreira e Silveira (2015), os autores apresentam uma hipótese inversa em relação à autonomia reivindicada, pois esta autonomia está subordinada à universidade, associada aos mercados e demandas corporativas, não necessariamente respondendo a uma demanda da sociedade.

Para compreender com mais clareza esta discussão, é preciso explicar melhor o conceito de “estado cartorial”. Segundo Jaguaribe (1958, *apud* ALBUQUERQUE e ROXO, 2015) trata-se de um instrumento a partir do qual as elites agrárias estabeleceram estruturas de parasitismo social, questão negativa para o desenvolvimento de um capitalismo moderno no Brasil. Por aqui, esta estrutura começa a se estabelecer a partir de 1930, como suporte para a modernização da sociedade política através do acesso de economistas, engenheiros e advogados a uma série de funções na estrutura do Estado. Mas, esta estabilidade custou caro, pois a contrapartida pela formação, titulação e empregabilidade foi a inserção ativa destes agentes “na construção orgânica da sociedade e poder” (PETRARCA, 2010, *apud* ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 30). Neste cenário, administrado pelo Estado Novo, os sindicatos dos jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo passaram a defender a obrigatoriedade do diploma, com objetivo

de transformar a prática social do Jornalismo numa profissão. A “credencial acadêmica era um símbolo de *status* e prestígio capaz de alçar os jornalistas à elite política responsável por definir os destinos do país” (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 30). Tese novamente reforçada nas décadas de 1940 e 1970. Um elemento crucial da lógica cartorial “é a importância que ela atribui aos títulos e certificados como via de acesso a determinados cargos e ao *status*, vantagens e privilégios a eles associados (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 29), nem sempre condizentes aos aspectos mais substantivos, no que diz respeito às atividades práticas dos cargos.

Neste sentido, os autores trazem de volta a memória da resistência quanto à regulamentação da profissão do jornalista, situação que atravessou inclusive um pedido de intervenção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara em julho de 1964, protagonizada pela elite da profissão. Fazem isso para mostrar que, ao mesmo tempo que a elite do Jornalismo denunciava o crescimento do regime autoritário, negociava com ele a regulamentação da profissão. Em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela queda do diploma de Jornalismo como obrigatoriedade para exercício da profissão, o ministro Gilmar Mendes, relator do processo, disse que o decreto-lei 972/69, que regulamentou a profissão, foi instituído durante o Regime Militar com finalidade de afastar do jornalismo os intelectuais contrários ao regime. Não deixou o ministro de ser duramente criticado pela classe, por agir em defesa do patronal, mas isso não diminui o peso que teve a sua crítica. Seguindo a linha de Gilmar Mendes, Albuquerque e Roxo (2015) comparam o cartorialismo ao patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo, pois afasta o Brasil da modernização virtuosa acontecida em sociedades capitalistas centrais. Na contramão desta possibilidade, o cartorialismo se encaixa, no entendimento dos dois, como peça fundamental do processo de modernização autoritária, já que opera como um princípio de legitimação da ordem social. O jornalismo, como uma das áreas sedimentadas do mercado, a força da lógica cartorial se manifesta de maneira particularmente notável:

[...] exemplos disto são a profusão de associações científicas de todos os tipos, que reivindicam seu quinhão de influência junto às instâncias do Estado no tocante a temas específicos, a verdadeira paixão com que amplos setores da área se dedicam a homenagear seus nomes ilustres e, não menos importante, o fenômeno das “comissões de especialistas” – como a que elaborou o projeto das Diretrizes Curriculares do curso de Jornalismo – compostas por pessoas cujo status de “especialista” é concedido antes por um ato de certificação

realizado por uma agência do governo do que pelo reconhecimento dos seus pares. (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 29).

No entendimento dos autores, a união entre a Fenaj e um grupo de professores de Jornalismo foi uma forma de vingança à decisão do STF, mas esta manobra é refletida sob a subordinação da lógica do ensino e da pesquisa universitária à agendas externas, “oriundas da lógica corporativista dos sindicatos de jornalistas e instrumentalizadas pela ação cartorial do Estado [...] o que [...] implica o cancelamento de qualquer pretensão de autonomia universitária no tocante a este campo do conhecimento.” (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 33). O crescimento dos cursos de jornalismo em 400% entre 1990 e 2010, passando de 61 para 317, respectivamente, e sem oferecer o mesmo peso qualitativo do avanço propostos é colocado como exemplo que sintetiza a crítica da situação em destaque. Afinal, que transformações socioeconômicas teriam ocorrido para a existência dessa demanda que justifiquem tal crescimento e necessidade dessas mudanças curriculares? Como não há razões sólidas para justificar tudo isso, a suspeita é que a demanda foi criada pela oferta para prover uma reserva de mercado, visível a partir da lógica cartorial do diploma e seus diplomados:

O colapso do mercado de trabalho dos jornalistas não está em contradição com os termos dispostos pelas novas Diretrizes; ao contrário, e paradoxalmente, eles servem como justificativa para elas. É justamente porque, no âmbito das redações, os empregos para jornalistas estão em decadência que a universidade deve oferecer oportunidades de trabalho para eles (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 34).

O problema é que isso tem um preço e quem começa pagando são os estudantes, “condenados a passar mais tempo na faculdade para receber uma formação datada, teoricamente frágil e pouco adequada ao mercado de trabalho atual.” (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 34). A sociedade como um todo também paga, pois é quem banca tudo isso. Neste sentido é que os autores dizem que o novo modelo tem um caráter tecnicista, pois retira a fundamentação teórica da formação do jornalista, o que resulta numa definição reducionista da área em um contexto no qual o Jornalismo atravessa uma grave crise e as oportunidades de trabalho se apresentam principalmente no campo da convergência midiática. Diante disso tudo, as DCNs se apresentam apenas como a nova face de um velho problema (ALBUQUERQUE e ROXO, 2015, p. 28).

Em artigo em que discute a criação do bacharelado em Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Rosa (2015) cria um paralelo entre a visão cartorial do sistema e a polêmica da divisão da grande área da Comunicação, com a implantação de outros cursos anteriormente atreladas a ela. A autora questiona até que ponto tal área é legitimada e possui regras definidas para se constituir autonomia. Uma justificativa encontrada é a hipótese de que “a base do curso de Tecnologia em Comunicação Institucional da mesma IES, bem como as pesquisas teóricas sobre o tema, podem suportar a implantação deste curso desafiador, percebido como uma oportunidade para o desenvolvimento da comunicação” (ROSA, 2015, p. 44), mas isso não afasta a existência de uma imposição inversa em que a demanda cartorial se sobrepõe à necessidade social. Baldissera (2009) explica que a Comunicação Organizacional é um subsistema da Comunicação, por estar no âmbito das relações organizacionais, ou seja, uma subárea. Rosa (2015) defende a Comunicação como campo epistemológico superior, capaz de abarcar as muitas possibilidades e atividades comunicativas comuns – é o caso do Jornalismo, da Publicidade, das Relações Públicas e também da Comunicação Organizacional. “A comunicação como campo é aquela em que estão inscritos os saberes constituídos e em que a própria comunicação se inscreve e é inscrita de um ponto de vista epistemológico; ou seja, trata-se da ciência da comunicação enquanto reflexão aprofundada.” (ROSA, 2015, p. 45).

Não existe um consenso nem sobre o que é Comunicação Organizacional, nem sobre a noção de Organização. Não é que Rosa duvida da capacidade da UTFPR ou da Universidade de Brasília (UnB) – únicas no Brasil a oferecerem um bacharelado em Comunicação Organizacional – em oferecer tal formação, mas não se pode negar o desafio que é assumir a responsabilidade de implantar um novo curso “quando o próprio campo da comunicação é posto à prova, quando pesquisadores e instituições de ensino discutem a existência ou não de uma comunicação pura e de uma comunicação com habilitações” (ROSA, 2015, p. 51). No mesmo sentido, a autora questiona se ao alterar as DCNs, o CNE não estaria “fomentando a separação completa das áreas e a criação de novos organismos representativos isolados, independentes e autônomos para fora do campo da comunicação” (ROSA, idem). Como se trata de questão bastante pertinente, preferimos abrir um novo subtópico para permitir melhor concentração de leitura e interpretação de nosso estado da arte.

## 2.2.2 Epistemologia própria e afirmação profissional

É possível pensar um campo para o Jornalismo separado da comunicação? Ou ainda: é possível estabelecer uma epistemologia do jornalismo a partir do campo da comunicação? Ao trazerem estes questionamentos, Migowski da Silva *et al* (2015) interrogam sobre o papel da prática e os desafios impostos pelos recentes avanços tecnológicos da sociedade em rede. Os autores explicam que o conceito inaugural de campo diz respeito a um espaço social estruturado, onde também existe uma relação de forças, com disputa de poder, sendo a tensão neste caso a concepção dos campos jornalísticos e comunicacional. “Nesse sentido, o campo jornalístico, para Bourdieu, é um microcosmos que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos.” (SILVA, 2000, *apud* MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015, p. 54). Já em relação à diferença entre os campos, existe, por parte da Comunicação, uma recusa de uma definição disciplinar contrária do Jornalismo que se esforça para se consolidar como ciência:

É a “aflição da vida” que faz nascer novas disciplinas científicas, de modo que a vida como um todo e a experiência individual da vida se encontram diante do trabalho científico. É dessa relação entre o universal e o particular que se dá a ligação da vida com a ciência. Essa constatação ganha força a partir da emergência e consolidação de um cenário em que o jornalismo precisa estabelecer diálogos com sistemas externos ao seu – como, por exemplo, aspectos ligados à tecnologia e ao até há pouco tempo chamado público – para justificar sua própria existência. (MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015, p. 54).

Pensando assim, os autores questionam sobre o tipo de conhecimento valorizado pelo Jornalismo e de que maneira este conhecimento é distribuído e atribuído. Falam ainda de uma fragilidade teórica da área e concordam com Albuquerque e Roxo (2015) sobre a aprovação das DCNs como revanche à queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício da atividade de jornalista. Citando Meditsch (2010), Migowsky da Silva *et al* (2015) trazem de volta o contexto do Currículo Mínimo de 1969 que criou o curso de Comunicação e rebaixou o Jornalismo a uma de suas habilitações, para dizer que esta medida tornou tanto o Jornalismo quanto a Comunicação uma “quase disciplina”, pois a proposta aproximava a teoria da prática. Contudo, a cultura – ou conjuntura - de se abandonar os currículos ao longo do tempo, acabou mudando essa proposta e então “as disciplinas gerais, local da teoria, foram voltadas para a formação

polivalente e as disciplinas específicas, técnicas, focaram na habilitação – que ficou desbancada de uma teoria própria e, portanto, fragilizada epistemologicamente.” (MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015, p. 55). Para Levisolo (2002, *apud* MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015), o currículo é um indicador de acordos epistemológicos do campo, pois um campo consolidado possui um currículo disciplinar organizado e específico. Quando o campo não é consolidado o que se percebe é um currículo-mosaico. Neste sentido, quando os currículos são guiados pela formação profissional é difícil localizar sua episteme. “Preocupada em converter ocupações em profissões, estrutura-se sobre um currículo-mosaico e engloba ‘conteúdos que podem ir desde a filosofia do conhecimento até a elaboração de uma matéria para o jornal’” (LEVISOLO, 2002, *apud* MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015, p. 55).

Os estudos nos efeitos da mídia, em detrimento da produção e prática específica do Jornalismo, é, segundo Meditsch (2010, *apud* MIGOWSKY DA SILVA *et al*, 2015), uma das causas que dificultam o desenvolvimento de uma teoria na área. Este comportamento, discutido na construção e aplicação das novas DCNs, cria, na visão dos críticos, uma “terra de ninguém” no campo jornalístico que acaba sendo ocupado por pesquisadores de fora da Comunicação. Pensar sobre a constituição epistemológica de uma área do saber é pensar sobre as práticas discursivas que lhe dão lugar, pois o Jornalismo, como disciplina, é resultado de relações de força e de sentido que não se limitam ao campo científico. (MIGOWSKY DA SILVA *et al* 2015).

A revogação do diploma pelo STF e a aprovação das novas DCNs para o Ensino de Jornalismo são os eixos usados por Fausto Neto (2015) para reforçar um discurso de oposição à mudança curricular. Em sua perspectiva, as discussões em torno destes temas não acompanham questões centrais que afetam o Jornalismo na ambiência da midiaticização, sobretudo pelo fato de que quando as Diretrizes estavam sendo aprovadas, o debate sobre a formação do jornalista no âmbito internacional estava mais interessado em discutir a formação do jornalista e o futuro do jornal. Neste sentido, o pensamento do autor converge com o de Meditsch (2012) sobre a perspectiva inversa da universidade de partir da teoria em vez da prática, pois em seu entendimento, as DCNs foram produzidas como se seus responsáveis desconhecêssem todo um arcabouço de estudos e pesquisas sobre o contexto em que o Jornalismo e o Ensino de Jornalismo estão inseridos, acima de tudo, em relação à afetação da lógica da midiaticização, seus efeitos sobre a formação de seus profissionais e a complexificação das instituições e de suas práticas. E que contexto é esse? Ora, o da mudança de perspectiva em relação à

notícia, o noticiado e o produtor da notícia. Se antes o jornalista era o detentor das fontes e da informação, se fazia uso da realidade como matéria prima, hoje ele é apenas parte deste processo: um mediador dos acontecimentos da sociedade da informação, pois “as mudanças que se produzem no ecossistema comunicacional atravessam também o jornalismo como instituição, prática social e objeto de estudo, requerendo novas matrizes de inteligibilidade sobre as mutações que nela se manifestam. (FAUSTO NETO, 2015, p. 37).

Para o autor, as DCNs estão fundamentadas em concepções que enfatizam a percepção de um jornalista mediador fortificado, em vista das rotinas de trabalho e seus princípios auto-organizantes, à medida em que o Jornalismo é, antes de mais nada, uma profissão específica e dotada de certa autonomia. Porém, ao mesmo tempo que desempenha um papel social importante e contribuindo para a formação da opinião pública, o Jornalismo também prioriza epistemologias privadas ao exigir a existência do diploma para o exercício da profissão. É isso que, para Fausto Neto (2015), determina o caráter de singularidade que engessa esta área, ainda mais quando promove seu afastamento de outros campos, como a Publicidade, Relações Públicas, etc., sob viés de que a convivência laboratorial com elas seria impossível, posição que segue na contramão de como se comporta a produção de conhecimento no mundo. Esses são alguns dos argumentos que levam as DCNs a abandonarem “o território programativo no qual formulam os ecos das injunções societárias e suas dinâmicas relacionais sobre o avanço do jornalismo, suas práticas – e sua vocação mediadora permeada por tais polifonias –, para fazer um regresso ao domínio insular da profissão.” (FAUSTO NETO, 2015, p. 39).

Todas essas questões geram interferências na compreensão do *status quo* e afetam diretamente a autonomia e o lugar da fala do jornalista, vez que não está clara a relação entre as fontes e os leitores, ante sua relação de conflito e cooperação, e a circunstância mediadora deste profissional, pois os novos processos de interpenetração – fontes/jornalista/ leitor – reformulam a concepção da autonomia sobre a qual a prática jornalística edifica seu *ethos*. A insurgência da internet reforça a importância da atividade mediadora, sobretudo nos aspectos técnicos e críticos do jornalista, como aspecto significativo de sobrevivência da própria profissão, ao mesmo tempo que o tira desta condição e o leva à situação de midiatização, o que não difere de outros tantos que, como ele, estão imersos na dimensão da informação digital. (FAUSTO NETO, 2015). Por isso, o autor acredita que “situar o trabalho do jornalista nesta perspectiva

implica reconhecer a necessidade de um processo formativo que vá além de uma ‘simbólica interessada’ (já que as) afetações da midiaticização também se manifestam sobre as matrizes formativas dos jornalistas.” (FAUSTO NETO, 2015, p. 42).

Um dos efeitos desta midiaticização e da circulação sobre o campo, práticas e processos formativos, é o que, supõe o autor, está gerando a desinstitucionalização da profissão, o que força o encolhimento das redações e faz surgir novas formas de trabalho. Essa realidade pode ser entendida como processo amplificador das condições de autonomia do trabalho jornalístico que, neste caso, “se faria cada vez menos por uma comunidade específica de profissionais, segundo contrato de trabalho, e cada vez mais por pessoas dotadas de outros leques de protocolos menos vinculados aos regimes profissionais” (FAUSTO NETO, 2015, p. 42). Mas é preciso dizer que isso também gera mudanças nos processos formativos, não apenas no aspecto da universidade, mas em todo o campo de conhecimento.

Para Meditsch (2015), no Brasil, a crise de legitimidade do campo de Comunicação veio a público com maior destaque após a aprovação das DCNs de Jornalismo, embora tenha começado bem antes, desde 2006, com as diretrizes para o curso de Cinema e Audiovisual, influenciado em parte com o contexto externo da área. Ele rebate o pensamento do não reconhecimento do Jornalismo como área autônoma pois “não se tratava de uma subárea agregada ao campo preexistente, mas da subárea que lhe deu origem. Ainda que [...] já não fosse a habilitação mais numerosa entre os cursos de Comunicação do país” (MEDITSCH, 2015, p. 24). Em seu entendimento, as críticas destinadas às DCNs expressam o descontentamento de uma parcela de pesquisadores que pouco se preocupam com as causas e consequências apontadas sobre as mudanças propostas. Por isso, defende que as Diretrizes definidas, seja no Jornalismo, Cinema ou Relações Públicas, são resultado do amadurecimento de uma crítica ao funcionamento do campo, desconsiderado pela Teoria da Comunicação. “As novas Diretrizes dos três cursos preenchem esta lacuna sem suprimir o espaço da Teoria da Comunicação, mas desafiando-a a dialogar com as perspectivas teóricas das disciplinas aplicadas da área.” (MEDITSCH, 2015, p. 25).

A relação de poder interna ao campo, segundo o autor responsável por esta disputa entre as áreas, tem raiz no processo de institucionalização da Comunicação como área acadêmica em todo o mundo. Ela chega no Brasil em 1962, através do projeto da UnB de Pompeu de Souza e Darcy Ribeiro, mas no mesmo formato que se originou a *Publicística* na Alemanha, nos anos 1920, e a *Mass Communication* nos

Estados Unidos, nos anos 1930. No entanto, com o golpe de 1964, o que se tem é o desaparecimento das áreas de Jornalismo e Comunicação em favor da formação de um comunicador polivalente e instrumentalização política das áreas. Segundo Nixon (1963, *apud* Meditsch, 2015) neste contexto ocorreu uma importação em massa de acadêmicos de outras disciplinas das Ciências Humanas para ocupar espaço na área, principalmente nas disciplinas teóricas, na configuração de um novo projeto de Comunicação na Universidade.

E são esses professores, com formação principalmente nas Ciências Sociais, nas Ciências da Linguagem, na Filosofia e no Direito, que estruturam a subárea de Teoria da Comunicação e o “tronco comum”, teórico, dos currículos dos cursos. Vindos de disciplinas com maior tradição acadêmica para uma área que não tinha ainda cursos de pós-graduação, são eles os encarregados de criá-los, e seu trabalho é reconhecido pela elevação do nível científico do campo a patamares inatingíveis sem a sua colaboração. (MEDITSCH, 2015, p. 25).

Este formato só começa a mudar a partir da década de 1980, induzido pela cena internacional, protagonizada pela Unesco e pelo Ciespal. Nos anos 80, no entanto, Meditsch (2015) diz que a orientação macropolítica sofre um revés e aqueles que foram chamados ao campo para trabalhar para um projeto de dominação se voltaram teoricamente contra esse projeto, fazendo com que as motivações políticas de modo geral ficassem em segundo plano, coisa que se mantém. No entanto, no que se refere à micropolítica departamental das universidades, esses conflitos persistem, levados pelo que a importação da massa crítica de outras áreas acadêmicas ali provocou. Por causa disso, o conflito, devido às diferentes vocações das ciências humanas e das ciências aplicadas, vem à tona toda vez que a área se obriga a refletir coletivamente, embora “a discussão epistemológica sobre a Comunicação como disciplina não pode ignorar este debate teleológico que define o seu modo de ser” (MEDITSCH, 2015, p. 26).

Como observado, os trabalhos desenvolvidos a respeito das novas DCNs também trazem questionamentos significativos quanto à semiótica de sua constituição, tanto para destacar o lado positivo, quanto para levantar suspeitas relevantes desde a filiação política de seus idealizadores, até a efetivação prática do que preconiza o documento norteador. Creditamos isso ao fato de a educação estar no devir, o que impossibilitaria uma proposta uníssona, contraditória aos movimentos sociais e educacionais fundados no pensamento crítico e na liberdade de pensamento. As dúvidas e críticas quanto à efetivação ou aos pressupostos para a sua construção ao longo de um

período de aproximadamente quatro anos, entre 2009, quando foi instituída a Comissão de Especialistas do MEC, e 2013, data da publicação do Parecer CNE/CES Nº 39/2013, continuam surgindo, cada vez mais pontuais, à medida que vão se efetivando na prática dentro das universidades. Tendo em vista a relevância destas pesquisas, entendemos que nosso trabalho dialoga com todas estas questões e pode contribuir para ampliar as discussões em torno das novas DCNs para o curso de Jornalismo em nosso país.

Considerando os contextos anteriores e posteriores à implantação das DCNs, acreditamos ter trazido uma visão geral e ajudado a construir uma concepção dos conceitos, opiniões e expectativas acerca deste tema. As divergências nos parecem significativas, pois permeiam o caminho da compreensão sem amarras, onde é possível olhar para vários lados. As contradições que suscitam em meio a tanto embate, seguem o mesmo pressuposto. De nossa parte, entendemos que todos os elementos apresentados até aqui sustentam a ideia de que a mudança no currículo do Jornalismo se dá em um momento delicado em que há muitas questões sendo lançadas para debaixo do tapete, ou repetindo situações não recomendadas. Contudo, as transformações do mundo – para não restringir aos cenários apenas da Comunicação – nos levam a compreender a necessidade de mudança e modernização curricular do curso. É urgente a formação de um egresso mais emancipado em relação não apenas ao mercado, mas às próprias formas de pensamento em curso, à rapidez na formação do senso-comum, ao surgimento de tantos canais e mídias, de distorções de informação, de novas nomenclaturas internalizadas, como é o caso do “Fake News”, por exemplo. Mas a mudança pela mudança não representa avanço, por isso, caminharemos para o próximo capítulo, lançando um olhar à questão curricular e trazendo para dentro deste debate o conceito de emancipação, pois entendemos que é por meio dela que se concebe a concretização formadora de um indivíduo autônomo e comprometido com suas bases sociais, políticas e humanas, mas principalmente com os princípios democráticos que regem o seu comportamento social e a própria sociedade em que está inserido.

### 3 CONHECIMENTO, CURRÍCULO E EMANCIPAÇÃO

O que procuramos, ao final de tudo, se não a compreensão, o afeto, e a aceitação do outro junto a nós? Este é o propósito de perseguirmos tantas coisas na vida, de acordarmos cedo e não termos hora para dormir. Contudo, nesta perseguição infinita da vida, esquecemos o que é simples e focamos na complexidade das coisas; renegamos os sentimentos mais básicos, muitas vezes por nos achar imunes ou superiores a eles. A runa nórdica *ingwaz*, representada por um elemento que lembra dois “X” juntos (xx), simboliza um momento de concretização, de paz e liberdade para aqueles que precisam decidir qual caminho tomar. Dela surge a máxima: “onde há vontade, há um caminho”, inferindo que é necessário unir dois sentimentos de determinação e superação para se alcançar o que se almeja: desejo e esperança. Gostamos de como a palavra “caminho” se estabelece nesta metáfora, pois indica ser necessário sempre termos claros os nossos destinos, ou pelo menos as possibilidades deles. Caminhar é descobrir, aproximar, conhecer. O currículo é um caminho e suas interações e tentativas de estabelecimento de um objetivo solucionador é como a vontade, a expectativa de recriar algo em desenvolvimento, porque quem parte para algum destino já é chegado de outro. Ao estabelecerem novas DCNs para o Jornalismo, a Comissão de Especialistas e o CNE usam a experiência dos percursos já seguidos para propor uma nova caminhada. Neste capítulo, buscamos contribuir com eles, ao tentar entender por ângulos mais teóricos e subjetivos, como é possível fazer este desejo realizável, sem renegar ou esquecer as paisagens vivenciadas. Para isso, precisamos nos reaproximar de sentimentos capitais e das experiências formativas do homem, entre elas a informação, o conhecimento e a sabedoria, pois estes fenômenos são estradas que nos guiam ao amor orgânico motivador de nossos corpos, o que nos conduz ao estado de liberdade tangível, possível apenas através da emancipação. Damos vozes e respostas a alguns dos termos utilizados nos capítulos anteriores, como também partimos daqui para a análise do nosso objeto com muito mais entendimento do contexto em que se encontra o fenômeno estudado.

#### 3.1 CURRÍCULO, PROPOSTA E APOSTA

Quando falamos em currículo é sempre necessário apresentarmos o seu caráter etimológico: do latim *curriculum* – ato de correr; corrida, curso. O currículo, como proposta pedagógica, é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo

de conhecimentos e saberes que buscam precisamente modificar as pessoas que vão segui-lo. Podemos dizer que no curso dessa “corrida” acabamos por nos tornar o que somos (SILVA, 1999). Mas há diversas concepções sobre o que é currículo e não existe um consenso a respeito de sua definição. Ele já foi associado a conteúdo escolar, matriz curricular, programa de ensino, ação prática do contexto escolar e tudo isso ao mesmo tempo (PACHECO, 2007). Porém, o currículo não se resume apenas a questões práticas do contexto escolar, ele vai muito além e se constitui também como ideologia, cultura e poder (MOREIRA e SILVA, 2008):

- 1) É ideológico porque veicula ideias transmissoras de uma visão de mundo social vinculadas aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social;
- 2) É cultural, pois não é apenas um veículo para transmitir ou absorver algo passivamente, mas um terreno de criação e produção cultural que faz dos materiais existentes matéria-prima de criação, recriação, contestação e transgressão, ou seja, se constitui como uma forma de transmitir a cultura de uma sociedade;
- 3) E é essa junção entre ideologia e cultura que torna o currículo um instrumento de poder, já que seu conhecimento corporificado é resultado da relação de poder, mas também fator para a sua constituição, isso, considerando que o poder se manifesta nas relações sociais em que certos grupos têm maior domínio sobre o outro. Neste aspecto, o currículo está no centro da relação de poder.

Dando outro passo na definição e qualificação do currículo, é preciso considerar ainda, usando as palavras de Jesus (s.d), que o currículo é também uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, pois:

[...] se reflete em procedimentos didáticos administrativos que condicionam sua prática e teorização. Enfim, a elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero. (JESUS, s.d. p. 2639)

Neste sentido é que se espera do currículo, ou a partir dele, o desenvolvimento da “capacidade do pensamento crítico, da reflexão e da reconstrução da própria gênese histórica do currículo, das teorias e da prática da profissão reconhecendo que as escolhas (pessoais e profissionais) são sempre carregadas de valores” (GESSER e RANGHETTI, 2011, p. 04). Porque, não só o currículo, mas também seus fundamentos devem ser históricos e críticos. É por isso que entendemos o currículo como uma determinante das experiências escolares desenvolvidas em torno do conhecimento, permeado pelas relações sociais, e contributivo para a construção das identidades dos estudantes, estas associadas ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com objetivos educacionais (MOREIRA e CANDAU, 2007).

A palavra currículo é ainda associada a várias ideias derivativas das muitas concepções de como a educação é concebida ao longo da história, mas também às influências teóricas que a afetam e se apresentam como hegemônicas em certos momentos. Moreira e Candau (2007) acreditam que diferentes fatores, sejam eles políticos, culturais, sociais ou econômicos, contribuem para que o currículo seja entendido de várias formas, entre elas como:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
  - (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
  - (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
  - (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
  - (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.
- (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18).

Olhando desta maneira, se percebe que as discussões sobre currículo incorporam compreensões sobre o conhecimento escolar, sobre as transformações que se espera realizar nos alunos, como também os valores e identidades, conhecimento, verdade, poder e identidade. Isso tudo, concretizado de forma prática, mas também subliminar, através de efeitos implícitos nos planos e propostas escolares, nem sempre percebidas por seus atores. É neste contexto que surge o Currículo Oculto (MOREIRA e CANDAU, 2007), circunstância que diz respeito às atitudes e valores transmitidos de forma implícita, no contexto da aprendizagem, materializado através de:

[...] rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir

os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos. São exemplos de currículo oculto: a forma como a escola incentiva a criança a chamar a professora (tia, Fulana, Professora etc); a maneira como arrumamos as carteiras na sala de aula (em círculo ou alinhadas); as visões de família que ainda se encontram em certos livros didáticos (restritas ou não à família tradicional de classe média) (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 19).

O **Currículo Oculto** é referenciado por tudo aquilo que não está no planejamento do professor e é representado por tudo aquilo que os alunos aprendem através das várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos e percepções que vigoram no meio social e escolar. Esta forma de currículo começa a ser discutida a partir de 1960, junto com outros dois tipos de currículo: Formal e Real, com objetivo de distinguir o grau de aprendizado conquistado pelo aluno (JESUS, s.d). Neste contexto o **Currículo Formal** se refere àquele estabelecido pelos sistemas de ensino, materializado através de diretrizes curriculares, ou do conjunto delas, com seus objetivos e conteúdos, enquanto o **Currículo Real** é o resultado daquilo que se concretiza efetivamente em sala de aula com professores, alunos e demais atores da comunidade escolar. Cada um desses currículos realiza uma função essencial no processo de ensino-aprendizagem e na constituição política das instituições, sendo separados apenas por suas definições.

Considerando todas as nuances e possibilidades do currículo, podemos dizer que é por meio dele que as coisas realmente acontecem na escola, onde se concretizam todos os esforços pedagógicos. “O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração”. (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 19). Por outro lado, ele precisa ser visto como algo que se constrói cotidianamente, que avança e evolui conforme avança e evolui a sociedade, respeitando sua efetivação, sua necessidade de avanço, mas também – e principalmente – sua historicidade, como produto da reflexão individual e coletiva, pensada para propósitos fixados em uma estrutura sólida. O currículo é algo a ser acrescentado e não substituído, pois aprender é ampliar o que já foi aprendido, é redescobrir; aprender é reconstruir o que já se conhece (MORAES, 2007). Assim, ao adicionarmos algo a mais naquilo que conhecemos, seguimos adiante, mas sem abandonar o que já sabíamos.

Ao longo da história escolar, o aperfeiçoamento e as mudanças curriculares são pautas essenciais e necessárias. No entanto, precisamos olhar as mudanças como circunstâncias complementares às situações atuais de nosso cotidiano e nunca como

promessa ou ilusão de uma alternativa mágica. Este culto de sempre esperar pelo melhor, pelo mais novo e atualizado, representa o pensamento atual de “modernidade” como se o futuro fosse equivalente de superação. Mas como falar de futuro e superação se sabemos que, historicamente, a modernização não é acompanhada pelo desenvolvimento social e humano vigente da sociedade? “Na educação costumamos chamar de tradicional tudo o que desagrade. Corre-se atrás do melhor como se corre atrás do novo: o novo assunto, o novo método, a nova proposta, o novo currículo” (KRAMER, 1999, p. 171). Concordamos com a autora neste ponto, não com intenção de fazermos uma oposição ao que é novo, ao contrário, achamos que, como algo em movimento, a educação precisa se renovar constantemente. O que buscamos é refletir as formas como as novidades são apresentadas e aceitas no que diz respeito ao âmbito educacional e no comportamento do senso-comum, coisa que também incide sobre a educação; ponderar a respeito da recepção, talvez das falsas expectativas muitas vezes fabricadas, ou das apresentações ansiosas que deixam transparecer uma ideia enganosa de que aquilo apontado como novo precisa ser substitutivo das estruturas existentes.

Benjamin (1987, *apud* KRAMER, 1999), já na década de 1930, indagava: por que o moderno envelhecia tão rápido? Da mesma forma, Kramer (*idem*) pergunta: por que as propostas pedagógicas envelhecem tão rápido? Pensando assim, ao tratarmos de mudanças pedagógicas, precisamos “propor caminhos levantando perguntas e gerando perguntas, experimentando caminhos, em vez de pretender trazer saídas prontas e adoradas como bezerras de ouro”. (KRAMER, 1999, p. 170). Isso nos conduz a Apple (2006), cuja experiência em sala de aula o levou a crer que as pessoas que planejam o currículo vivem em um mundo irreal, desconectado da vida do professor e da sala de aula. Quando se refere à política estadunidense do *No child left behind* (Nenhuma criança deixada para trás) ele também aponta que “em muitos sentidos, reformas desse tipo servem como ‘espetáculo político’, e não como um conjunto de iniciativas sérias e bem pensadas que lidam de maneira honesta com a profundidade dos problemas com que as escolas se deparam”. (SMITH, 2004, *apud* APPLE, 2006, p. 11).

Ou seja, não é possível contribuir para a construção de uma sociedade democrática, com justiça social e espírito de coletividade, sem que se respeite a construção coletiva existente e, ao mesmo tempo, se construa mudanças a partir de uma base sólida, no caso da educação, percebida no chão da escola. Isso porque, uma “proposta pedagógica expressa sempre os valores que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar

criticamente essa realidade, enfrentando os seus problemas mais agudos”. (KRAMER, 1999, p. 171). É importante destacar que essa é uma realidade múltipla e, portanto, precisa de propostas igualmente múltiplas, capazes de trabalhar as contradições e afastar o conceito uniformizador das estruturas sociais, pois “uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta”. (KRAMER, 1999, p. 169).

Conforme nos lembra Young (2014), a educação é uma atividade prática, assim como é a saúde, o transporte ou as comunicações: trata de fazer coisas com e para os outros. Mas é também uma atividade especializada, por isso “precisamos entender os currículos como formas de conhecimento especializado para podermos desenvolver currículos melhores e ampliar as oportunidades de aprendizado”. (YOUNG, 2014, p. 196). Por outro lado, as escolas são parte de um conjunto de relações de outras instituições: políticas, econômicas e culturais, e que o poder e a cultura precisam ser vistos como atributos das relações econômicas existentes, pois “o poder e o controle econômicos se apresentam interconectados com o poder e o controle culturais”. (APPLE, 2006, p. 7).

Na mesma linha de raciocínio, Sacristán (2000) diz que o currículo está relacionado com a instrumentalização concreta que torna a escola um determinado sistema social, embora seja difícil ordenar em um único discurso todas as funções adotadas pelo currículo. Por esta razão o currículo é uma práxis antes que um objeto estático, “mas concebê-lo assim significa compreender que muitas ações intervêm em sua configuração, pois o seu processo de efetivação ocorre dentro de certas condições concretas” (SACRISTÁN, 2000, p. 21) e estas construções não são independentes de quem tem o poder para construí-las. Mas como construir um currículo que considere a heterogeneidade na direção de uma sociedade mais justa? Para Kramer (1999) a resposta para isso é a conquista da autonomia de que dependem o desenvolvimento pleno e a construção/aquisição de conhecimentos. Em outras palavras, o currículo tem clara função de nortear o ensino a partir de ideias pré-estabelecidas com base em experiências testadas ao longo do tempo e em diversos ambientes ativos, mas ele só se consolida como elemento constitutivo de transformação do homem se for capaz de contribuir para a sua emancipação. A emancipação, aqui apresentada no sentido dicionário como “ação de ser ou de se tornar independente, livre, qualquer tipo de

libertação”<sup>6</sup>, e, na visão de Adorno (2005), o mesmo que “conscientização”, “racionalidade”, não se adequa a uma educação que estabelece limites e se coloca acima das demais estruturas sociais; que esquece de olhar o contexto dos que nela estão inseridos ou tenta impor padrões inalcançáveis, porque o mais prudente e “essencial é pensar a sociedade e a educação como o dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história” (MAAR, 2005, p. 12). Esta emancipação, certamente é pressuposto de outras aquisições, sendo o mais necessário deles o conhecimento, ação transformadora que nos permite agir pelo pensamento, mas sem nos afastarmos das sensações, das ponderações e da afetividade.

### 3.2 EMANCIPAÇÃO, UMA LEI PARA SI MESMO.

Diante de tudo que discutimos até agora, nos parece certo dizer que nenhuma educação e nenhum sujeito se sustentam ou promovem o desenvolvimento presos em si próprios ou em seus ciclos fechados. Empiristas e teóricos precisam ocupar o mesmo campo e construir juntos perspectivas de ensino com olhar no social, na formação humana e no desenvolvimento a partir de um pensamento conduzido pela necessidade de emancipação, que é a competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e princípios. Um sujeito se emancipa quando se assume como ser social, político e histórico capaz de exercer a sua autoridade e liberdade autônoma, e de agir por conta própria com independência e autogoverno. (REICHERT; WAGNER, 2007). Hupffer (2014, p.6) recorda que Kant já discutia a concepção de autonomia em 1785 em sua fundamentação da metafísica dos costumes e a apresentava “como a propriedade que a vontade possui de ser lei para si mesma”. Diz também que Kant identifica a autonomia como o único princípio da moralidade que, por sua vez, deve ser um imperativo categórico. Freire (2011, p. 58) destaca que o respeito à autonomia alheia é também um “imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. A autonomia exige autorreflexão e, por isso, consciência de inacabamento, pois, a “consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 2011, p. 56-57). E o que é essa autorreflexão se não a

---

<sup>6</sup> Dicionário Online de Portuguesa. Disponível em: <<<https://www.dicio.com.br/emancipacao/>>>, Acesso em: 28 de jul. 2017.

consciência de ser emancipado? Isso serve para nos referirmos ao currículo, aqui como um lugar de reflexão, de construção e de avanços, mas que não se encerra em si mesmo, ao contrário, está sempre numa condição de partida, como também nos permite pensar na construção do espectro social de maneira ampla, pois a emancipação torna-se caminho fundante na construção da democracia e da liberdade.

Cabe-nos esclarecer que emancipação, assim como a autonomia, aparece na literatura acadêmica como ação de participação social ou como ideia de participação política. A democracia é resultado da participação de todos, mas só isso não basta, é necessário que os sujeitos saibam decidir sobre as escolhas apontadas como solucionistas do discurso, mas decidir por conhecimento, por distinção de pensamento, por acreditar e conhecer aquilo que decide, evitando escolher de acordo com a maioria ou o pensamento alheio. Tonet, 2005, sintetiza dizendo que a essência da emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução e sobre o conjunto do processo histórico. Kant (1985) aponta que a emancipação se desvencilha de uma coação externa e torna-se resultado de uma dinâmica subjetiva. Faz sentido se trouxermos algumas definições dicionárias para justificar os significados desta palavra: **emancipação**<sup>7</sup>: ação de ser ou de se tornar independente, livre; independência; qualquer tipo de libertação; alforria. No site Significados, a palavra é descrita assim: “É o que foi liberado de determinada submissão, soberania e intolerância; emancipado é aquele que adquiriu emancipação e é responsável por suas próprias ações”<sup>8</sup>.

Tonet (2005) aponta duas possibilidades emancipatórias: uma política, onde reside a cidadania, e a outra humana que vai muito além do trabalho e se concretiza em um novo nexto entre o ser social e o ser natural. Entretanto, uma não se distancia da outra, uma vez que, para Marx (*apud* COUTINHO, 2000) a emancipação humana é resultado da cidadania plena.

Na concepção de Ambrosini (2009), a ideia de emancipação humana permeia toda a história da filosofia, mas é possível fazer um recorte deste percurso considerando o pensamento de Kant, Marx, Adorno e Paulo Freire. Marx (2006) por ver o estado como uma estrutura emancipada, mas incapaz de libertar seus indivíduos que se mantêm na dependência do estado. Contraditoriamente, as ações do Estado andam no sentido de

---

<sup>7</sup> Dicionário online. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/emancipacao/>> Acesso em: 23 de julho de 2018.

<sup>8</sup> Significados. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/emancipado/>> Acesso em: 23 de julho de 2018.

assegurar garantias individuais e não para a emancipação humana, o que não promove as transformações necessárias à formação de sujeitos verdadeiramente livres. Kant (2009), por sua vez, discute este tema desde seu artigo “Resposta a pergunta: que é Iluminismo?” em que aponta a necessidade do homem de se autorizar e definir seu próprio caminho:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 2009, p. 9).

O filósofo evoca a urgência do pensamento, da capacidade do homem de olhar com atenção sobre a construção de sua fala e decisão de suas palavras. Adorno (1995) retoma este tema, o colocando no âmbito da educação, retomando questões basilares à formação humana, e Freire (2005), se utilizando do termo autonomia, costura esta discussão observando a perspectiva latino-americana da educação.

Ainda na visão de Marx (1978, *apud* PINHO, 2009), a emancipação humana evidencia-se a partir de um ato revolucionário duplo: pela natureza política, através do qual o proletariado alcançaria o poder político suplantando o estado e o mercado, e pela revolução social que confirmaria o primeiro ponto a partir da transformação radical da forma de sociabilidade existente. A educação tem grande importância neste contexto, considerando o seu poder de transformação, porém, do ponto de vista econômico, nos alerta Oliveira (2010), o grande desafio da educação é capacitar mão-de-obra e requalificar trabalhadores para satisfazer as necessidades do capital, já que, “nessa sociedade, a experiência no sentido emancipatório não se realizará, pois, experiência é processo de autorreflexão, de diferenciação”. (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Isso acontece porque a “sociedade administrada”, termo cunhado por Adorno (1986) para se referir a “um modelo que promete, mas não cumpre”, busca a padronização e a homogeneização de todos, sem distinção.

Na visão de Adorno (2005), nesta circunstância, o indivíduo não se realiza porque quanto maior for sua racionalidade, menos ele existe. Este paradoxo se funda no argumento da exigência moderna pelo acúmulo de conhecimento à medida em que a “organização burocrática, expressão da sociedade administrada, vai produzindo sujeitos

que não conseguem se desvencilhar do formalismo que contribui decisivamente para a manutenção da seletividade escolar”. (OLIVEIRA, 2010, p. 227). Claro que isso não é de hoje, pelo contrário, tem raízes nas mudanças sociais e de trabalho, bem como na gênese de um currículo preocupado em exercer uma função social. Apple (2006) lembra que Franklin Bobbitt e W.W. Charters, dois dos primeiros membros mais importantes da área de currículo, construíram uma teoria do currículo com base no movimento de administração científica observando objetivos educacionais restritos às necessidades da vida adulta. Isso, em um cenário de transição da sociedade agrária para uma sociedade industrializada, neste caso norte-americana, carente de treinamento especializado para atender aos novos rumos do mercado. Neste contexto, o sentimento individual de pertencer a um grupo social e econômico ou comunidade a partir do compromisso com seus fins, valores e padrões de comportamento foi o responsável, a partir desta definição de comunidade a qual a pessoa pertencia, que fez desse modelo de currículo algo excepcionalmente conservador (APPLE, 2006).

A função social do currículo para Bobbitt e Charters, conforme Apple (2006), tem identificação com as necessidades da comunidade, visto que, para Bobbitt, quem trabalha com currículo deve trabalhar para a comunidade, embora ele também visse o currículo como desenvolvedor de um alto grau de consenso normativo e cognitivo entre os indivíduos de uma sociedade que impõem ao currículo duas características básicas: a comunidade e o pensamento único. Desta forma, aqueles interessados em se insurgirem contra esta tentativa de hegemonização, devem centralizar suas energias para que a educação se desenvolva numa perspectiva de resistência e contradição, tendo conhecimento da ausência de emancipação do homem e da enorme ação impeditiva de conduzir a sociedade a esta emancipação. (ADORNO, 1995). Porém, é preciso ter claro que a emancipação não se faz com homens fracos ou vazios, mas com certa firmeza do eu, da combinação do eu, porque o que está em discussão aqui é a necessidade de pensar, pois “sempre que o pensamento alcança algo importante, ele produz um impulso prático, mesmo que oculto a ele”. (ADORNO, 1995, *apud* PUCCI, 2001, p. 12). O pensamento é mobilizador, o que põe abaixo a ação atravessadora do outro. Não existe atividade mais subversiva, mais temida, mais difamada, não por acaso ou inocência, porquanto o pensamento é político (PUCCI, 1997).

A ausência de pensamento é também ausência de memória, de história e identidade. Se Adorno (1995) já alertava que na Alemanha de sua época era frequente ouvir dos próprios alemães a estranha afirmativa de que eles ainda não estavam

maduros para a democracia, o que dizer da América Latina? Quando se falta entendimento do passado, o que se constrói é a repetição daquilo que não se conhece e é isso que leva a humanidade a ir se afundando em uma nova espécie de barbárie, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Conforme se vê na história, essa regressão no comportamento social procede sempre em ciclos idênticos e pulsativos, potencialmente de mesma duração, e praticamente não necessita mais da experiência acumulada. Talvez por este motivo, a própria falta de emancipação seja convertida em ideologia, (ADORNO, 1995), pois:

Em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importam tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos. (ADORNO, 1998, p. 20).

Esta preocupação assume sua materialidade quando nos damos conta de que “as condições objetivas que permitiram os horrores de Auschwitz ainda estão por aí, no coração da civilização industrializada, e podem a qualquer momento, gerar situações semelhantes” (PUCCI, 2001, p. 6) e “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia” (ADORNO, 1995, p. 125), esta singular força capaz de construir no homem a capacidade de compreender e aceitar o mundo e a própria mente de forma tolerante e sensível. Esta preocupação com a repetição dos horrores dos campos de concentração de nazistas, uma das discussões mais conhecidas em Adorno, ainda é real para a sociedade europeia, embora apenas um símbolo, pois cada lugar do mundo tem seus próprios fantasmas soprando pelas janelas. O crescimento do conservadorismo, os muros que separam nações, o discurso de apoio, ainda que incipiente, ao retorno de ditaduras, são sons e imagens que desandam neste início de século ao menos para nos assombrar, ainda que de forma episódica. Mas estes temas só causam angústia àqueles que têm um mínimo de consciência do passado, pois grande parte não teve acesso adequado às informações que os ajudariam a compreender melhor esses fenômenos, vistos como preocupantes. Ao contrário, suas cinzas foram jogadas para debaixo do tapete ou guardadas nos arquivos escuros dos porões e, como não se discutiu sobre isso adequadamente, sua iminência é sempre possível como uma ação subconsciente herdada, afinal, como nos lembra Adorno (1995), quando não se admite o

contato com a questão ou se rejeita aqueles que tentam trazer à tona as verdades ocultas é que se instala o perigo de ver tudo acontecendo de novo.

Não é por acaso que muitos estudiosos lançam suas preocupações sobre a cultura, cada vez mais hegemônica, mais aproximada graças ao fenômeno da globalização. Para Adorno (1995) a cultura dividiu os homens e subtraiu deles a confiança em si e na sua própria cultura e a divisão mais importante neste sentido é aquela entre o trabalho físico e o intelectual. Não é à toa àquela situação paradoxal da qual já falamos, em que “estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização”. (ADORNO, 1995, p. 155). Acontece que o espaço educacional precisa refletir sobre o tipo de cidadão que quer formar: se apenas para servir ao mercado e suas necessidades momentâneas ou para ter capacidade de refletir acerca da própria condição, na qualidade de indivíduo, e da convivência com o outro como sujeito de um mundo em movimento. É necessário que saibamos em qual medida a escola alcança um ensino de qualidade no sentido de desenvolver as possibilidades dos educandos (HOFFMAN, 2003, p. 23), tendo claro qual o seu papel e missão na estrutura social. A formação profissional e acadêmica constitui-se como passos importantes para a inserção no mercado de trabalho, mas seu objetivo precisa ir muito além disso, pois essencialmente o que se espera do ensino é a sua capacidade de nos posicionar na sociedade como seres pensantes, comunicantes e transformadores (FREIRE, 2011). A escola é um dos espaços mais adequados para fomentar no indivíduo esta reflexão, porque possui ferramentas – e se espera, gente qualificada –, para ajudar na fundação de um sujeito emancipado, capaz de raciocinar por si mesmo quanto aos fenômenos em curso e, a partir de seu próprio pensamento, decidir o que é bom e ruim para ele e para o conjunto da sociedade.

Não basta, no entanto, discutir a finalidade da educação, teorizar sobre o passado ou o presente. É preciso que se tenha clareza do papel de todos os sujeitos que a fazem acontecer. Sujeitos estes que se apresentem capazes de responder não apenas “o que é a educação”, mas “para onde ela nos deve conduzir”. Apesar de esperarmos e exigirmos muito dela, a educação não é necessariamente um fator de emancipação, já que depende da ação dos sujeitos para se constituir desta forma e só o fará através da reflexão. Por este motivo, no caso concreto das constantes transformações do mundo, do *status quo* e das relações humanas, é sempre necessário elaborarmos o passado e criticarmos o presente prejudicado (MAAR, 2005). Somente um sujeito autorreflexivo é capaz de

superar os extremos de sua própria condição, daí a necessidade de combater à supervalorização do realismo, ou pseudorealismo, desde a infância, como sugere Adorno (1995), embora ele mesmo reconheça que essa seja, talvez, a mais decisiva das tarefas da educação. Da mesma forma, sustenta que a organização do mundo se converteu em sua própria ideologia, algo tão autossuficiente que supera, por sua imensa pressão, a própria educação que seria impotente e ideológica se ignorasse a necessidade de adaptação da realidade, mas igualmente questionável caso se prestasse a apenas produzir pessoas igualmente bem ajustadas.

O fato é que, para Adorno (2005), a importância da educação muda historicamente em relação à realidade, embora por ser tão poderosa a realidade se imponha aos homens, forçando um processo de adaptação automático até mesmo para a educação da família, da escola ou da universidade que deveriam reagir com resistência à esta imposição uniformizadora. Por ser assim, e apesar de existir uma importância no acompanhamento das mudanças cotidianas, a adaptação está sempre no campo da força imposta a si mesmo pelo próprio homem de forma dolorida e é disso que advém o exagerado apego ao realismo. A ausência de naturalidade na concepção do ato de aprender, de absorver do mundo a sua essência, aquilo que tenha relação com a necessidade da vida com seus prazeres mais singelos geram, portanto, a exigência dos moldes e tudo que estiver fora desses moldes é rejeitado de maneira geral desde o homem simples até as mais brilhantes consciências. Não por acaso, pois conforme explica Adorno (2005), tudo o que não é convencionalmente moldado atinge sua orientação existencial. A confrontação a isso expõe o autor, estaria na aptidão à experiência e na relação pessoal com os fenômenos da realidade capazes de gerar uma conscientização e, conseqüentemente, a dissolução desses mecanismos de repressão.

### 3.3 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E SABEDORIA

Para alcançarmos a emancipação é preciso adquirirmos uma consciência crítica. Quer dizer, um sujeito emancipado tornar-se-á livre de qualquer sistema que o oprima porque age pelo pensamento, pela consciência e conhecimento, não apenas das estruturas do mundo, mas de si próprio. Neste caso, podemos entender que um sujeito emancipado é, por consequência, um sujeito autônomo, considerando sua capacidade de guiar-se pelas próprias regras, de se autorregular, conforme nos ensina Freire (2011). Entretanto, é necessário afastarmos aqui as certezas e pensarmos com clareza sobre as

circunstâncias humanas, suas fragilidades e necessidades interpessoais, afetivas e interacionais. Desse jeito, não é possível distanciarmos a autonomia da dependência, pois “os humanos desenvolvem sua autonomia na dependência de sua cultura” (MORIN, 2001, p. 95). Nossa autonomia não depende apenas de nossa energia, ela é adquirida a partir da dependência, desde sempre, seja quando carecemos de nossos pais para nos alimentar e interagir no processo de aprendizagem do falar, do andar, do estudar, seja para vivenciarmos nossas experiências de jovens e adultos, quaisquer que sejam elas: namorar, viajar, conhecer o mundo. A autonomia será sempre complementar a uma dependência que se expressa de maneiras abstrata e concreta, na teoria e na prática, nas dimensões técnica, política e ética. Por isso, a interação com o ecossistema é fundamental para garantir a materialização do processo auto-eco-organizador (MORIN, 2001) de um ser humano que se organiza conforme se relaciona com o meio ambiente.

Por sermos indivíduos sócio-interacionais, nosso processo auto-eco-organizador é resultado de nossas experiências com o outro, pois a organização do mundo exterior está inscrita no interior de nossa própria auto-organização. Evoluímos com a comunicação e, a partir dela, manipulamos o mundo e somos manipulados por ele. São muitos os estudiosos que indicam estes nossos tempos como sendo a “era da informação”, mas isso também é um ambiente construído: um fenômeno determinado pela ciência enquanto ambiente de poder. O conceito de informação, enquanto conhecimento comunicado, ganha força na segunda guerra mundial com o uso dos computadores e, na década de 1950, com a emergência da Ciência da Informação. Conforme Capurro e Hjørland (2007), o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais é o que caracteriza, portanto, a sociedade atual como uma sociedade da informação e a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon (1948) é um marco disso:

[...] com referência ao uso comum da informação com suas dimensões semânticas e pragmáticas, enquanto, ao mesmo tempo, redefina o conceito dentro de um modelo de engenharia. O fato de que o conceito de comunicação de conhecimento tem sido designado pela palavra informação parece, à primeira vista, um acontecimento linguístico (CAPURRO e HJORLAND, 2007, p. 149).

Em sua teoria, Shannon (1948) trata de três conceitos: 1) a medida da informação; 2) a capacidade de um canal de comunicações transferir informação; 3) a

codificação, como meio de utilizar os canais com toda a sua capacidade. Estes três conceitos estão interligados entre si e formam o que ele chamou de Teorema Fundamental da Teoria da Informação. A palavra informação tem raiz latina (informato) e é apresentada pelo The Oxford English Dictionary (1989) como sendo: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento (CAPURRO e HJORLAND, 2007). Apenas na transição da idade média para a modernidade é que o conceito fez a transição deixando de ser percebida apenas como um elemento que dava forma à matéria para ser entendida como algo que comunicava algo a alguém. A Ciência da Informação surge neste contexto de explosão da informação e o contexto tecnológico, em meados do século XX, foi, segundo Xavier (2018), impulsionado posteriormente pelo valor atribuído ao conhecimento na sociedade da informação, uma vez que:

A informação e o conhecimento são simultaneamente causa e efeito um de si mesmos, numa interação dinâmica em que a sucessão pode ser plenamente invertida mas não gera nenhuma contradição. [...] Toda a informação deseja cumprir ao máximo sua própria definição, seu conceito, busca a sua realidade na sua própria ideia, pois nela essa informação é mais perene, sobrevivendo mais no terreno das informações particulares e fugazes do mundo material (XAVIER, 2018, p. 80).

Sem a informação, o conhecimento não teria coesão para se tornar conhecimento, pois a informação é a sua matéria-prima. Mas é necessário estarmos cientes de que “todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão”, pois “o conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo”. (MORIN, 2011, p. 19-20). Conhecimento é a ação de entender (o mundo, a vida, a natureza) por meio da inteligência, da razão ou da experiência, mas se nosso entendimento de mundo se concebe pelas traduções e reconstruções que nosso cérebro faz a partir dos estímulos recebidos, não podemos negar os inúmeros erros de percepção lançados de nosso sentido. Sabendo disso, “a educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão; [...] deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão”. (MORIN, 2011, p. 19). A educação, assim como o conhecimento científico, deve se dedicar à identificação da origem de erros, ilusões e cegueira, mas Morin (2011) alerta quanto aos paradigmas que controlam a ciência, pois eles podem desenvolver ilusões, já que nenhuma teoria científica está imune ao erro. Estar ciente disso e colocar em prática as interrogações sobre nossas possibilidades de conhecer são condições constitutivas do oxigênio que move qualquer

proposta de conhecimento. “Assim como o oxigênio matava os seres vivos primitivos até que a vida utilizasse esse corruptor como desintoxicante, da mesma forma a incerteza, que mata o conhecimento simplista, é o desintoxicante do conhecimento complexo” (MORIN, 2011, p. 29).

É necessário reformar o pensamento, de forma paradigmática, e não programática, para articular e organizar o conhecimento, pois o “conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes” (MORIN, 2011, p. 29). O conhecimento de mundo é necessário e vital, mas Morin (2011) pondera sobre as inadequações existentes na construção desta educação do futuro, margeada por inadequações profundas e graves entre os saberes desunidos, divididos e compartimentados, e a realidade (ou realidades) cada vez mais multidisciplinar, transversal, multidimensional, transnacional, global e planetária. Nessa inadequação, estes contextos tornam-se invisíveis, mas para que o conhecimento seja pertinente, a educação deverá evidenciá-los (MORIN, 2011).

Como sujeitos auto-eco-organizados não podemos separar aquilo que fazemos de nossa experiência do mundo real, de ruas, calçamentos, crianças, parentes, amigos, violência, coisas materiais e imateriais, pois conhecer é ação afetiva. “Não se pode tomar o fenômeno do conhecer como se houvesse ‘fatos’ ou objetos lá fora, que alguém capta e introduz na cabeça” (MATURANA e VARELA, 2001, p. 31). E aí, nos colocando em outro fluxo, apesar da dependência, pois a realização do nosso mundo está intrinsecamente atrelada à nossa própria realização, ao nosso modo de seres autônomos e de seres vivos. Neste movimento, todo conhecer leva a um novo conhecer. De outro modo, como dizem Maturana e Varela (2001, p.31), todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer e essa “circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade de ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que todo ato de conhecer faz surgir um mundo”.

É possível negar o mundo? Sim, mas não naturalmente. Aqueles que negam o mundo o fazem conscientemente em favor de uma manipulação do outro ou da estrutura ao qual permeia, embora em ação manipulada. Ou seja, negam um mundo para reafirmar outro. Ter clareza é também ter caráter, vontade de potência e determinação no processo de autorreflexão e consciência de inacabamento. O conhecimento do conhecimento:

[...] obriga-nos a assumir uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um vê fosse o mundo e não um mundo que construímos juntamente com os outros. Ele nos obriga, porque ao saber que sabemos não podemos negar que sabemos. [...] Esse saber que sabemos leva a uma ética que é inevitável e que não podemos desprezar. (MATURANA e VARELA, 2001, p. 267 – 268)

Para Morin (2011), a linha de força de uma sabedoria moderna consistiria na compreensão, mas não parece ser esta o entendimento geral. O autor entende que a hegemonia do ativismo e da práxis na contemporaneidade eliminou qualquer ideia de sabedoria. Ante esta constatação, recorre à necessidade de observarmos a sabedoria no esforço da auto-ética que “implica inicialmente evitar a baixeza, evitar ceder às pulsões vingativas e maldosas. Isto supõe muita autocrítica, auto-exame, aceitação da crítica do outro. [...] A auto-ética é, antes de mais nada, uma ética da compreensão” (MORIN, 2011, p. 61). Parece contradição, mas viver muito sabiamente não é saudável, pois a sabedoria, na visão do autor, contém em si uma contradição, sendo necessário, então, reconhecermos a loucura, onde habita a sabedoria do amor. “No amor da sabedoria, ou da filosofia, falta amor. O importante na vida é o amor. Com todos os perigos que ele contém” (MORIN, 2011, p. 67). Se acaso a palavra “amor” parecer muito forte, pegamos emprestado a definição de Maturana e Varela (2001) para explicá-la como sendo “a aceitação do outro junto a nós”. Desta maneira, o amor é o fundamento biológico do fenômeno social, “sem amor, sem aceitação do outro junto a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade” (MATURANA e VARELA 2001, p. 269). Tudo que venha a destruir esta aceitação do outro, nos orienta o autor, limita a informação, o conhecimento e a sabedoria e desconstrói o acontecimento do fenômeno social, elimina o processo biológico que gera o homem e restringe o acontecimento do fenômeno social.

## **4. OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA MATRIZ CURRICULAR**

Contextualizar a situação da pesquisa é fundamental para a compreensão didática de seu percurso. Aqui, novamente, caminhamos neste sentido até entrarmos na análise do *corpus* de nossa pesquisa. Analisamos a Matriz Curricular do curso de Jornalismo, bacharelado, da UERN, com olhar atento às suas propostas pedagógicas, às competências gerais e aos eixos de formação, com vistas a apresentar um resultado para o nosso primeiro objetivo geral que é “Averiguar se a matriz do curso de jornalismo da UERN oferece condições de atender o equilíbrio entre teoria e prática a partir do que preconizam as novas DCNs do Jornalismo”. O passo seguinte é a análise das entrevistas semiestruturadas com professores que participaram das discussões para a elaboração e implantação da nova Matriz, no sentido de responder ao nosso segundo objetivo específico: “Identificar quais desafios os professores do referido curso encontram durante a efetivação da nova Matriz Curricular do Curso de Jornalismo da UERN, elaborada a partir das atuais orientações das DCNs de Jornalismo”. Este capítulo é construído à luz de todo o percurso realizado até aqui, de forma que os temas abordados anteriormente são revisitados de maneira indireta, embora com muita objetividade.

### **4.1 CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO DA UERN**

Conforme apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, o Curso de Jornalismo foi iniciado como uma habilitação do Curso de Comunicação Social (Bacharelado), da UERN, sendo criado através da Resolução N° 054/2002 – CONSEPE, de 2 de outubro de 2002 e implantado em 2003. Porém, apenas em 2004, foram empossados os primeiros professores da área. Ricardo Silveira, Veruska Góis e Marcília Gomes encontraram uma matriz curricular construída por professores de outras áreas e estruturada sem base nas DCNs de 2001. Apenas em 2005, após longa caminhada, foi apresentado um novo currículo, organizado a partir de outros currículos de cursos da região. As mudanças foram significativas para assegurar uma formação mais adequada, pois a Matriz de 2003 não refletia a realidade do curso, nem do mercado, uma vez que faltavam componentes obrigatórios e mantinha outras de tradições passadas. Previa, por exemplo, quatro disciplinas de estágio, quando praticamente não existiam profissionais formados no mercado para dar suporte

necessário aos estudantes durante esta atividade. Em 2005 o estágio foi substituído pelas “Agências Experimentais” aplicadas a cada habilitação e o estágio passou a servir somente para efeito de complementação curricular.

Fazer funcionar três habilitações criadas ao mesmo tempo em um curso novo, comparado a outras universidades regionais, sempre foi um desafio e motivo de crítica dentro do curso. Esta decisão, para muitos precipitada, forçou a criação de um “tronco comum”, até o terceiro período, para as três habilitações: Jornalismo, Publicidade & Propaganda e Radialismo, o que impedia a ação curricular de explorar as especificidades de cada formação. Podemos tomar como exemplo a disciplina de “Ética e Legislação no Jornalismo” (90 horas) ministrada para as três habilitações no terceiro período, que não interessava aos estudantes de Publicidade e Radialismo. Do mesmo jeito, quando se discutia sobre o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), como apêndice desta disciplina, o tema não interessa aos estudantes de Jornalismo e Radialismo.

A maneira como foi implantado o curso de Comunicação Social da UERN é frequentemente comparado com o de outras universidades da região. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) criou a habilitação de Jornalismo em 1962 e somente 40 anos depois, em 2002, iniciou a habilitação de Radialismo. Publicidade começou a ser discutida a partir de 2006. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), a história é semelhante. A habilitação em Jornalismo surgiu, junto ao curso de Comunicação Social, em 1965 e somente 38 anos depois, em 2003, foi implantado o Radialismo. Além de planejarem melhor a escalada do curso é preciso lembrar que estas universidades têm orçamentos garantidos, ao contrário da UERN que além de não possuir autonomia financeira, ainda depende da oscilação orçamentária estadual.

Com relação à estrutura do curso, apesar de termos enfrentado algumas dificuldades com a situação técnica no período em que lá estudamos, fomos informados de que em nosso período de estudante a situação já era melhor. Isso porque, por volta de 2006, a primeira turma do curso (2003-2007), tendo maior participação da habilitação em Jornalismo, realizou uma greve para reivindicar estrutura mínima. Na época, as aulas eram ministradas na sala de cartografia, no curso de Geografia, pois o departamento de Comunicação Social não dispunha de salas definidas. A disciplina de “Planejamento Gráfico” foi ministrada, naquela época, na redação do jornal O Mossoroense, segundo relatos dos próprios alunos. A manifestação desta turma

repercutiu em toda a cidade e só depois disso é que foi construído o primeiro bloco de aulas do curso e assegurados os primeiros equipamentos para utilização nas disciplinas.

Dez anos depois, mesmo com a reformulação curricular, o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC)<sup>9</sup> de Bacharelado em Jornalismo enfatiza a necessidade de estrutura básica. O documento especifica a carência de um laboratório de informática exclusivo para o curso (atualmente é dividido com os demais cursos e habilitações) em virtude de programas segmentados para a área. O PPC detalha que a atual estrutura conta com 16 computadores, ligados a uma impressora quatro cores e outra a *laser*, interligada em rede, além de um digitalizador de imagem (*scanner*). “No entanto, os programas não estão compatíveis com o que se pretende para a formação moderna do aluno, que compreende programas atualizados”. (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 99). O PPC aponta a necessidade de solicitar equipamentos para os laboratórios de Rádio, Audiovisual, Informática e Fotografia com vistas à estruturação básica do recém-criado Departamento de Jornalismo (DEJOR). Menciona ainda que, atualmente, o curso está equipado com apenas 02 (duas) câmeras profissionais, para dar suporte as criações dos docentes e discentes de suas várias habilitações. Diante da necessidade técnica, foi relacionada uma lista de equipamentos a serem adquiridos com vistas a atender as especificações de cada setor do Curso de Jornalismo. Esta lista foi disponibilizada entre as páginas 105 e 115 do referido documento.

Um pouco antes, em sua página 83, o PPC revela que o quadro de docentes também é “insuficiente para atender as necessidades do curso, visto que é necessário que se perceba as especificidades voltadas ao audiovisual, ambiente web e impresso, bem como, a parte voltada à teoria”. O Projeto diz existir um déficit de cinco professores, o que representa uma carência de 50% do quadro necessário para a realização satisfatória do curso. Também aponta que será preciso contratar professores provisórios e técnicos especializados para atender a demanda excedente que surge, enquanto perdurar a coexistência de duas matrizes curriculares: Comunicação Social e Bacharelado em Jornalismo. Como a última entrada de Comunicação Social, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), aconteceu em 2016.2, a previsão é que os últimos alunos regulares colem grau em 2020, e os desnivelados até 2022, considerando a integralização média de quatro anos e máxima de seis anos, equivalentes a oito e 12

---

<sup>9</sup> PPC Jornalismo UERN 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/paiva/Google%20Drive/DISSERTA%C3%87%C3%83O/CURR%C3%8DCULO/PPC%20Jornalismo%202016.pdf>> Acesso em: 13 de fev. 2018.

semestres letivos respectivamente. Com isso, o curso de Comunicação Social permanece funcionando na parte da manhã e o bacharelado em Jornalismo no período vespertino. Há a possibilidade de estudantes de Comunicação migrarem para Jornalismo, porém com algum prejuízo, pois as matrizes são diferentes. Somente a partir de 2017.2, a organização didático-pedagógica do Curso de Graduação em Jornalismo passou a fundamentar-se na nova Matriz Curricular. As sucessivas greves ocorridas na UERN ao longo dos anos, levou o início do semestre para o ano de 2018.

Em relação as novas DCNs, como acontece com todo documento norteador, o PPC reproduz suas indicações na íntegra. Assim, repete o texto do artigo 4º, que trata da elaboração do Projeto Pedagógico do curso, identificando nele os objetivos específicos da Matriz; o texto do artigo 5º, relativo às Competências e Habilidades a serem desenvolvidas durante o período de formação do profissional de Jornalismo, e do artigo 6º que trata da função do perfil do egresso a partir dos Eixos de Formação. Neste ponto, porém, o PPC traz uma redação própria, complementar aos Eixos das DCNs. Segundo consta, o egresso do Curso de Graduação em Jornalismo da UERN deve apresentar os seguintes traços em sua constituição profissional:

- Capacidade de produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
  - Esforçar-se, constantemente, em busca da maior aproximação possível da objetividade e da imparcialidade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
  - Capacidade de traduzir e disseminar as informações, de modo a torná-las compreensíveis ao senso comum;
  - Capacidade de exercer relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo mantém interface;
  - Habilidade na utilização dos conhecimentos técnicos e científicos que permitam atuação nos diversos meios de comunicação de massa, nas assessorias de comunicação e de imprensa, nas organizações privadas, governamentais e não governamentais;
- (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 28)

Outro ponto importante, neste mesmo sentido, é que o curso passa a se interessar também pelo acompanhamento do egresso. Para isso, propõe a implantação de dois canais de comunicação. O primeiro é através de um grupo fechado do Facebook e o outro por meio de correio eletrônico (e-mail), utilizando o banco de dados existente. O documento esclarece não garantir chegar a 100% dos egressos, ainda assim, esta

preocupação em compreender os caminhos tomados por eles nos soa como positivo, pois acreditamos servir para orientar o próprio curso em decisões futuras.

Em relação à Matriz de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo (2005), que aqui trataremos como “matriz anterior”, embora ainda em atividade, a nova Matriz Curricular do curso de Jornalismo apresenta diferenças significativas que trazem um avanço importante para o ensino-aprendizagem. O documento foi articulado de maneira a atender, dentro daquilo que foi possível, às orientações das DCNs, sobretudo no campo da educação humanística e da preparação do egresso para o atual mercado de trabalho, atendendo tanto as exigências empresariais, como atuando de forma autônoma. Apesar de não estar em nossos objetivos fazer comparações entre as matrizes, abrimos um parêntese entendendo ser importante apontar as modificações de alguns pontos, no sentido de dimensionar as transformações realizadas. Por exemplo: a carga horária total obrigatória do curso foi ampliada de 2.500 horas para 3.030 horas. Houve um acréscimo de oito disciplinas no novo currículo que passa de 33 para 41, considerando apenas a Matriz Curricular obrigatória. Destes, apenas 14 estão presentes em ambas as matrizes, algumas, apesar de alterações nos nomes, são correspondentes, com modificações mínimas em suas ementas. A disposição destas disciplinas na estrutura curricular mais atual, no entanto, permite um melhor aproveitamento de seus conteúdos:

Quadro 2 – Componentes curriculares aproveitados na nova matriz curricular do curso de Jornalismo, bacharelado.

Per.	Comunicação Social (2005)	C.H.	Per.	Jornalismo Bacharelado (2016)	C.H.
1°	Metodologia do Trabalho Científico	60h	1°	Metodologia do Trabalho Científico	60h
2°	Teoria da Comunicação I	60h	1°	Teorias da Comunicação	60h
1°	Fundamentos da Filosofia	60h	1°	Fundamentos da Filosofia	60h
1°	Introdução à Sociologia	60h	2°	Introdução à Sociologia	60h
1°	Língua Portuguesa Instrumental I	60h	2°	Língua Portuguesa Instrumental I	60h
4°	Produção de Texto Jornalístico	60h	2°	Produção de Texto Jornalístico I	30h
2°	Cultura Brasileira	60h	2°	Cultura Brasileira	60h
3°	Ética e Comunicação Social	90h	3°	Legislação e Ética no Jornalismo	60h
6°	Edição	60h	3°	Edição Jornalística	60h
6°	Assessoria de Imprensa	60h	4°	Assessoria de Comunicação	60h
5°	Teoria do Jornalismo	60h	5°	Teoria do Jornalismo	60h
5°	Técnica de entrevista e reportagem	60h	5°	Entrevista e Reportagem	90h
6°	Telejornalismo	120h	6°	Telejornalismo I	60h
6°	Radiojornalismo	60h	6°	Radiojornalismo I	60h

Legenda: Per. (período); CH (Carga Horária).

Fonte: PPC Jornalismo UERN

Houve também modificação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Na matriz anterior, este componente tinha 360 horas e durava o 8º semestre inteiro. O novo currículo reduz este tempo para 120 horas e divide a disciplina em TCC I (90 horas, no 7º período) e TCC II (60 horas, no 8º período). Esta proposta segue os parâmetros das DCNs, após muita discussão, e equipara o componente ao que já vinha sendo executado. A partir do novo delineamento, o Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido em forma de monografia, mantendo o caráter reflexivo, ou de Projeto Experimental, contemplando a atividade prática. Tem um mínimo de 40 páginas para a primeira opção e 20, no caso de relatório de projeto experimental.

No geral, a Matriz Curricular do curso de Jornalismo tem 70 componentes, incluindo 37 disciplinas obrigatórias, 29 optativas (das quais o aluno deverá cursar no mínimo três) e uma eletiva. São três componentes curriculares de 30 horas; duas de 90 horas e 62 de 60 horas, perfazendo, desta forma, 3.930 horas de formação disponível. Deste total, é obrigatório o cumprimento da carga horária de 3.030 horas sendo assim distribuídas:

I - as disciplinas obrigatórias (incluindo o trabalho de conclusão de curso) perfazem um total de 2.190 (duas mil cento e noventa) horas, correspondentes a 146 (cento e quarenta e seis) créditos;

II – as disciplinas optativas, perfazem o total de 180 (cento e oitenta) horas, correspondentes a 12 (doze) créditos;

III – a disciplina eletiva, perfaz um total de 60 (sessenta) horas, correspondentes a 04 (quatro) créditos;

IV – as atividades complementares perfazem o mínimo de 300 (trezentas) horas para todos os alunos, incluindo extensão, iniciação científica (pesquisa), monitoria, participação em eventos técnico-científicos, publicação de trabalhos acadêmico-científicos e demais itens constantes na Tabela de Horas Complementares que integra este Projeto Pedagógico.

V – o estágio curricular obrigatório deve ser realizado em empresa/veículo de comunicação social, núcleo de comunicação de instituição governamental e não governamental. A carga horária deve definida neste Projeto Pedagógico deve ser de no mínimo 300 (trezentas) horas. (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 121).

Dos componentes curriculares, apresentados, apenas oito são fornecidos por outros departamentos. Que são:

do curso de Jornalismo, bacharelado.

Per.	Disciplinas oferecidas por outros departamentos	C.H.	Departamento
1º	Língua Inglesa Instrumental I	60h	DLE
1º	Fundamentos da Filosofia	60h	DFI
2º	Introdução à Sociologia	60h	DCSP
2º	Língua Portuguesa Instrumental I	60h	DLV
2º	História da Arte	60h	DHI
2º	Cultura Brasileira	60h	DCSP
3º	Fundamentos da Língua Espanhola	60h	DLE
6º	Empreendedorismo	60h	DAD

Legenda: Per. (período); CH (Carga Horária).

Fonte: PPC Jornalismo UERN

Do total geral dos componentes disponíveis, 19 são de cunho teórico, totalizando 1.200 horas/aula; 13 de cunho teórico-prático (720 horas/aula) e quatro são práticos (270 horas/aula). Há ainda a indicação de outras 240 horas/aula para complementar a carga horária de disciplinas, que tanto podem ser teórica, teórico-prática ou prática, dependendo de sua tipologia, conforme a escolha dos discentes, visto que se referem às disciplinas optativas e eletiva.

Em relação às atividades complementares, compreendemos que a obrigatoriedade de 300 horas pode representar um importante avanço na formação reflexiva do educando, pois desperta nele o interesse e os conhecimentos básicos para as fases seguintes de quem busca seguir uma carreira acadêmica, fator este que colabora definitivamente para o crescimento do curso.

Se pensarmos nos projetos de extensão, seguimos o mesmo pensamento, neste sentido, imaginando que a universidade se fará presente com mais assiduidade na vida das comunidades em seu entorno. No currículo anterior, era obrigatório o cumprimento mínimo de 100 horas, o que, a nosso ver, era insuficiente para adquirir a compreensão necessária da importância que é dedicar tempo a estas atividades.

Outra mudança importante é o fim da limitação por atividade complementar realizada. Antes, se o aluno passasse um ano integrando um projeto de pesquisa ou extensão, só contaria 40 horas, o que limitava o seu interesse, pois precisava buscar mais 60 horas em outras atividades. Hoje isso não mais existe, permitindo aprofundamento dos aprendentes em seus campos de interesse, seja na pesquisa ou na extensão, publicando artigos ou construindo projetos experimentais.

No novo currículo, as atividades complementares poderão ser realizadas a partir do primeiro semestre até o oitavo período letivo. Conforme demonstra o PPC, as atividades complementares correspondem à busca pelo acadêmico e experiências curriculares, momento em que o estudante constrói outras vivências. São estes momentos que o ajudam a se conectar com o mundo além da sala de aula, mas, sobretudo desenhar uma visão social distinta a partir da materialização das teorias estudadas com mais profundidade, como no caso de uma pesquisa. Se voltarmos a destacar o papel social do jornalista, a ampliação destas atividades o liberta para a vida a partir de suas intervenções e, conseqüentemente, o tornará autônomo a partir de um pensamento emancipado, a depender, em partes, do viés dos paradigmas adotados.

O mesmo podemos dizer do estágio obrigatório que deixa de ser parte das atividades complementares, (de apenas 40 horas), para assumir sua posição devida, com suas atuais 300 horas de trabalho prático no campo de atuação profissional, sob orientação acadêmica, o que proporciona ao estudante uma formação mais integral. Conforme o artigo 30 do “Regulamento da Organização e do Funcionamento do Currículo Pleno do Curso”, o Estágio Curricular obrigatório:

[...] visa relacionar e integrar o conteúdo de matérias técnico-profissionais do Curso de Graduação em Jornalismo a sua aplicação em situações reais de trabalho do mercado de trabalho jornalístico, como prática pré-profissional a ser desenvolvida pelo aluno, em empresa/veículo de comunicação social, agência de comunicação, núcleo de comunicação de instituição governamental e não-governamental, conforme o Art. 37. (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 131).

Levando em conta a nossa experiência como aluno e Jornalista, achamos que o Ministério da Educação acertou ao decidir aceitar a obrigatoriedade do estágio. Antes disso, recebeu algumas manifestações contrárias, entre elas a da UFRGS, reclamando ter sido uma conquista o fim do estágio obrigatório vigente até a década de 1980. Mas, deixar o estágio e as atividades complementares como “recomendações” – como propôs a referida universidade – teria sido um erro. Em nosso entendimento, esta decisão afetaria muito a formação integral do aprendente. A orientação do CNE nas novas DCNs é que o estágio tenha o mínimo de 200h, mas a nova Matriz da UERN optou por 300 horas (100 a mais), o que reforça o seu entendimento sobre a necessidade de parear o contexto da vivência acadêmica com o mundo real do trabalho.

Desde o nosso tempo no curso, e certamente antes disso, a formação completa do egresso de Jornalismo em Mossoró/RN tem se dado graças à sua relação com o campo de trabalho. Contratados como estagiários, muitos passam praticamente todo o curso atuando como profissionais, ocupando editorações, apresentação de programas de rádio, produzindo reportagem de vídeo e se virando em diversos setores sem o acompanhamento acadêmico de um tutor. O que o curso faz, a partir de então, é corrigir isso, oportunizando ao estudante maior segurança na realização desta atividade. Podemos acrescentar ainda a rotação do papel dos sujeitos como fortalecedor da premissa freiriana de que os homens se educam entre si mediados pelo mundo. A presença do aluno no mercado, mesmo neste período curto do estágio, imprime dentro da universidade a realidade do campo de trabalho, permite aos pesquisadores e professores acesso ao que acontece no dia a dia das redações e constrói uma motivação decididamente necessária ao chão do espaço formativo. O aluno torna-se, então, um espelho da realidade vigente, permitindo à comunidade universitária fazer disso a sua base de reforço ao tripé ensino-pesquisa e extensão.

O PPC de Jornalismo da UERN reforça estas considerações ao apontar os princípios formativos encampados com base nas novas DCNs, no sentido de definir a sua organização curricular. Ao apresentar a articulação entre teoria e prática apresenta importante avanço ao especificar a organização da Matriz no sentido de buscar este equilíbrio. Conforme descrito, o curso oferece 1.200 horas de disciplinas teóricas, 720 horas de disciplinas teórico-práticas e 270 horas de disciplinas totalmente práticas. Acrescenta-se ainda as 300 horas do estágio supervisionado, também considerado um componente curricular prático. O balanceamento entre o prático e o teórico pode ser reforçado com as 300 horas de atividades complementares. O PPC apresenta boa argumentação sobre isso ao destacar a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Diz ainda que as disciplinas puramente teóricas têm presença mais marcante no primeiro e segundo períodos, como forma de dar o alicerce necessário para a reflexão teórica, mas não faz desta divisão uma barreira, tendo em vista existirem, mesmo neste primeiro momento do curso, disciplinas com avanço para o campo prático desde o segundo período, é o caso de “Produção de Texto Jornalístico”, indicada como disciplina teórico-prática, por exemplo.

Um ponto significativo que ajuda neste equilíbrio é o entendimento do Projeto Pedagógico em relação à interdisciplinaridade. Ao trazer para dentro da Matriz obrigatória disciplinas do campo da Sociologia, Filosofia, Antropologia, História, Letras

(vernáculo e estrangeiras) e do Direito, a proposta reforça a compreensão das disciplinas bases de Comunicação. Estes componentes ajudam a situar o Jornalismo como uma profissão ativa no campo social por meio do diálogo com outras áreas. Ao tornar ativas as disciplinas de puro Jornalismo, o curso tende a considerar a formação mais específica e menos generalista como era na Comunicação, embora a pluralidade da Matriz permita o entendimento de um egresso polivalente.

Por fim, destacamos, o princípio da “contextualização”. Segundo o PPC:

[...] uma das preocupações freqüentes nas reflexões dos que se dedicam a pensar sobre as estratégias educacionais, é a articulação entre a dimensão macro e micro da realidade em que se encontram inseridos os sujeitos. Com isso, ao mesmo tempo em que se impõe como indispensável ter uma concepção global da realidade (macro), tornou-se imperativo o fortalecimento das identidades, ao nos voltarmos para a reflexão em torno da realidade mais próxima do sujeito, quando nos dedicamos a compreender melhor a esfera local da sua existência (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 37).

O texto traz como exemplo uma modificação mínima na disciplina de “Cultura Brasileira”, presente também na matriz anterior. Na atual, foi reservado espaço no conteúdo programático para cultura potiguar. No entanto, este trecho poderia ter sido mais ambicioso e trazer como destaques pelo menos oito disciplinas que alteram positivamente o novo Ensino de Jornalismo na UERN. É o caso de “Língua Inglesa Instrumental I e II” e “Fundamentos da Língua Espanhola”, em que consiste não apenas o reforço ou proximidade com idiomas essenciais ao nosso continente territorial, como também a possibilidade de falar um pouco da realidade profissional no campo específico dos países americanos e latinos. “Economia Política da Comunicação”, “Editoração Eletrônica em Jornalismo” e “Jornalismo Multimídia”, que atualizam o currículo anterior no que diz respeito ao jornalismo impresso, oferecem uma perspectiva renovadora na concepção do ensino da área até então. Perfazem, estas disciplinas o caminho exato do que propõe as novas DCNs, pois oferecem a possibilidade de o aprendente caminhar com os dois pés na realidade em que ele é partícipe, entendendo a sua natural vivência com as novas mídias e contextualização econômica dos meios, do mercado e dos algoritmos presentes nas decisões cotidianas de todos os cidadãos no seu campo de vivência e atuação.

Destacamos ainda as disciplinas de “História da Arte”, “Jornalismo Comparado” e “Crítica da Mídia” como componentes de enorme potencial para a ampliação do

conhecimento dos meios, da recepção e da produção de conteúdos midiáticos. Neste sentido, vemos aqui uma porta escancarada para aqueles que buscam aprofundamento teórico a desenvolver-se em pesquisas durante ou após a graduação. Estas matérias nos parecem indicativos sólidos para a criação de projetos de pesquisa dentro do curso, pela imensa possibilidade que elas oferecem para fortalecer a investigação científica dentro da expectativa de construção daquilo que buscam os teóricos da área.

Para fecharmos nossa análise documental, trazemos com bastante expectativas as disciplinas de “Empreendedorismo”, cuja ementa é muito clara ao especificar que seu objetivo é “Formar empreendedores. Estimular o desenvolvimento do indivíduo à sua auto-realização. Identificar as etapas do processo visionário. Estudo das oportunidades. Plano de negócio” (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 61), e “Comunicação Alternativa” que tem como missão discutir a “mídia alternativa em tempos de repressão; mídia nos movimentos de resistência; comunicação nas organizações populares; mídia e minorias representativas; demais formatos e alternativas de produção popular/comunitária/independente” (PPC JORNALISMO, UERN, 2016, p. 62). Percebamos aí dois campos de grande importância para a formação crítica do estudante. O primeiro reforça a cultura do empreendedorismo, da livre iniciativa com intensão de estimular o estudante a encontrar em si suas próprias alternativas de manter-se e transformar o mercado. Em um momento em que empresas fecham a toque de caixa e o desemprego na área vem crescendo, abrir os olhos para este tema é essencial no sentido de externar a emancipação deste aprendente ante as estruturas econômicas definidas e impositivas. O segundo componente, traz um viés mais político, considerando a política pela política, ao reforçar questões essencialmente presentes no cotidiano do jornalista. Temas abordados nesta disciplina certamente terão sido pincelados em outros momentos do curso, mas ao chegar aqui, é possível emprestar um outro olhar, cujo objetivo acreditamos ser o de construir uma sensibilidade necessária na auto-formação dos sujeitos. É mostrar que além da sociedade administrada, existem movimentos de resistência com força e disposição na busca por manter em vigência o contraditório. Movimentos estes que ao longo da história têm sido a força centrífuga das lutas de classe, dos passos que forcem a humanização dos processos. Embora mais próxima do “Terceiro Setor”, esta discussão nos soa como contraponto ao discurso comum. Tem, assim, grande relevância na formação humanística e política do estudante, pois terá como motivadora a necessidade de manter o questionamento e ampliar a visão sobre a

singularidade do fato. Ver com mais olhos que o necessário e não com a obviedade cotidiana do dia a dia.

Observamos na nova Matriz de Jornalismo pontos essenciais na formação e um profissional multifacetado, cuja atividade pode se lançar a diversos campos de atuação, seja político, econômico, social, esportivo, comunitário, educacional, literário, internacional, etc. Um leque gigante de possibilidades, atrelado a outro catálogo de plataformas midiáticas já existentes e em desenvolvimento, pois muito além do formato e do suporte, é premissa deste profissional ter inteireza daquilo que escreve. Não são as bases físicas (ou virtuais) que falam, mas a voz do jornalista que observa os acontecimentos e os contextualizam à luz do seu entendimento. Para isso, precisa ter segurança naquilo que percebe e esta segurança só se concretiza com liberdade e autonomia, com superação das barreiras simbólicas, conhecimento e emancipação. Apesar de os documentos norteadores serem apenas orientações gerais, sendo necessário uma série de outros fatores para assegurar a formação dos egressos conforme estes mesmos papéis preconizam, acreditamos que foram bem elaborados e trazem consigo uma maturidade respeitável na condução formativa de seus aprendentes. Caminha sobre uma ponte construída de estrutura muito mais sólida que a matriz anterior e, certamente, apontará um caminho também promissor para quem nela mergulhar a fundo.

#### 4.2 – A MATRIZ NA VISÃO DOS PROFESSORES

Apesar de o PPC e as Matrizes responderem muitas das questões levantadas ao longo deste trabalho, algumas coisas ficaram em abertas e precisaram de respostas mais objetivas. Para isso, recorreremos à entrevista semiestruturada, ferramenta muito útil para fecharmos as lacunas que ficaram abertas no documento analisado.

Sabemos que é no chão da universidade que as coisas realmente acontecem e, por maior liberdade e autonomia que tenha o corpo docente na hora de construir seu plano político e pedagógico nem tudo cabe no papel, ainda mais quando esta plataforma tem como função construir mais do que a perspectiva real, pois se refere também à prospecção daquilo que se pretende alcançar. Neste sentido, embora tenhamos encontrado no PPC observações significativas, é no contato pessoal com os sujeitos que compõem o corpo docente do curso ora investigado, através das entrevistas, que

conseguimos ter acesso a sentimentos mais verdadeiros quanto à percepção dos acontecimentos reais do que se passa no ambiente investigado.

#### 4.2.1 Os limites do corpo docente

O primeiro entendimento dos entrevistados com relação aos desafios para a implantação das novas Matrizes Curriculares para o curso de Jornalismo, bacharelado, da UERN, está no ambiente da transmutação do campo da Comunicação Social para o puro Jornalismo. Para dar a cara proposta pelas novas DCNs é preciso mobilizar o corpo docente a migrar suas linhas de entendimento, pesquisa e percepção para este novo momento conforme contextualizou o Entrevistado 2:

*Então, o primeiro desafio eu acho que é, eh, junto ao corpo docente, eh::, dar esse novo perfil ao Curso, por quê? Porque a gente vai pegar um corpo docente que trabalhou em suas/ em seus mestrados, em seus doutorados, alguns com o tema da Comunicação Social e trouxe isso para a Comunicação Social e agora passa a querer trabalhar com o estudante, com o discente, o campo do Jornalismo em si (E2, apêndice 2, p. 134).*

Para conduzir a nova proposta do curso, será necessário para os professores reconstruírem um percurso já amadurecido em outro sentido, sair da zona de conforto, encarar com maior profundidade autores pouco estudados, alguns desconhecidos e, a partir deles, reelaborar suas linhas de compreensão da área. Isso inclui ainda se afastar e, talvez, negar muito do que se estava estudando em Comunicação Social, pensando ser os estudiosos deste que chamamos, por iniciativa própria, de puro Jornalismo, opositores aos estudos da Comunicação. Como visto lá atrás, esse foi um dos motivos que fizeram surgir as novas DCNs. É neste campo de redescoberta e oposição que precisará se encaixar o professor do novo curso de Jornalismo da UERN.

Ao que se percebe, a realização da nova Matriz está intrinsecamente ligada a esse entendimento que requer mais do que uma mudança documental na estrutura do curso, pois exige um novo norteamento teórico de todo o corpo docente após anos de estudo, entendimento e produção em um campo muito mais vasto que é a Comunicação. A realização simultânea das duas matrizes (Comunicação Social e Jornalismo) pode ser outro complicador para essa transição nada tranquila desses sujeitos de suas áreas de conforto. Notamos haver grande preocupação de parte dos entrevistados à esta questão exatamente pela complexidade que é realizar esse processo de mudança:

*[...] os desafios é (sic) justamente a gente observar, é, que tudo que a gente vai fazer agora, no curso de jor/, no novo" bacharelado de Jornalismo, ele passa por: desenvolver a pesquisa em" Jornalismo, de uma forma mais específica; a extensão em" jornalismo, neh, e o ensino da prátia em" Jornalismo, sem prevililegiar, como a gente fazia no ciclo básico, aquela noção mais geral de Comunicação, neh. É::: isso é sempre um desafio, porque isso quebra o paradigma um pouco, neh, isso quebra um modelo que a gente vinha::: que era tradicional' no Brasil; a gente agora tem de canalizar para o Jornalismo[...] (E1, Apêndice 1, p. 122).*

Para E3 o curso não tem professores suficientes para dar conta das duas matrizes, como também pessoas com o perfil do novo currículo, preparado para lidar com o ensino do Jornalismo levando em conta as novas tecnologias e dispositivos usados na produção e difusão das notícias. E1 e E2 discordam de E3 e afirmam existir, neste momento, professores suficientes para dar conta das duas matrizes em andamento, pelo menos nos primeiros semestres do curso, embora reconheçam que será necessário contratar outros quadros mais à frente, começando, pelos professores substitutos:

*Das três habilitações, Jornalismo é hoje o que possui o maior número de professores [...],Então, assim: dentro dessa realidade, Jornalismo, digamos que tem uma situação confortável. É claro que a partir do momento da divisão, da transformação das habilitações em curso, eh:: a Universidade tem de reforçar esse quadro de docentes, neh. Em 2016, quando aconteceu o último concurso docente, de 2016 pra cá a universidade conseguiu convocar quatro novos professores, neh. Dois profe/ duas professoras para a habilitação de Publicidade e um professor e uma professora para a habilitação de Radialismo [...]. Aí você pergunta: e por que que não foi feito para Jornalismo? Exatamente por entender que:: o corpo docente de Jornalismo, ele:: estava numa situação confortável, e:: levando em consideração que é um corpo docente em que a gente:: já:: em pouco tempo já deve ter um corpo docente todo formado por doutores, neh, então, isso isso é muito bom (E2, apêndice 2, p. 134).*

*Neste momento é suficiente, neste momento, a gente sente como suficiente. Na hora que ele passar a não ser, a gente vai demandar professores substitutos. Por que substitutos? Porque a gente não pode querer professores efetivos para ir suprindo essa demanda que vai crescer por causa da coexistência dos dois cursos, dos antigos e dos novos, por quê? Porque os antigos vão desaparecer (E1, apêndice 1, p. 124).*

O curso de Comunicação Social da UERN tem hoje 16 (desesseis) professores, sendo 6 (seis) de Jornalismo, 6 (seis) Radialismo e 4 (quatro) de Publicidade & Propaganda. Conforme vimos, o PPC indicava a necessidade de mais 5 (cinco)

contratações, sendo uma já concretizada em concurso realizado em 2016. São esses mesmos professores que conduzem os novos cursos (Jornalismo, Publicidade & Propaganda e Radialismo) que passam a funcionar a partir de 2018.

#### 4.2.2 Estrutura técnica e tecnológica

A situação estrutural do curso foi a segunda questão mais apontada como desafio. Neste ponto, precisamos dizer que nossas perguntas despertaram maiores preocupações nos entrevistados. Por vezes, entendemos que, mesmo não sendo novidade, as perguntas os fizeram pensar mais profundamente sobre o problema e isso pode ter gerado respostas mais carregadas de dúvidas e baixa expectativa, ainda que essa carência de equipamento e material humano do curso tenha sido elencada por eles no próprio PPC. Na entrevista 3, por exemplo, esta questão foi colocada como principal preocupação e desenvolvida ao longo de toda a conversa, conforme vemos neste trecho: “[...] *o que eu vejo com mais preocupação é a infraestrutura ainda no curso: a falta de laboratórios, eh, a falta de computadores...*” (E3, apêndice 3, p. 141).

Conforme comentamos ao longo deste trabalho, os entrevistados confirmaram se tratar de um problema antigo e, nos parece, de difícil solução. Indicaram existir esforços por parte do Departamento de Jornalismo e da Reitoria da UERN em buscar soluções, mas nenhum dos entrevistados apontou um plano ou uma proposta concreta quanto a sua realização em curto, médio ou longo prazos. As deficiências são percebidas em todos os setores do curso, desde a qualidade do laboratório de informática, à ausência de *softwares* adequados à edição e formação complementar dos alunos, ausência de câmera fotográfica, filmadoras, etc. Para os três entrevistados, a falta desses equipamentos prejudica a formação do aluno, pois limita a sua atuação prática, o que dificulta o equilíbrio entre teoria e prática conforme preconizado pelas DNCs e a própria Matriz nova do curso. Os três estão cientes disso:

*Então, no meu entender, a falta dos equipamentos/ a Comunicação Social é um curso/ não é um curso como Filosofia, por exemplo, não estou aqui desmerecendo a Filosofia, nem dizendo que ela é menos importante, o que eu quero dizer é que um curso de Filosofia, você teve uma boa sala de aula, confortável, você teve livros na biblioteca, você teve ((rápido)) bons professores’, você/ e você/ e um laboratório de informática, no máximo, você tem um bom/ você pode ter um bom curso de Filosofia. Comunicação não é assim, é um curso caro” que foi instalado aí três cursos de uma vez só numa universidade como a nossa e que ela não/ durante o o:: tempo, eh, que eu observo esse*

*curso, há quatorze anos, ela nem sempre pode/ as vezes ela não chega nem perto, no meu entender, de dar, ah ah ah:: a resposta, do ponto de vista tecnológico que os alunos mereceriam [...] (E1, apêndice 1, p. 126).*

*[...] quando você:: vai:: trabalhar com o aluno a questão do:: audiovisual, telejornalismo, por exemplo, do radiojornalismo, do fotojornalismo, então, você tem que ter equipamentos pra trabalhar com os alunos estas temáticas, neh. Algumas outras, assim, não se faz necessário equipamentos, mas, assim, esses aí eu vejo que são primordiais. Eh:: câmeras fotográficas, câmeras filmadoras, eh, computadores para edição de vídeo, neh, então, microfones, então, o que está relacionado a essas temáticas eu acho assim que são equipamentos imprescindíveis [...] (E2, apêndice 2, p. 136).*

*[...] a gente sente a reclamação dos alunos, ou ou eles tiram do próprio bolso e investem e investem, neh, em em/ ou em/ ou o professor também com o f/ no meu caso, neh, eu tive dois projetos aprovados com financiamento externo, CNPq, projeto Ciências Humanas e (incompreensível) e com esse dinheiro eu comprei foto/ comprei máquina fotográfica pra o departamento, comprei projetor, notebook; também depende muito do/ eu vejo, eh:: depende muito do professor, não é? Porque, se a gente for esperar por recursos do governo do estado, a gente não vai andar, a gente não vai avançar [...] (E3, apêndice 3, p. 142).*

Tão conscientes estão desse desafio, que os entrevistados confirmam ser difícil atender as exigências dos avaliadores conforme prevê o inciso V do artigo 16 das novas DCNs que trata do sistema de avaliação institucional dos cursos e que preconiza o funcionamento, com permanente atualização, “dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados” (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 14):

*[...] nós não somos avaliados pelo INEP, nós somos avaliados pelo Conselho Estadual de Educação, como você deve saber; se os avaliadores fincarem o pé nessa questão aí, neh, hoje/ se nós recebêssemos hoje' uma avaliação, neh, do curso de Jornalismo, e fincasse o pé nessa questão ((rápido)) nós ficaríamos prejudicados sim”, com toda franqueza (E1, apêndice 1, p. 126).*

*Eh, eu digo que atender 100% o que a, ah ah:: legislação, ela pede, é bem complicado, neh, não só na UERN, mas se você for ver em outras universidades, até universidades federais. Mas, a gente tem/ a universidade passa a ter a obrigação de:: atender minimamente a essa estrutura, neh. Nós temos um laboratório hoje multimídia com 16 computadores que, nessa parte de jornalismo na internet, webjornalismo, a gente já realiza algumas coisas, neh. Talvez/ dos laboratórios, talvez o que:: digamos que/ é o que a gente precise de*

*de de pouca coisa pra deixar ele ok. Mas, em relação aos outros, a gente tem um desafio muito grande (E2, apêndice 2, p. 135).*

*[...] como eu falei, tá difícil a gente atender a isso, neh; você/ não temos hemeroteca, a biblioteca é extremamente defasada o acervo que os alunos até nem gostam de frequentar a biblioteca porque passou um tempão com o ar-condicionado quebrado e tudo. Eh:: acho difícil, como eu falei, é um desafio grande, mas, assim, no atual contexto, eu acho difícil a gente atender a isso, infelizmente (E3, apêndice 3, p. 142).*

A fala dos professores não apenas reforça o que foi dito no PPC do curso de Jornalismo da UERN, como amplia uma preocupação significativa, uma vez que na busca pelo equilíbrio entre teoria e prática a existência e qualidade dos equipamentos técnicos e tecnológicos se faz necessário como eles próprios apontam. Se não conseguem atender questões básicas orientadas pelas DCNs, o curso não pode assegurar pleno equilíbrio na formação de seus egressos conforme preconizado.

#### 4.2.3 Equilíbrio entre teoria e prática, ao menos no papel.

Em relação à nova Matriz de Jornalismo em si, os professores acreditam que, da forma como está escrita, ela atende sim o equilíbrio entre teoria e prática. Não dizem isso em contradição ao estado real do curso, de suas dificuldades e deficiências materiais, mas olhando especificamente para o novo direcionamento – para o objeto da Matriz. Neste sentido, os três pensam parecido no que diz respeito às mudanças, novamente enfatizando a atenção específica às disciplinas de Jornalismo, mas também olhando para a contemplação das atividades práticas em proximidade com as novas tecnologias e a atuação no campo de trabalho:

*Eu acho que sim. A a as diretrizes falam 50% teórica, 50% prática, neh; eu acho que sim e vejo de de/ vejo de uma maneira bem positiva, porque:: o curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo, uma uma insatisfação dos alunos é que eles demoravam muito a conhecer o Jornalismo. Eles passavam três períodos ou quatro vendo disciplinas mais básicas, mais gerais, pra depois entrarem em disciplinas mais focadas em Jornalismo e agora, não. No primeiro período, ele não tem, eh:: disciplina prática, ainda, digamos, mas no segundo já tem alguma coisa, então, eu vejo como ganho e acho que é possível sim manter esse equilíbrio (E2, apêndice 2, p. 136).*

*[...] hoje, se privilegia muito mais o foco do Jornalismo e essa prática no Jornalismo também, neh; eh, por exemplo/ só pra dar um exemplo a você: História da Comunicação agora é História do Jornalismo*

*(inaudível), então, eh:: isso tenta/ isso tende a a a:: canalizar um pouco mais para a prática da própria habilitação que agora não é mais habilitação (E1, apêndice 1, p. 127).*

*Sim. A ideia é essa [...] [[mas]] como eu falei, eu eu, como eu falei, eu acho difícil a a a curto prazo nós atendermos a essa essa demanda e e:: também, eu digo a você que o aluno reclama muito, neh; ele reclama a falta dessa infraestrutura. E, com certeza, isso reflete sim na sua formação. (E3, apêndice 3, p. 142, **com edição e adição da conjunção adversativa “mas”, nossa**).*

No que diz respeito à formação polivalente do jornalista, nesta nova condição em que os espaços de trabalho diminuem e o profissional, por atuar em redações cada vez menores, é impelido a realizar sozinho diversas tarefas que antes eram divididas por duas ou três pessoas, os entrevistados demonstraram atenção e preocupação. Para E1, não se trata de formação, mas de exploração do mercado que precisa ser alertado e conduzido em sala de aula. E2 defende que a universidade é que precisa preparar o aluno para não ser explorado dentro dos espaços de trabalho. Por outro lado, ele entende que esta mesma universidade precisa orientar os estudantes quanto às mudanças de produção, às novas colocações dos sujeitos neste mercado que exigem dele uma nova postura, muito mais no sentido de ter iniciativa, ser ativo e criativo. Mediar isso é também uma tarefa decisiva deste novo currículo, cujas ações fazem o egresso pensar não apenas em ser ator de um mercado em desenvolvimento, mas em mudá-lo, recriá-lo ou reinventá-lo agindo com independência e empreendedorismo.

Está claro para os entrevistados o caráter inovador do novo currículo em atender o estudante com disciplinas que o leva a ter maior acesso às novas ferramentas de tecnologia empregadas no campo de trabalho do Jornalismo. Como disse E3 “*No papel atende*” e passa a ser desafio dos professores fazer isso chegar, de fato, à realidade da formação do aluno. Neste ponto, nos deparamos novamente com a máxima da “sociedade administrada”, na visão em que Adorno (2005) nos permite ver uma organização social que promete, mas não entrega, não cumpre o que se pretende, colocando em suspenso a sua própria organização e seus alicerces. E2 aposta, inclusive, que o novo currículo vai “*promover uma mudança positiva para o mercado’ do Jornalismo*”. Cita como exemplo a disciplina “Jornalismo na Internet”, antes optativa, agora obrigatória, cuja função é aproximar cada vez mais o aprendente deste novo contexto das novas mídias. “*Então, nesse cenário de convergência tecnológica, então:: a gente passa a contar com disciplinas mais voltadas ao campo da convergência, ao campo do empreendedorismo no Jornalismo, neh, ao campo do webjornalismo como*

*um todo*” (E2, apêndice 2, p. 138). Esta afirmação é positiva, mas paradoxal, se pensarmos na deficiência do curso em adquirir e manter atualizados seus laboratórios e equipamentos apontados como necessários para esta nova formação. E1, apesar de concordar com as mudanças positivas apontadas por E2, volta a alertar sobre esta questão. “[...] *temos que estar sempre tentando nos atualizar, do ponto de vista da oferta dessa dessa infraestrutura tecnológica para que ele possa, neh, atender a essas expectativas que tem no mercado*” (E1, apêndice 1, p. 130).

A mudança em relação ao estágio é um condicionante importante nesta busca pelo equilíbrio entre teoria e prática, conforme apontam os entrevistados. Se antes o estágio era uma iniciativa opcional do aluno e valia apenas 40 horas como atividade complementar, agora vai durar um semestre inteiro. As 300 horas desta atividade serão supervisionadas por um profissional formado na área que trabalha no lugar de atuação do estagiário e acompanhadas pelo professor da disciplina. Para E3, o fechamento da maioria dos jornais de Mossoró/RN e outras redações pode prejudicar esta ação na prática. Neste ponto, realiza uma crítica às DCNs, muito próxima do que vimos com os críticos dos dossiês do capítulo 2:

*[...] essas Diretrizes muitas ve/ elas não pensam o individual, não pensam a Universidade; ela tá muito, eu acho é/ quem preparou, os especialistas que fizeram isso? O pessoal lá do Sul e Sudeste que não vê a realidade, tipo, a realidade do Nordeste, ou do interior do Nordeste, no caso como Mossoró. Então, eles não veem essa realidade, eles fazem mais no geral’, no abrangente’; então, nós é que temos/ vamos ter/ vamos dizer, eh, que ralar pra atender isso, neh, que eu acho complicado porque ele não vê/ eles/ as especificidades de cada curso, de cada região, de cada cidade, certo? E, assim, eu vejo com muita preocupação (E3, apêndice 3, p. 143).*

A visão de E1 e E2 é diferente. Para eles, apesar das mudanças no mercado e do fechamento das redações locais, existem muitos outros campos abertos;

*“[...]Jesse estágio, ele pode fazer em qualquer um dos veículos ou assessoria de imprensa, também, neh, ONGs:.’; ele não tem que fazer só naquele jornal’, porque, realmente se você fosse pensar só nos jornais eles não teriam espaço” (E1, apêndice 1, p. 128).*

*Então, se eu for falar de campo de estágio vendo a realidade dos jornais impressos de Mossoró, eu me desespero, mas aí, se eu for olhar: o espaço de rádios, o espaço de TVs, o espaço de assessorias de imprensa, de entidades que trabalham/ de ONGs que trabalham com assessoria de imprensa; (E2, apêndice 2, p. 137).*

E1 traz uma questão importante que merece atenção de nossa parte, mas muito mais da parte do curso que é o cuidado para não prejudicar o mercado jornalístico – ou o que é pior, a precarizar o profissional – enchendo as redações de estagiários a ponto de tomar as vagas dos profissionais já formados ou manter pessoas nas vagas sem o cumprimento dos devidos deveres trabalhistas. Aponta esta situação como algo a ser notado e discutido com base, principalmente, na realidade atual:

*[...] porque aí você pega um monte de estudante que não vão receber um centavo por este estágio, porque é um estágio obrigatório', o jornal não tem que pagar nada a ele, muito importante isso aí, então a gente tem de distribuir esses estudantes por vários espaços, de modo que não' não destrua o mercado de trabalho. (E1, apêndice 1, p. 128).*

Esta não é uma preocupação à toa, considerando ser comum no mercado atual, não só de Mossoró/RN, as redações estarem cheias de estagiários recebendo metade de um salário mínimo para manter seus produtos no ar. Isso acontece em jornais, televisões, rádios, agências de publicidade, assessoria, etc. A situação delicada do mercado atual pode ficar ainda mais grave caso o curso não volte sua atenção para este ponto e construa uma maneira de equilibrar isso fora da universidade, pelo menos naquele grupo que cabe à instituição deliberar, ou seja, seus estagiários. A possibilidade de ter trabalhadores de graça, mesmo em curto período, pode mobilizar as empresas a mudar suas rotinas, contratarem menos e exigirem mais de seus empregados.

No que diz respeito às 300 horas de atividades complementares, E3 também acha complicado dar conta de duas matrizes, de projetos de pesquisa, extensão e pós-graduação (entendendo que alguns são doutores e estão ligados a algum programa de pós-graduação) com o número atual de servidores. E2 acha que esta resposta só será possível obter no decorrer das primeiras turmas: “[...] *nesse primeiro momento eu acho que nós conseguimos dar conta, agora, a partir do momento que nós tivermos duas turmas, três turmas, aí a gente vai ter de fazer uma avaliação*” (E2, apêndice 2, p. 137). E1 observa de forma positiva o aumento das horas complementares e, olhando para o lado do aluno, acha que este terá muito mais condições de cumprir as 300 horas agora do que antes, quando eram apenas 100 horas exigidas: “*Então, por exemplo, um aluno que pesquisa muito, participa muito de congresso, publica muito, ele vai fazer as 300 horas brincando*” (E1, apêndice 2, p. 128). Isso acontece porque, como dissemos no

primeiro tópico deste capítulo, existiam tetos para cada atividade, limitada a 40 horas para cada ação. Ou seja: 40 horas para extensão, 40 horas para pesquisa, etc., sem este teto ficará mais tranquilo para o estudante cumprir esta tarefa e, ao mesmo tempo, se aprofundar em algo que lhe interesse ao longo do curso.

#### 4.2.4 A emancipação reduzida ao empreendedorismo

Ao serem questionados sobre os esforços feitos pelo currículo na formação de um aprendente na perspectiva da Emancipação, os entrevistados reagiram positivamente. No entanto, acreditamos ter havido um reducionismo no entendimento deste termo, conforme discutimos e colocamos neste trabalho. Apesar de afirmarem positivamente à pergunta, se resumiram apenas ao aspecto técnico e teórico, não atentando para o espírito subjetivo do estado do ser emancipado como alguém capaz de sacudir o mundo independente do trabalho ao qual foi direcionado. Na visão de E2, o curso de Comunicação Social promovia certa emancipação numa circunstância teórica, enquanto o novo currículo equilibra isso, pois permite ao aluno pensar de forma mais “empreendedora”:

*Eu vou dar tanto essa emancipação teórico-crítica, mas eu vou lhe mostrar como, quando você terminar o curso, você pode se emancipar, que aí entra a figura do empreendedorismo, mostrando o quê? Que antes, as universidades formavam os estudantes para serem mão-de-obra nas empresas e hoje o desafio é o que? Formar estudantes que possam atuar em empresas, mas que possam eles mesmos, eh, apontarem iniciativas interessantes para o campo do Jornalismo, que é o que a gente tem: pequenos grupos de jornalistas montando agências de reportagens, eh, agências de notícias, produtoras audiovisuais, blogs, neh; então, eh, só que pra isso você precisa dar uma visão que dentro da academia era uma visão muito rechaçada, que é o que? É a visão empreendedora. (E2, apêndice 2, p. 138, 139).*

Esta questão empreendedora também foi ponto cerne no pensamento de E1:

*Vocês não têm que sair daqui, pelo amor de Deus, e arrumar um emprego, a gente quer que vocês saiam daqui assim: que/ qual/ que caminho existe em Mossoró, na minha região, que eu posso fazer e possa ganhar dinheiro com isso, neh, diante do que eu aprendi na minha Matriz, na Matriz curricular no meu curso na UERN, neh; então, por exemplo, nós temos alunos aqui do Vale do Jaguaribe, Apodi, que é sua cidade, neh, (inaudível) eu falava com eles isso na*

*disciplina de Seminários ((Seminários de Monografia da Matriz de 2005)), neh, falava nessa questão e falava que eu estímulo muito que eles façam projetos das suas cidades, sobre coisas da sua cidade – não é obrigatório, se quiser fazer aqui, fazer sobre o Jornal Hoje, faz – mas, assim, buscar isso; então esse/ o desafio desses novos jornalistas é ser empreendedor (E1, apêndice 1, p. 131).*

E3, concorda que a nova Matriz favorece a formação de um aprendente emancipado e cita o tripé: ética, estética e técnica como condições essenciais para formação dos egressos. Porém, dedica o restante de sua resposta à preocupação quanto a ausência de espaços no mercado de trabalho para a atuação dos novos jornalistas. Esta inquietação em relação ao desemprego na área, falta de oportunidade, é respondida pelos entrevistados anteriores nesta expectativa positiva quanto ao resultado esperado de disciplinas que favoreçam ao empreendedorismo.

Vemos a importância deste “empreendedorismo” neste contexto, mas, ao mesmo tempo, questionamos se as mudanças no mercado não são um limitante, assim como foi para as empresas. Apesar de compreendermos existir uma série de questões resultantes do fechamento de propostas tradicionais de empresas jornalísticas, há muitos fenômenos em curso ainda incompreensíveis e não explicados que resultaram neste desmonte nos negócios, muitas vezes tradicionais. Mas por que não realizamos novas intervenções a fim de entender o pensamento dos entrevistados sobre a formação dos sujeitos além do mercado? A resposta nos parece óbvia, pois qualquer pergunta neste sentido certamente induziria a resposta com muito mais direcionamento do que as realizadas no percurso das entrevistas. Formar para o campo do trabalho é, obviamente, o principal objetivo dos cursos superiores, mas não o único, pois as construções social e política advindas desta formação têm, a nosso ver, o mesmo peso. Formar para o mercado, ou para o dinheiro, sendo mais abrangentes, é fazer as vontades de uma sociedade administrada e, mudar isso, propondo novas saídas vai muito além do termo “empreendedorismo”.

A compreensão deste termo, em seu sentido amplo e dicionário, pode, no entanto, nos trazer algum alento. Utilizemos o Dicionário Online de Português<sup>10</sup> para entendê-lo a partir de três definições. 1) “Capacidade de projetar novos negócios ou de idealizar transformações inovadoras ou arriscadas em companhias ou empresas”; 2) “Vocação, aptidão ou habilidade de desconstruir, de gerenciar e de desenvolver projetos, atividades ou negócios”; 3) “Reunião dos conhecimentos e das aptidões

---

<sup>10</sup> Dicionário Online de Português. Disponível em: << <https://www.dicio.com.br/empreendedorismo/>>> Acesso em: 21 de abril de 2018.

relacionadas com essa capacidade”, certamente, capacidade de empreender. Vamos agora fazer um esforço e separar algumas dessas frases/palavras: “idealizar transformações inovadoras ou arriscadas”, “aptidão ou habilidade de desconstruir”, “reunião dos conhecimentos”. Por estes termos, podemos dizer que o empreendedorismo é uma forma de emancipação do homem, pois imprime nele uma força interior indispensável à sua liberdade de ação. Entretanto, quando pensamos que esta ação é direcionada a atuação em um negócio, seja ele próprio ou alheio, este homem precisa seguir ritos pré-estabelecidos e, de alguma maneira, se submeter a vontades exteriores. Apesar de sabermos que mesmo a emancipação advem de uma dependência, o que torna um homem emancipado, no sentido espiritual, é a sua capacidade de existir dentro ou fora desta questão, atento e realizado primeiro com seu grau de conhecimento e a enorme necessidade de conquistar mais informação, conhecimento e sabedoria.

Olhando para as entrevistas de modo geral, percebemos um clima de expectativas positivas quanto à formação dos egressos a partir da nova Matriz. Embora seja uma etapa nova e desconhecida e de haver algumas limitações, percebemos uma vontade de fazer dar certo a nova formação; os novos caminhos a serem percorridos por docentes e discentes. Parece-nos que esse percurso é o que permitirá a construção de um nova perspectiva capaz de, como disse E2, chegar ao mercado e alterar as formas de atuação tanto dos empregados, quanto dos patrões e empreendedores; dessa gente nova que se lançará ao mercado e nos apresentarão algo ainda não visto ou encontrado neste mundo vasto e em movimento que é o Jornalismo. Neste aspecto vemos um fio condutor para construção de sujeitos mais livres, autônomos e emancipados. Percebemos nuances disso nas palavras de E1:

*[...] eu acho que o novo egresso, ele vai sair muito mais consciente do seu papel, como a gente falou agora há pouco, na pergunta anterior, neh. Do ponto de vista tecnológico, aí nós temos o desafio de corrigir a lacuna tecnológica; do ponto de vista tecnológico eu acho que ele sai um jornalista muito mais DIGITAL, esse novo jornalista muito mais ligado ao digital” e consciente de que aquele jornalista antigo, ele ele/ isso quebrou esse paradigma, isso tá mudando, neh; então, é um jornalista que sai muito mais consciente da necessidade de interagir com outras realidades (E1, apêndice 1, p. 130).*

Embora ainda preso por questões específicas, achamos que E1 responde com maior clareza a questão da emancipação. Mas, a defesa do Jornalismo como atividade viva é também uma observação necessária neste percurso libertador. A defesa da

atividade e até do campo do estudo, este espaço novo que se estabelece atravessando paus e pedras, denota uma situação de resistência necessária aos homens de pensamento livre e merece atenção como engajamento para uma situação emancipatória de seus sujeitos, conforme vemos na afirmação de E2.

*Eu acho que o primeiro ponto importante é mostrar que o Jornalismo é e continuará sendo necessário, neh; então eu acho que é fundamental passar isso para os alunos, neh. Não por/ por apenas uma demagogia, não! Mas porque, se a gente for analisar historicamente, mesmo depois de todas as crises pelas quais o jornalismo passou, ele continua, até hoje, sendo necessário, neh. É ele quem informa a sociedade da maneira que deveria ser a mais correta e, aí, a gente tem “n” discussões sobre o que seria essa essa exatidão’ essa coisa correta, neh; mas é no Jornalismo que as pessoas confiam (E2, apêndice 2, p. 139).*

Existe uma força nesta afirmação que vai além do mercado, da necessidade de seguir pelas regras desta sociedade pré-definida. Quando E2 afirma que “é no jornalismo que as pessoas confiam” ele imprime aí toda a sua paixão pelo que acredita. É neste momento em que ele se reconstrói e dali ajuda na reconstrução do outro. A necessidade da permanência e existência do Jornalismo é uma ação primeira de sua condição individual, mas é a partir dela que esta ação se torna forte e alcança o universal, nos demovendo do medo e nos mobilizando a pensar de igual maneira. A nos tornarmos ávidos militantes de nossas causas individuais que se constroem em torno do Jornalismo, o amor impulsionador de nosso estabelecimento no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ensino de Jornalismo no Brasil é marcada por muitas fases, mas principalmente pelo desejo de grupos e entusiastas em estabelecer um campo de pensamento livre e capaz de formar pessoas qualificadas não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida. Desde as primeiras discussões para implantar as novas DCNs, em 2013, que tiraram o Jornalismo da condição de habilitação para se tornar um curso independente da Comunicação Social, que inúmeros debates vêm sendo travado por defensores e opositores desta mudança. A tentativa de estabelecimento de um campo próprio apresenta-se para uma parte desses militantes como uma ação tardia para o Jornalismo, limitado na década de 1960 pelas decisões equivocadas do governo militar. Para outros, esta ideia apenas represa um ensino que poderia ser mais amplo e multidisciplinar mantendo o Jornalismo na grande área de Comunicação Social. Nesta discussão, ambos os grupos têm suas razões, porém, no momento atual de inúmeras transformações econômicas, sociais e tecnológicas, se não houver uma mudança na forma de pensar, discutir e mediar o Ensino do Jornalismo, certamente a profissão correria sérios riscos de ser engolida pelas novas formas de comunicação em evidência.

Estamos certos de que as novas DCNs oferecem muitos desafios para os cursos de Jornalismo no Brasil, não por exigir coisas impossíveis, mas pela dificuldade dos cursos em cumprir a totalidade das orientações preconizadas. Esse foi um dos motivos que nos levaram a buscar entender quais eram os desafios da implantação da nova Matriz Curricular do curso de Jornalismo da UERN. Nossa vivência, como egresso do curso de Comunicação Social e proximidade com aquele ambiente estudado, nos encheram de curiosidade e preocupação motivadoras para a pesquisa. Ao realizá-la, observamos que são muitos os desafios que permeiam a implantação dessa nova Matriz, embora muitas sejam as expectativas positivas em seu entorno, pois o novo currículo é visto também como condutor da reestruturação desta profissão ameaçada pelos tantos fatores externos e as dificuldades internas.

Encontramos no curso de Jornalismo, bacharelado, da UERN, uma Matriz promissora com muita possibilidade de oferecer nova perspectiva de aprendizado e desenvolvimento da área, principalmente pela equipe docente formada por professores comprometidos e esperançosos que a conduzirão. Apesar de os inúmeros problemas apontados existirem desde o início, percebemos, pela nossa proximidade à comunidade egressa, que o curso tem formado bons profissionais e que a grande maioria está no

mercado de trabalho. Arriscamos a dizer que a UERN formou as novas gerações de jornalistas em Mossoró/RN e os responsáveis por isso foram os professores, cuja missão sempre foi claramente suplantar as dificuldades técnicas e mediar o ensino a partir do pensamento, das ideias e da autonomia. Mesmo agora, conhecendo os limites do curso frente ao que precondizem às novas DCNs, conseguimos perceber neles muita força de vontade em superar os desafios e formar futuros profissionais comprometidos.

Estas observações nos tranquilizam quanto ao cumprimento de nossos objetivos específicos. Constatamos que existe, por parte da nova Matriz, elementos que conduzem a um equilíbrio teórico-prático na formação de seus aprendentes. O aumento na carga horária do curso, o acréscimo de novas disciplinas, muitas no campo do pensamento crítico e atuação prática, o estabelecimento de largas quantidades de horas para atividades complementares e estágio supervisionado, tudo isso corre no sentido de manter o estudante atento as transformações do mundo, preparado tanto no campo do conhecimento teórico ofertado pela universidade, quanto nas atividades do mercado para o qual está sendo preparado durante sua formação.

Na visão do corpo docente o curso tem como principais desafios assegurar a quantidade necessária de professores, além de equipar e manter atualizados os laboratórios da faculdade. Conforme vimos, o número de professores não é suficiente para o andamento do curso, mas a adaptação ao novo currículo é ainda mais preocupante. Estamos falando de pessoas que pesquisam em Comunicação Social desde sua formação acadêmica. Embora o Jornalismo sempre tenha estado dentro deste campo, muitos optaram por seguir linhas de estudo diferentes, aproveitando a abertura da área e proximidade com as Ciências Sociais. O Jornalismo por sua especificidade, acaba sendo um recorte muito delimitado e, portanto, requer um novo olhar. Não basta ao professor usar os referenciais teóricos para ensinar os conteúdos, é preciso que ele se aprofunde, construa suas próprias impressões e perspectiva e, a partir disso, encaminhe o estudante para este mesmo percurso a partir da pesquisa ou da extensão, mas sempre com uma direção autorreflexiva. Mexer nesta zona de conforto não é tarefa simples, e isso ficou claro durante o contato com os nossos entrevistados. Mesmo eles, que são ligados ao estudo específico nas matérias do Jornalismo, demonstram certa dificuldade em refazer seus caminhos, pois sempre tiveram ligação com outras áreas. A missão de construir este entendimento é desafiadora, deve motivar alguns a reorganizarem suas atuações agora, mas certamente renderá incômodo e resistência de uma parcela.

Na questão da estrutura tecnológica necessária as atividades da maioria das disciplinas que buscam lançar o estudante a uma atuação prática, verificamos tanto pelo PPC quanto pela fala dos professores que este é um problema real e sem muita perspectiva de solução. A própria história do curso serve de parâmetro para embasar esta afirmação e a fala dos entrevistados complementa no panorama futuro. Neste ponto, apesar de a Matriz ter sido bem projetada, se não tiver como oferecer aos estudantes condições de acesso às ferramentas e equipamentos necessários – ou adequados – à sua formação não é possível assegurar o equilíbrio teórico-prático conforme preconizam as DCNs e a nova Matriz. É a ação, o chão da universidade, a realidade objetiva do processo que força esta limitação. No estágio supervisionado o estudante pode encontrar um paliativo, pois enquanto estiver dentro das empresas tem acesso a equipamentos e ferramentas não oferecidas pela universidade, mas isso não resolve a questão. Sem estrutura técnica e tecnológica dentro do curso existe uma grande possibilidade de o curso de Jornalismo da UERN repetir algumas falhas da Matriz de Comunicação Social, promovendo uma formação mais teórica e crítica e menos prática, o que é bastante negativo, pois a mudança esperada seguirá limitada a velhos problemas.

Apesar destes limitantes, percebemos um clima esperançoso em relação à construção de um aprendente emancipado considerando sua preparação para enfrentar o novo cenário profissional pautado pela convergência midiática, as mudanças tecnológicas vigentes e o modelo atual de Jornalismo. O novo currículo foi quase que completamente construído neste sentido, com foco direcionado a contemplar em muitas de suas disciplinas a interação e aproximação com os novos mecanismos de comunicação utilizados para informar à sociedade. A menção de um dos entrevistados ao jornalismo 4.0 é um exemplo do nível de profundidade que se busca junto a este novo currículo que, em algum momento, pode ser percebido como algo experimental, considerando ser uma novidade completa para o Ensino de Jornalismo por aqui, mas que na verdade é um fôlego necessário neste momento de transformações. Há muito se discute que a imersão<sup>11</sup> pode se tornar o futuro do Jornalismo, assim como a transmidiatividade<sup>12</sup>. Pode parecer exagerado imaginar pessoas vendo notícias através

---

<sup>11</sup> Imersão tecnológica, do tipo que usa óculos de realidade virtual, tem sido bastante discutida no campo do Jornalismo. O jornalismo imersivo propõe oferecer a oportunidade tanto para os profissionais quanto para os leitores ter acesso ao local dos acontecimentos através dessa realidade aumentada, oferecendo uma experiência diferente e curiosa.

<sup>12</sup> Com as mudanças tecnológicas o Jornalismo vem buscando implantar novos mecanismos para oferecer uma narrativa transmidiática, ou seja, que se desenrola por meio de vários canais, de maneira a atingir com o mesmo produto diversos públicos em muitas plataformas.

de óculos de realidade virtual, mas assim foi quando surgiu o *Blu-Ray*, por exemplo, que oferecia imagens em alta resolução numa era de transição do VHS para o DVD. Muitos achavam aquilo desnecessário, uma vez que a imagem do DVD havia superado em muito a qualidade fílmica do VHS. O *Blu-Ray* não pegou, de fato, e o DVD desapareceu, mas a tecnologia trazida por eles foi transferida para os televisores em *HD*, *Full-HD* e, mais recentemente, *4K*. Quem imaginava que os telefones celulares, mais precisamente os *smartphones*, teriam a condição de substituir o computador, as câmeras fotográficas e até a televisão. São estas mudanças que nos movem a pensar com mais clareza sobre os tempos atuais e que, imperativamente, forçam o Jornalismo a se mexer e correr em busca de acompanhar este novo mundo. Neste quadro, a universidade não pode estar alheia, ao contrário, ela precisa ser protagonista, motivadora e proponente destas experiências transformadoras.

A realização de disciplinas de línguas estrangeiras na mova Matriz Curricular é um dos exemplos que podem ser percebido na busca por este protagonismo. Inexistente no curso de Comunicação Social, estes componentes não visam puramente o ensino dos idiomas Inglês e Espanhol, mas uma aproximação ou revisitação por parte dos estudantes a estas línguas, tendo como motivador o fato de que as novas tecnologias nos chegam em outros idiomas, sobretudo o inglês, mesmo aquelas produzidas aqui nas nossas universidades ou nos polos tecnológicos brasileiros. Na era dos *aplicativos* qualquer um pode ter uma boa ideia e ganhar o mundo com ela. Isso aconteceu com o Uber e diversas outras ferramentas modificadoras das velhas rotinas. O jornalista trabalha com um produto de extrema necessidade que é a informação e haverá sempre alguém em busca deste “produto” consumido diretamente por cerca de 70% da população todos os dias.

A Matriz acerta novamente ao propor uma disciplina de empreendedorismo, pois é a partir de iniciativas como essas – apesar de seu conteúdo resumido – que as portas podem se abrir e, neste sentido, a universidade tem papel fundamental na construção de um egresso com olhar atento que não se curva aos limites do mercado estabelecido, mas o reconstrói e o reestabelece a partir de sua interferência, participação e ideias. No entanto, é preciso uma ponderação neste ponto, pois quando ouvimos os professores, percebemos um direcionamento para o estado da emancipação como algo dado a partir da ação de empreender. Isso não acontece dessa forma, é preciso tornar claro. Um sujeito emancipado é maior do que um sujeito empreendedor que poderíamos aqui, a grosso modo, classificar como uma ação motivadora do ato de ser emancipado. Estar

emancipado é olhar para além do horizonte daquilo que lhe determina, seja um beco estreito ou um curso universitário. O curso não deve definir o homem, mas abrir portas para que ele atravesse as cercas e aprofunde-se nos conhecimentos mediados. Um estudante de Jornalismo nunca poderia achar que sua sina será sempre ser um jornalista, pois o mundo lhe oferece muito mais alternativas e possibilidades e a forma de acessá-las é através do conhecimento. Trabalhar como jornalista é uma ação provável após a formação acadêmica, porém ser jornalista é apenas uma parte do que se transformou este sujeito após acessar os diversos conhecimentos disponíveis no curso e em suas proximidades. Ser emancipado é suplantar as limitações de qualquer espécie e guiar-se pela luz da coragem de reinventar-se, mesmo sabendo da existência da dependência que o força a manter-se ligado a algo físico ou pré-estabelecido. Na emancipação é onde reside a relva diária do amanhecer e é por isso que dela surge a liberdade de agir, a vontade de poder e a democracia que torna os homens próximos e as sociedades possíveis acontecer.

Para nós, este é o grande desafio deste novo currículo: lançar no mundo um sujeito emancipado das amarras comuns às estruturas sociais pré-estabelecidas, alguém motivado pela paixão de transformar a realidade e guiado pelo amor como fundamento biológico do fenômeno social. Para isso, é preciso que o curso supere seus próprios limitantes técnicos e que os professores se compreendam corresponsáveis por esta superação, afinal, o curso só é possível por conta dos professores e é demanda deles a força necessária para fazê-lo avançar, como vem ocorrendo até aqui. Está em suas mãos o papel de conduzir a construção emancipatória dos atores deste novo curso, não apenas na determinação do *Homo Entrepreneurus* ou do *Homo Technologicus* presos nestes mundos determinados pelo empreendedorismo ou pela tecnologia, mas na mediação de um indivíduo motivado pelo espírito do conhecimento que o coloca à frente das questões universais e consegue construir seus próprios caminhos.

Neste processo de mudança de currículo no curso de Jornalismo da UERN, esse entendimento deve ser construído horizontalmente, mas é bem mais comum que comece a se formar de cima para baixo a partir da mobilização do corpo docente, pois é de lá que vem a experiência necessária para mediar as formas de aprendizado disponíveis e possíveis de serem descobertas. Isso, obviamente, feito com autoridade e afeto. Todos os desafios técnicos, tecnológicos e humanos existentes são preocupantes, mas não passam de detalhes superáveis a depender da vontade de quem conduz a construção formadora e transformadora deste novo curso.

Obviamente, um jornalista se forma para trabalhar como jornalista nas inúmeras possibilidades que esta área permite, seja numa redação, numa assessoria de imprensa, TV, rádio, canais virtuais, aplicativos de celular, etc., mas este sujeito precisa, antes de qualquer coisa, ter consciência daquilo que o conduz a isso que é o conhecimento como ação de entender e compreender o mundo, a vida e a natureza por meio da inteligência, da razão e da experiência. Somente um indivíduo emancipado pode modificar as bases pré-existentes por meio de sua capacidade modificadora. Alguém consciente de sua limitação humana, mas capaz de observar em si a própria superação, que possa se formar em Jornalismo, mas percorrer o mundo contando histórias, escrevendo livros, construindo castelos ou reinventando a ciência a partir de suas próprias percepções: daquilo que começou a acessar na leitura do mundo, aprofundado no chão da universidade e, posteriormente, por meio de suas dúvidas, vontade e necessidade de remover a terra e reformular tais experiências aprendidas. É somente pela emancipação, pela superação da dependência e pelo espírito de vontade e liberdade que se conquista as transformações desejadas; somente pela união das forças e determinação de mudança se consegue ultrapassar os ruídos limitantes da vida que começam, na maioria dos casos, dentro de nós mesmos.

É neste ponto onde reside a sabedoria do amor, conforme nos indicaram Maturana e Varela (2001), e, como diz Morin (2011), os perigos que ele contém. Este amor, estruturado como fundamento da ação social, é o início da estrada da emancipação que, embora margeada pela dependência, age como célula motivadora inconsciente para fazer o homem caminhar na rua ainda que chova, que ensope suas roupas e limite seu corpo pelo frio. Porque é esta ação irrefletida que constrói sua base e lhe permite imaginar uma certeza particular de que caminhar seu próprio caminho, independente das vozes externas, da ausência de coragem, autoestima ou proatividade do outro, é a única forma de assegurar a liberdade de seu pensamento e a segurança para a sua vida, a reorganização de sua comunidade e o estabelecimento de uma estrutura mais sólida para seu futuro.

A emancipação é também o estado de consciência que possibilita a verdadeira resistência, a persistência contra o senso-comum, as estruturas calcificadas, as regras administradas por uma sociedade limitada pela falta de ação e concretização de seus desejos de mudança. Pois é a resistência que põe em atividade os princípios da democracia, da liberdade dos indivíduos e do caráter transformador que esta ação humana permite. A vida é uma constante mutação, seja no seu aspecto biológico, físico,

químico, seja na circunstância política e social. Quebrar paradigmas, reconstruir o pensamento, refazer caminhos, são ações peremptórias de uma atitude autêntica, de espíritos dispostos a ressignificarem a vida a partir de suas atitudes altruístas e seus desejos de transformação.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **A educação após Auschwitz**. In: *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais)

\_\_\_\_\_. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. ; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985

ALBUQUERQUE, A. o jornalismo no país dos cartórios. **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 33-35, março de 2014.

\_\_\_\_\_.; ROXO, M. A. As Diretrizes Curriculares de Jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. Questões Transversais – **Revista de Epistemologias da Comunicação**. Vol. 3, nº 5, p. 27-35, janeiro-junho/2015. Disponível em: << <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p.378-391, set., 2012. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/4227>> Acesso em: 24 de julho de 2018.

AMORIN, F. V. **Homo sapiens x homo sapiens demens**: a educação ambiental em busca das antinomias do *homo sapiens degradandis*. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: << <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt22-4187.pdf>>> Acesso em: 05 de abril de 2018.

ANDERSON et al. Jornalismo pós-industrial adaptação aos novos tempos. **Revista de jornalismo ESPM**. Edição brasileira da Columbia Journalism School. Tradução: Ada Felix. São Paulo-SP, n. 5, ano 2, p. 30-90, 2013. Disponível em:

<[http://www.espm.br/download/2012\\_revista\\_jornalismo/Revista\\_de\\_Jornalismo\\_ESP\\_M\\_5/files/assets/common/downloads/REVISTA\\_5.pdf](http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESP_M_5/files/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf) >. Acesso em 15 de out. de 2016.

ANTONIOLI, M. E. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 4, n. 15, p. 182-197, jul./dez. 2014. Disponível em: <<<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/issue/view/35/showToc> >> Acesso em: 15 de abr. de 2017.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Trad. Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARBEX JR., J. Nem liberdade, nem democracia. **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 30-32, março de 2014.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. Vol. II. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BAKHTIN, M. & VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos da comunicação organizacional. In KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos – vol. 1**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALEM, I. F., **O impacto das fakenews e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede**: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade mídias e direitos da sociedade em rede. Novembro, 2017. Santa Maria: RS. Disponível em: <<<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>>> Acesso em: 29 de março de 2018.

BENASSI, M. V. B., O gênero “notícia”: uma proposta de análise e intervenção. In: CELLI – **Colóquio de Estudos Linguísticos E Literários**. 3, 2007, Maringá. Anais do CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos E Literários, Maringá, 2009, p. 1791-1799.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 39/2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. Parecer Homologado. Despacho do Ministro. Diário Oficial da União, de 12/9/2013, Seção 1, Pág. 10. Disponível em: <<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. **O conceito de informação**. Perspectivas em ciências da informação. Jan./abr. 2007, vol.12, n.1, pp.148-207. ISSN 1981-5344. Tradução: Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio de Azevedo. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>> Acesso em: 28 de março de 2018.

COELHO, V. **Notícia e informação: há diferença?** Fevereiro de 2015. Disponível em: <<<http://literacomunicq.blogspot.com.br/2015/02/noticia-e-informacao-ha-diferenca.html>>>  
Acesso em: 04 de abril de 2018.

CORDEIRO, W. R. O ensino de Jornalismo Digital no Norte e no Nordeste sob as novas Diretrizes Curriculares Nacionais. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 19ª ed. Fortaleza, CE, 2017. Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Fortaleza, CE: Intercom, 2017, p. 1-15.

CORRÊA, E. S. **Comunicação e Sociedade**, Braga-Portugal, vol. 9-10, p. 49-61, 2006. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1154/1097>>  
Acesso em: 24 de fev. 2017.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**. Ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo; Cortez, 2000.

DIAS, P. R; LACHOWSKI, T. L; LUIZ, T. C. UNEMAT e UFMT: ensino de Jornalismo na esteira das novas Diretrizes Curriculares. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 4, n. 15, p. 182-197, jul./dez. 2014. Disponível em: <<<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/378/231>>> Acesso: 10 de jul. de 2017.

DIAS, L. O; COSTA, R. M. C. D. O ensino de Jornalismo no Paraná: dicotomia entre teoria e prática e o currículo que está por vir. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, 16ª ed. Joinville, SC, 2015. Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Joinville, SC: Intercom, 2015, p. 1-14.

FAUSTO NETO, A. Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de p Epistemologias nos processos formativos de jornalistas no contexto da sociedade em midiatização pesquisa. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**. Vol. 3, nº 5, P. 37-43, janeiro-junho/2015. Disponível em: <<<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

FERREIRA, J.; SILVEIRA JR. P. M. **O dossiê do dossiê: as hipóteses concorrentes sobre as Diretrizes Curriculares**. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 3, nº 5, janeiro-junho/2015. Disponível em: <<<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

FERREIRA, E. A. **As diretrizes curriculares de 2013 do curso de jornalismo: O discurso e o perfil dos experts da comissão de Especialistas**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Itajaí, 2017. Disponível em: <<<https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/140/Ediene%20do%20Amaral%20Ferreira.pdf>>>  
Acesso em: 11 de jul. de 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GALVAO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). **Fundamentos de epidemiologia**. 2ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010, p. 1 -377.

GATTI, B. A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. p. 09-40.

GESSER, V.; RANGHETTI, D. S. **O currículo no ensino superior**: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.2 AGOSTO 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/PAIVA/Downloads/6775-16457-1-SM.pdf> Acesso em: 14 de set. de 2017.

GONZÁLES, R. F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. 20ª ed. Revista, 2003.

HUPFFER, H. M. O princípio da autonomia na ética kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. **ANIMA**: Revista eletrônica do curso de Direito das Faculdades Opet, Curitiba, ano 5, n. V, 2014. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleta-Externa/Haide-Maria-Hupffer.pdf>> Acesso em: 28 de Jul. de 2017.

JESUS, A. R. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Sem data. Disponível em: <<[http://lagarto.ufs.br/uploads/content\\_attach/path/11339/curriculo\\_e\\_educacao\\_0.pdf](http://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf)>> Acesso em: 12 de set. de 2017.

KANT, I. “Resposta à Pergunta: que é Esclarecimento? [Aufklärung]”. In: **Immanuel Kant** – textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100- 117.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In Moreira (Org.) **Currículo**: políticas e práticas. Campinas, SP: Papirus, 1999.

LEAL, B. S et al. A crise do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 145-154, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/113-223-1-SM%20(1).pdf> Acesso em: 23 de fev. 2017.

LOPES, F. L. **Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil**. Revista Cult, nº 188, março/2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/224-705-1-PB%20(2).pdf>> Acesso em: 10 de jul. de 2017.

MAAR, W. L. Introdução. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARCONDES FILHO, C. Um passo atrás na formação do jornalista brasileiro. **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 24-25, março de 2014.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MARQUES DE MELO, José. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

\_\_\_\_\_, J. Desafios do ensino do jornalismo no século XXI. In: ALMEIDA, F. F; SILVA, R. B; MELO, M. B. M. **O ensino de comunicação frente às novas diretrizes curriculares** – São Paulo: INTERCOM, 2015. Disponível em: <<<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Ensino-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-frente-%C3%A0s-Diretrizes-Curriculares.pdf>>> Acesso em: 9 de jul. de 2017.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução: Humberto Marioti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MEDITSCH, E. **Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do Ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua História. In: ALMEIDA, F. F; SILVA, R. B; MELO, M. B. M. **O ensino de comunicação frente às novas diretrizes curriculares** – São Paulo: INTERCOM, 2015. Disponível em: <<<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Ensino-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-frente-%C3%A0s-Diretrizes-Curriculares.pdf>>> Acesso em: 9 de jul. de 2017.

\_\_\_\_\_. As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de Comunicação. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 3, nº 5, p. 22-26, janeiro-junho/2015. Disponível em: <<<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Opinião proferida durante o Fórum Diretrizes Curriculares Nacionais, Curso de Graduação Jornalismo, 1ª parte. **Youtube**, São Paulo: USP, 19 de fev. de 2014.

Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=uUBUL5cTNTTo>>> Acesso em: 5 de jul. de 2017.

MIGOWSKI DA SILVA, A. L. *et al.* Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**. Vol. 3, nº 5, p. 54-60, janeiro-junho/2015. em: << <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

MORAES R. Aprender Ciências: reconstruindo e ampliando saberes. In. GALIAZZI, M. C. *et al* **Construção curricular em rede na educação em ciências**: uma aposta da pesquisa na sala de aula. Ijuí: Unijuí, 2007.

MOREIRA, F. M. B.; TOMAZ, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, A. F. B.; MACEDO, E. F. Faz sentido ainda o conceito de transferência educacional? In Moreira (Org.) **Currículo**: políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: << <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>> Acesso em: 12 de set. de 2017.

MOREIRA, D. E. **A teoria versus a prática e as novas diretrizes curriculares nacionais no ensino do fotojornalismo**. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46060/R%20-%20D%20-%20DAYANA%20ESTEIVAM%20MOREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>> Acesso em: 10 de jul. de 2017.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 2011.

\_\_\_\_\_. **Amor, poesia, sabedoria**. Tradução: Assis Carvalho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina, 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

OLIVEIRA, F. F. A. **A reforma do ensino fundamental**: o que mudou na escola? Um estudo sobre a implantação de políticas educacionais em Mossoró, RN (1996/2008). 2010. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

PEREIRA, P. **O currículo e as práticas pedagógicas**. 2014. 36 f. Monografia (graduação Pedagogia) – Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT). Itapeva, São Paulo.

PINHO, M. T. B. Ideologia, educação e emancipação humana em Marx, Lukács e Mészáros. **Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico**. 23 a 25/07/2009. UFF. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/51T.pdf>> Acesso em 24 de julho de 2018.

PUCCI, B. **Teoria Crítica e Educação**: contribuições da teoria crítica para a formação do professor. Espaço Pedagógico, v. 8, p. 13-30, 2001.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. Educação e Emancipação. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

REICHERT, C. B.; WAGNER, A. Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 405-418, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n3/artigos/pdf/v7n3a04.pdf>>. Acesso em: 1 maio de 2017.

ROSA, A. P. Comunicação organizacional: entre a oportunidade das Diretrizes Curriculares e o desafio da legitimação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**. Vol. 3, nº 5, p. 44-5, janeiro-junho/2015. Disponível em: << <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/608>>> Acesso em: 25 de jul. 2017.

RÜGER, A.; RODRIGUES, R. de L. Autonomia como princípio jurídico estrutural. In: FIUZA, C. (org.). **Direito civil**: atualidades II – da autonomia privada nas situações jurídicas patrimoniais e existenciais. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 3-24.

SÁ-SILVA, J.R. *et al.* **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc., v.1, n.1, p.1-15, 2009.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVA, G. C. As mudanças encaram as transformações? **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 38-39, março de 2014.

SILVA, J. M. Diretrizes e sentidos. **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 36-37, março de 2014.

SILVA, T. T. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SODRÉ, M. **Coisa absurda, senão grave**. **Cult**, São Paulo, ano 17, nº 188, p. 27-29, março de 2014.

SOUZA, K. A. C; TESSAROLO, F. M. *Fake News*: Ética e credibilidade jornalística em risco. **XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Curitiba – PR, 2017.

TEIXEIRA, B. A; MARINHO, F. H. Novas diretrizes do curso de jornalismo: a perspectiva dos professores sobre as mudanças curriculares. **Comunicação** - reflexões, experiências, ensino. Curitiba, v. 11, n.1, p. 165-175. 1º semestre 2016. Disponível em: << file:///C:/Users/Usuario/Downloads/544-1507-1-PB%20(1).pdf>> Acesso em: 10 de jul. de 2017.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

\_\_\_\_\_, M. **Pensar, Refletir, Realizar**: a Revolução do Saber. IX Congresso Paulista de Urologia. São Paulo: SP, setembro de 2006. Disponível em << [http://www.marciatiburi.com.br/textos/quadro\\_deondevem.htm](http://www.marciatiburi.com.br/textos/quadro_deondevem.htm)>> Acesso em: 27 de março de 2018.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

VARGAS, J. I. L. **Jornalismo em Crise...** 2015. 129 f. Dissertação de (Mestrado em Comunicação e Jornalismo) - Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Universidade de Coimbra, Coimbra, PT, 2015.

XAVIER, R. C. M.; COSTA, R. O. **Relações mútuas entre informação e conhecimento**: o mesmo conceito? *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 39 n. 2, p.75-83, maio/ago., 2010. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n2/06.pdf>>> Acesso em: 29 de março de 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa** v.44 n.151 p.190-202 jan./mar. 2014

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1



Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG  
Programa de Pós-graduação em Educação - POSEDUC

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Mestrando: José de Paiva Rebouças

Orientadora: Prof. Dra. Francisca de Fátima Araújo Oliveira

### ENTREVISTA

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual e não da instituição a que pertencem. Trata-se de um documento anónimo, não havendo a identificação dos envolvidos em nenhuma das folhas. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, temos a possibilidade de refazer, acrescentar ou suprimir alguns dos questionamentos aqui descritos.

Abaixo, segue a transcrição da entrevista gravada que será encaminhada ao entrevistado para nova colaboração, sendo permitida a correção e ajuste de dados, mas nunca supressão ou exclusão de qualquer parte do texto que comprometa a compreensão das respostas, mesmo que sejam as repetições, possível erro gramatical ou vícios de linguagem. As perguntas serão identificadas pela letra “P” (pesquisador) e as resposta pela abreviatura E1 (Entrevistado 1). A palavra “*Intervenção*” aparecerá toda vez que o entrevistador precisar interferir com nova pergunta ou outra questão relevante para o entendimento do assunto abordado. Ao final de cada resposta, a indicação “NOTA” permite que o entrevistado acrescente ou esclareça pontos que, em seu entendimento, possa ter ficado dúbio, confuso ou incorreto durante o momento da gravação.

***P. Quais os principais desafios na implantação da nova matriz curricular de Jornalismo?***

E1 – É, o grande desafio é justamente quando essas/ temos de voltar um pouquinho por que as matrizes foram/ a nova matriz foi criada em Jornalismo; por que se criou esse movimento de transformar o Jornalismo num bacharelado, independente e desvinculado dessa noção de Comunicação Social como algo mais amplo e o Jornalismo como habilitação, assim como tem as outras. Então, esse grupo de estudiosos que tem à frente, aí, José Marcos de Melo, o próprio Eduardo Meditsch e outros (não foram só eles), eles começaram a pensar a área do Jornalismo como uma área mais independente da Comunicação Social, por isso que foram criados/ começaram a perceber que a área poderia ((interferência externa))/ então começou a se pensar o Jornalismo, então, como uma área, uma área científica, neh, e não apenas como uma área prática, de uma

atividade prática; então, eles criaram as novas Diretrizes que perdem aquela generalidade que tinham nas Diretrizes anteriores, que eram de 2002, e canalizam mais para uma especificidade, neh? (desculpe, a sua pergunta foi sobre a matriz...(?!))...

**Intervenção - os desafios na implantação**

*da nova matriz curricular de Jornalismo*

[ ]

**E1 -** da nova matriz.

**E1** - Então pronto, os desafios é (sic) justamente a gente observar, é, que tudo que a gente vai fazer agora, no curso de jor/, no novo” bacharelado de Jornalismo, ele passa por: desenvolver a pesquisa em” Jornalismo, de uma forma mais específica; a extensão em” jornalismo, neh, e o ensino da prátia em” Jornalismo, sem prevililegiar, como a gente fazia no ciclo básico, aquela noção mais geral de Comunicação, neh. É::: isso é sempre um desafio, porque isso quebra o paradigma um pouco, neh, isso quebra um modelo que a gente vinha::: que era tradicional’ no Brasil; a gente agora tem de canalizar para o Jornalismo/ ((rápido)) Por exemplo, eu dou aquela disciplina/ ministro aquela disciplina Seminários Avançados, aí eu deixo os alunos muito avontade pra fazer qualquer coisa vinculada à Comunicação, neh? Não fico podando: ah, você, você tá em Jornalismo, você tem de fazer alguma coisa/ ((Rápido)) Não porque o curso é Comunicação Social. J::á’ na nova Matriz eu vou ser um pouco mais rigoroso nesta questão, por quê? Porque eu vou ter que canalizar os projetos para’ os objetos do’ Jornalismo. Porque agora o bacharelado em (sic) Jornalismo, não é mais” d::e’ Comunicação, neh? E aí, eh, essa nova Matriz também vem num momento, neh/ a gente implantar a matriz/ por exemplo: pegamos a disciplina Jornalismo Impresso que está lá, não é? ((interferência externa)) Pegamos a disciplina de Jornalismo Impresso, por exemplo, eh::: Pode parecer contraditório você deixar uma disciplina de jornalismo impresso, no momento em que o jornalismo impresso enfrenta uma grande crise, por mais que ele ensaia algumas recuperações, como o Jornal do Brasil, neh? E:::e::: o jornalismo impresso não é só o jornal(+), ele implica também em::em revista, em uma série de coisas, neh; uma série de outros produtos que estão inseridos aí, m::as’, há sempre um questionamento...

**Intervenção** – *Será que eu peguei uma Matriz errada (sic), porque na Matriz que eu peguei não tem mais Jornalismo Impresso não.*

**E1** - + Tem certeza? ((tom de dúvida)) Olha::: a gente trabalha com::: ((dúvida));

**Intervenção** – *Tem Jornalismo Multimí:::dia’, tem uma série de/ (incompleto), mas Jornalism...((incompleto))*

[[

**E1** – Não, desculpa, a gente deixou a gente deixou/ rapaz, agora você me deixou confuso; como não tem/ a gente falou em tirar, mas a gente... eh::: eu tou ((rápido)) trabalhando com cinco cursos agora, neh; tou com três antigos, mais os dois novos, mas, a gente, não+ ((confuso)), peraí, jornali/ ((tom pensativo)); é por que, rapaz, você me desculpe, a professora Júnia, ela tá/ temos de verificar isso, porque a professora Júnia, ela chegou agora e ela tá com Jornalismo Impresso; agora, pra mim, ela tava dando aula de Jornalismo Impresso à tarde (...)

**Intervenção** – *Ela não estaria dando aula em Comunicação Social?*

**E1** – Não, exato, mas ela dá também no curso da tarde, mas pra mim ela tava dando aula de Jornalismo Impresso à tarde, mas, perdão, é de manhã, por isso, isso deu um nó na minha cabeça agora. Mas nós temos’ que continuar discutindo as questões de Jornalismo Impresso, dentro do Curso, isso foi/ é essa discussão; por mais que a disciplina não esteja lá, agora de cabeça assim, me confundi um pouco, mas, nós::: a discussão que eu fiz com Esdras, com todo mundo ((rápido)), é que a gente tem que

manter a discussão de Jornalismo Impresso, porque os produtos continuam no mercado, mesmo com a disciplina não esteja lá. E aí veio a questão de Júnia e me embaralhou a cabeça. Eh:: então, é isso, o jornalismo impresso, apesar de ele estar em crise, ele tenta ensaiar algumas recuperações, neh, então isso tem de ser discutido dentro do Curso porque isso é um desafio para o mercado, pra formação desse novo aluno para o mercado. Então é uma das questões.

**NOTA:** A confusão se deu porque a professora Júnia está ministrando Jornalismo Impresso na matriz antiga e por um minuto confundi que ela estaria ministrando essa disciplina no novo curso, da tarde. A confusão foi reforçada pelo fato de na época da construção da nova matriz termos dito que as questões de edição de jornalismo impresso continuariam dentro da disciplina de *Edição Jornalística*, e paralelamente teríamos outra disciplina de temática afim, ou seja, *Edição de Audiovisual e Sonoros*. As informações se cruzaram em minha cabeça e causaram a confusão.

***P. A carência de professores e técnicos, citada no PPC, foi solucionada para pôr em prática a nova Matriz Curricular?***

**E1** – Olha, tem uma questão aí interessante da gente relatar. Realmente, desde que o curso de Comunicação começou, em 2003, eh:: havia um grave problema de número de professores. A gente sempre dependia de professores substitutos; o PPC inicial, ele falava em dezoito professores, seis para cada habilitação, isso nunca foi atingido. Então, nós sempre giramos aí em torno de do::ze professores, on::ze, quato::rze, treze, era por aí. Isso os professores que chegam, neh, tem seu/ por algum motivo faz concurso, vão embora (sic) e era sempre este número girando por aí. Recentemente, houve uma provocação no Ministério Público no senti/ que originou-se no nosso departamento, neh, porque, eh:: alguém fez uma denúncia no Ministério Público que, por mais que tivesse pessoas, ah:: (+) classificadas no concurso de 2016, ah ah:: estava a Universidade contratando professores substitutos para as áreas que eles estavam, eh:: convocados. E o ((rápido)) e Ministério Público fez uma recomendação à Universidade, neh; isso foi/ essa reclamação foi no ano passado, em 2017. A universidade já tinha chamado dois professores em 2016: professor Jô Fagner e a professora:: Juliana Teixeira, de Publicidade. Jô Fagner de Rádio. Eh:: aí, quando foi agora com essa provocação que foi feita ao Ministério Público, a recomendação, eh:: (+) foram chamadas duas novas professoras: professora Júnia, que foi essa que me causou confusão que ela está ministrando impresso pra que era à tarde' ((apressado)) e a professora Fernanda Aragão, neh, que é da Publicidade também ((rápido)). Então hoje nós estamos com de'zesseis professores, eh, efetivos. Então, eh, foi o maior número que a gente já atingiu até hoje. Deixando claro que isso aconteceu por causa dessa provocação/ ((interferência externa)) Aí, ah:: atingimos desesseis professores. Ano passado nós tínhamos três substitutos, que eram: Izaíra, e, dois (inaudível) Soberana e Chemilla; elas tiveram seus contratos rescindidos, Paula voltou do doutorado e, foram/ chegaram essas duas professoras. Então, isso aí hoje/ o nosso departamento está sem professores substitutos neste momento.

***Interferência – O PPC fala da necessidade de mais cinco professores efetivos e mais professores substitutos. Quando o curso alcança 16 professores, já tem o número suficiente; os 18 professores esperados ainda serão suficientes ((seriam suficientes com as mudanças atualmente)) para se manter as duas grades?***

**E1** – Eh, eu teria de fazer um cálculo bem apurado em cima disso aí, mas vamos lá, vamos fazer um raciocínio rápido. Antes’ nós tínhamos um ciclo básico: que as três habilitações – você sabe que você foi alunos de lá – as três habilitações conviviam juntas. Então, em muitas’ disciplinas do ciclo básico ((os professores)) eram de outros departamentos, neh. Na nova Matriz, você viu que nós continuamos tendo disciplinas desses departamentos: Introdução à Economia, História da Arte, neh:: Introdução à Sociologia, e outras tantas: Fundamentos de Filosofia, então, isso não muda muito. Porém, aquelas disciplinas como É::tica, Esté::tica, História da Comunicação que eram dados por um único professor para os três ((aqui se referindo às três habilitações)), agora passa a ser dada por apenas um professor para cada uma ((curso diferente)). Por que o o:: hoje nós estamos com cinco cursos: que eram os três antigos, mais dois (inaudível) que é Publicidade e Jornalismo. Só que para o ano que vem, já deve vir um terceiro curso novo que é Rádio, TV e Internet e as ma/ e a matriz antiga entra em extinção, neh, eh:: mas, respondendo à sua pergun/ tentando responder á sua pergunta, então eu teria que fazer um cálculo muito, neh, um pouco demorado, talvez pe/ pegando a Matriz, mas:: assim: neste momento a gente estima que a gente vai precisar já, já de professores substitutos. Por que neste momento não está precisando? Porque só tem o primeiro período de Jornalismo e o primeiro período de Publicidade, mas quando tiver o terceiro, período, segundo, terceiro, quarto, isso aumentar/ se bem que é só impares e pares, o...

**Interferência – A sensação que você tem é que o número de professores é suficiente?**

**E1** – Neste momento é suficiente, neste momento, a gente sente como suficiente. Na hora que ele passar a não ser, a gente vai demandar professores substitutos. Por que substitutos? Porque a gente não pode querer professores efetivos para ir suprindo essa demanda que vai crescer por causa da co-existência dos dois cursos, dos antigos e dos novos, por que? Porque os antigos vão desaparecer, neh; por exemplo: Publicidade, agora, muitos alunos estão querendo migrar/ quase toda uma turma está querendo para a nova Matriz – fazer uma transferência para a nova Matriz –, a gente ainda está estudando, junto ao Consep, ver se isso é possível; se for possível’ para a Universidade é interessante, por que? Porque para a Universidade é interessante extinguir a antiga Matriz o mais rápido possível, neh; então assim: eh, serão/ quando’ essa coexistência começar a demandar novos professores, serão professores substitutos. Aí, bom/ sim: e quando tiver ((cita o próprio nome)) só os três cursos novos? Jornalismo nós já temos um curso com a quantidade que nós consideramos satisfatória: se::is, sete professores, dependendo porque isso ainda:: isso flutua um pouco às vezes, neh. Publicidade, agora que a::tingiu quatro ou cinco professores, perai: Paula, Jefferson, Fernanda, Juliana, + acho que são quatro, então, né? Eh:: e Radialismo é um curso que também tem: Marcos Escobar, efim, esses professores todos, então, hoje nós temos Publicidade como, ah:: mas você está fazendo mais com o Jornalismo, é o que interessa, né? ((confirmação do entrevistador)) Então, eh:: bom, Jornalismo, hoje, nós temos um número satisfatório’, agora, como isso vai ser no momento que começar a coexistir, aí...

**NOTA:** (vazia)

**P. Em relação aos equipamentos necessários para a manutenção do curso, foi solucionado?((Interferência)) porque /.../ lá no PPC tem uma lista de equipamentos apontados como necessários. Isso já foi solucionado e, se não foi, existe alguma previsão?**

**E1** – Aquilo é o seguinte: o problema de equipamentos no curso, ele existe desde o seu começo e permanece, permanece. Chegaram alguns equipamentos, principalmente depois que os alunos fizeram uma greve em 2006 e depois disso você já foi aluno, mas mesm/ antes de você ser aluno, antes daquela greve, nem aqueles equipamentos existiam. Era mais grave’ ainda a situação. Chegaram aqueles equipamentos, mas muitos” já estão sucateados pelo tempo, que já são: de 2006 pra cá, já são doze anos, neh, ah ah:: estão obsoletos tecnologicamente falando, neh, temos hoje ainda uma ilha de edição, mas, por exemplo: os computadores da rádio, eles já começam a dar pane, porque não têm mais como suportar; até hoje a universidade não comprou os programas necessários para as aulas que necessitam de *softwares* específicos e, no caso do Jornalismo, por exemplo, programas com *Indesign*, outros de diagramação que se usava antigamente, eu não sei nem se ainda estão usando nas redações ((rápido)), mas o *Quark*, por exemplo, que era um programa que se usava bastante, mas hoje se usa muito *Indesign* e outros; esses programamas’ nós não temos na Universidade; nós não temos e e:: se algum aluno ou outro tem acesso de uma outra maneira ((riso)) aí até infringindo a lei de Direitos Autorais, eu não sei. No Departamento eu não autorizo, eh, de/ por parte de minha autorização, jamais instalar programas que não tenham certificação, neh. Então, nós estamos nov/ vamos novamente demandar e, é como você diz, tem um monte de equipamentos ali, mas nós não temos’ aqueles equipamentos. Aqueles equipamentos estão ali, quer dizer, PARA SER ADEQUADO tem de ter esses equipamentos. Ali, pe/ quer dizer, não fui eu que elaborei aquela lista, claro, a gente pega os técnicos dos setores para elaborar, eles elaboram, a gente coloca no PPC que o idela é que eles sejam adquiridos’, agora, isso é um/ o Departamento não dispõe de um centavo”, quem compra os equipamentos de uma Universidade, você sabe, que é o seto::r administrativo, o setor de compras, etc. A gente demanda. Os computadores precisam ser resolvidos, essa questão; recentemente nós recebemos alguns data-shows, neh, projetor multimídia, eh, isso, no meu entender não era nem pra tá sendo destacado (+) porque é uma coisa pra ter na sala de aula; isso é para ser um equipamento pedagógico que qualquer sala de aula tivesse, mas, infelizmente não é a realidade. Então, assim, mas equipamentos específicos de Comunicação, ainda há uma deficiência muito grande.

**Intervenção** –/.../que possa suprir essa deficiência? Outra coisa, a ausência desses equipamentos prejudica a formação desses alunos?

**E1** – /.../ SIM, prejudica! Quer dizer, como é que você passa um aluno numa disciplina de Planejamento Gráfico, por exemplo/ Tobias uma vez me relatou que ele usou o *Scribus*, não sei se foi em sua turma ((riso)), não sei, ele me realtou isso; vai usar o que se não tem; ele tem de baixar um *software* livre e usar. Ele não vai baixar um monte de programas piratas nos computadores do Departamento que isso é crime federal, neh. Inclusive, uma vez, um um:: não vou citar nome que não interessa mais, um professor, neh, que era da administração da Universidade há muitos anos atrás, e::: eh eh eh:: como é que quero dizer ((tentando lembrar)) disse/ sugeriu que a gente fizesse isso. Eu não vou fazer isso! Eu disse: enquanto eu for chefe e e/ pelo menos se/ do meu conhecimento, não vai ser baixado nenhum programa ali, porque isso é crime federal; uma lei que protege a propriedade intelectual e isso é crime federal e eu não vou aceitar que se faça isso. Então, acaba que prejudica, porque ((riso)), como é que um aluno vai estudar para Planejamento Gráfico no *Scribus*, que ele vai chegar no mercado e ninguém usa o *Secribus*, certo, então prejudica. Certo, eh:: se não tem, por exemplo, transporte pra aula de campo adequado, neh, aí o aluno precisaria fazer matérias espe/ Telejornalismo, o ideal é que eles fizessem, neh, um um um:: fizessem eh eh:: matérias externas, em outros lugares. Tudo bem, fazer dentro da Universidade também serve de prática, não estou dizendo que não serve, mas isso diversificaria, neh; nem sempre isso

é possível. Então, no meu entender, a falta dos equipamentos/ a Comunicação Social é um curso/ não é um curso como Filosofia, por exemplo, não estou aqui desmerecendo a Filosofia, nem dizendo que ela é menos importante, o que eu quero dizer é que um curso de Filosofia, você teve uma boa sala de aula, confortável, você teve livros na biblioteca, você teve ((rápido)) bons professores', você/ e você/ e um laboratório de informática, no máximo, você tem um bom/ você pode ter um bom curso de Filosofia. Comunicação não é assim, é um curso caro" que foi instalado aí três cursos de uma vez só numa universidade como a nossa e que ela não/ durante o o:: tempo, eh, que eu observo esse curso, há quatorze anos, ela nem sempre pode/ as vezes ela não chega nem perto, no meu entender, de dar, ah ah ah:: a resposta, do ponto de vista tecnológico que os alunos mereciam, neh. Agora, claro que a gente tenta compensar de outras maneiras, os professores tentam, eh, compensar os próprios alunos, os alunos têm um mérito muito grande de buscar, neh, compensar isso de uma outra maneira. Eh:: buscando outras formas, você mesmo falou, indo ao mercado às vezes, neh, nós temos os estágios que são não' obrigatórios, na antiga Matriz. Na nova Matriz eles são/ eles serão obrigatórios, neh, então isso já cria é, um, digamos assim/ compensa um pouco, supre um pouco essa falta que deveria ser, eh, suprida dentro da Universidade e não é pela Administração.

**NOTA:** (vazia)

***P. Como você compreende o inciso V do artigo 16 das novas DCNs que trata do sistema de avaliação institucional dos cursos e que preconiza “o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados”. (PARECER CNE/CES Nº: 39/2013, p. 14). Acredita ser possível atender a esta orientação conforme descrito?***

**E** – /.../ Com relação aí ao que fala aí sobre biblioteca, por exemplo, ah:: nós sempre buscamos/ nós sempre demandamos à Universidade que compre novos títulos, tal e:: em alguns momentos ela compra sim, a gente tem de reconhecer isso; hemeroteca é um:: é um:: um espaço que nós não temos no Curso ainda, não sei quando poderemos ter, porque é uma questão aí de espaço físico também, neh; se bem que hoje tá tudo muito mais digitalizado do que na época que eu estudava, que tinha uma hemeroteca, Fernando cuidava lá na UFRN, Fernando, Sônia Hermínio, mas:: assim, nós não temos esse espaço ainda, eh:: porque, como eu disse a você, é necessário espaço físico também, porque o impresso' ele continua sendo um produto, por mais que ele esteja/ que estejamos nessa mudança de modelo, mas ele continua sendo um produto. Então, hemeroteca é um lugar onde você guarda essas coleções, esses espaços/ fotografias, tudo isso, e:: o fato/ respondendo secamente a você, nós não esse espaço, nós não temos esse espaço... Para a primeira avaliação do curso se nós vamos ter? eu', acho difícil, neh; podemos trabalhar pra ter, agora, eu acho difícil, neh. Mas você falou outras coisas que eu posso ter:: ((dúvida))

***Intervenção – Sabendo da dificuldade na parte técnica (tecnológica) é possível atender a essa recomendação das DCNs e, não sendo possível, o curso sai prejudicado?***

**E1** – É, se os avaliadores/ nós não somos avaliados pelo INEP, nós somos avaliados pelo Conselho Estadual de Educação, como você deve saber; se os avaliadores fincarem o pé nessa questão aí, neh, hoje/ se nós recebêssemos hoje' uma avaliação, neh, do

curso de Jornalismo, e fincasse o pé nessa questão ((rápido)) nós ficaríamos prejudicados sim”, com toda franqueza, neh.

**NOTA:** (vazia)

***P. É possível, com o novo currículo, manter equilíbrio entre teoria e prática?***

**E1** – Sim. No meu entender, a nov/ o novo currículo, ele ele:: traz essa, ele/ justamente era essa crítica que se fazia ao antigo currículo, neh; as antigas Diretrizes que estimulavam os antigos currículos, neh, de Jornalismo. Porque eles acaba/ a gente acabava estudando muito Comunicação, de maneira geral, e o que era específico de Jornalismo, da prática de Jornalismo muitas vezes era considerado minoritário em número de horas, neh. Eh, aquilo que era prático no Jornalismo mesmo ficava, ah, em segundo plano, vamos dizer assim, e:: ah, essa/ a gente acabava estudando muita Teoria da Comunicação, de maneira geral (inaudível); eu não estou desmerecendo esses conteúdos, até porque eles devem permanecer dentro da/ das disciplinas do próprio Jornalismo, neh. Mas, hoje, se privilegia muito mais o foco do Jornalismo e essa prática no Jornalismo também, neh; eh, por exemplo/ só pra dar um exemplo a você: História da Comunicação agora é História do Jornalismo (inaudível), então, eh:: isso tenta/ isso tende a a a:: canalizar um pouco mais para a prática da própria habilitação que agora não é mais habilitação.

**NOTA:** (vazia)

***P. A necessidade do mercado em relação a um profissional polivalente pode influenciar em sua formação, tendo maior exigência em disciplinas práticas ou atividades desta natureza?***

**E1** – Eh, eu vou dar uma opinião, é uma opinião pessoal, neh, eh:: como professor, mas não é uma opinião do Departamento, essa aí. Eh:: não sei como é que todos os meus colegas pensam sobre isso, eh; eu sei que isso é uma realidade, neh; eh, eu sou de uma época em um jornal que tinha o motorista, o fotógrafo e o jor/ e o repórter/ você também alcançou isso, neh. Isso é cada vez mais raro’, isso está sendo transformado, mas, trazendo essa realidade para os alunos/ eu já trago essa realidade para os meus alunos, mesmo do curso de Comunicação, isso já é discutido há muito tempo, neh, e, mas:: eu sempre também os alerto, neh, do que está por traz disso. O que está por traz disso é um processo de exploração. Isso não é um discurso esquerdopada como alguns diriam’, é um processo de exploração”. O cara pagava três, quatro, agora ele paga um para fazer o serviço dos três, quatro, neh. Então, eu sempre digo a eles que ponderem muito bem até onde eles têm que absorver essa mudança, até onde’ ser assim é ser, é é:: estar, digamos assim, em:: consonância com os novos tempos ou se seria você está se submetendo a um processo de exploração (inaudível), neh, porque você vai estar fazendo muito” mais trabalho pra ganhar a mesma coisa, neh. Então, eu também trago essa discussão com eles nas minhas disciplinas quando é possível.

**NOTA:** (vazia)

***P. Como será possível para os estudantes atender as 300 horas de estágio com o cenário atual do mercado de comunicação de Mossoró?***

**E1** – Aí vai ser uma experiência nova pra nós, neh, para o mercado e para nós também, porque:: antes o estágio acontecia assim: o aluno arrumava um estágio:: a gente assinava um TCE, uma coisa muito solta, assim; partia dos/ eles iam no CIEE, no IEL e

arrumavam um estágio. Agora é diferente, na nova Matriz o estágio é obrigatório, então a gente vai ter que arrumar campo de estágio pra todos eles ((rápido)), eu acho que aí é onde reside sua pergunta, eh:: bom, deixando claro que não tem que ser só em jornalismo impresso ou só em televisão, só em/ pode ser em todos os os espaços jornalísticos, que utilizam o trabalho jornalístico e lembrando que o estágio não acontece em todos os semestres. 300 horas, se você fizer a conta: quatro horas por dia, durante cinco dias por semana, vão dar 20 horas, vão dar aí/ 20 horas, eh:: 300 dividido por 20(inaudível), 15 semanas”, 15 semanas de 20 horas, neh; vai dar um semestre letivo, mais ou menos, aquele tempo que a gente fica por disciplina. Lembrando que esse estágio, ele pode fazer em qualquer um dos veículos ou assessoria de imprensa, também, neh, ONGs::’; ele não tem que fazer só naquele jornal’, porque, realmente se você fosse pensar só nos jornais eles não teriam espaço; e também temos que pensar numa forma de não precarizar o mercado. Porque, por exemplo, eu não posso, simplesmente pegar todos os alunos, jogar dentro de uma TV como a TCM, ou dentro de um jornal como o Jornal de ho/ o Jornal de Fato porque senão eu quebro/ eu acabo com o mercado”. Porque aí você pega um monte de estudante que não vão receber um centavo por este estágio, porque é um estágio obrigatório’, o jornal não tem que pagar nada a ele, muito importante isso aí, então a gente tem de distribuir esses estudantes por vários espaços, de modo que não’ não destrua o mercado de trabalho, neh; pra que o estágio não se torne uma coisa negativa para o mercado jornalístico. Temos que ter muito’ cuidado nisso. Isso já tá/ já foi pensado quando foi feito o PPC, mas isso vai ser re/ reaprofundada a discussão, neh, e:: e vamos ter muito cuidado na hora de credenciar esses espaços para não ter aquela ((palavra incompleta)), ah, a TV “x”, por exemplo, tá com cinco’ estagiários da UERN, porque não pode isso, porque se não/ ah, mas aí o aluno, se ele quiser ir para a TV, bom, aí não vai ser/ talvez não possamos atender as/ algumas não/ a turma inteira que quer ir pra TV, não é possível, né! Não é possível; em último caso se faz até um sorteio (inaudível) pensar, então, num num vou dizer que vai ser um sorteio, mas, vamos ter de pensar numa solução; porque, se todos os alunos quiserem ir pra um determina/ não é possível’ num mercado do tamanho do de Mossoró, neh; não é possível, então:: isso aí:: não sei se respondi sua pergunta .../

**NOTA:** (vazia)

***P. Existem atividades de pesquisa e extensão (e professores) suficientes para dar suporte às 300 horas de atividades complementares recomendadas?***

**E1** – Boa pergunta. Porque houve uma modificação nisso aí. Não sei se você lembra, você foi aluno lá, que tinha um teto para as coisa. Por exemplo:

***Intervenção - 100 horas***

[

**E1** Eram 100 horas era o total, mas tinha um teto, neh, você ia para dez congressos só contava 40 horas, não sei se você lembra disso, neh, então, de certa forma, eram poucas horas, eram 100 horas apenas, para a maioria é 200, 300 e até mais, neh, mas, ao mesmo tempo havia uma dificuldade por conta desse teto. Às vezes, o aluno ia para vários congresso, só contava 40 horas, então ele tinha de arrumar mais 60 horas de outras coisas. Agora’ o (inaudível) está lá 300” mas nós acabamos com os tetos. Então, por exemplo, um aluno que pesquisa muito, participa muito de congresso, publica muito, ele vai fazer as 300 horas brincando; olhe, olhe se não fizer com mais facilidade do que se fazia as 100 anteriores, entendeu? Agora, claro, o aluno que é muito inerte, que não se interessa muito:: em participar das coisas, ele vai sofrer um bocado, porque 300 horas num se tra/ num se

num se/ é isso que a gente vai trabalhar na cabeça dele desde cedo: olha, comece a fazer suas horas desde agora, participar das coisas, dos eventos; a gente deixou os eventos, neh, mais abertos porque a gente entende que quem pode participar de vários eventos de Jornalismo, de áreas, ou de ações próximas ao Jornalismo, que a gente vai contabilizar isso. O estágio também não tem mais, eh:: agora eu tenho de chega isso ((em dúvida)) porque, de cabeça, não me lembro, mas, o estágio:: não, o estágio, ele não está mais nas horas complementares, é isso. Porque antes ele era das horas complementares (rápido) porque ele era

não obrigatório...

[

**Intervenção - Ele era 40 horas...**

[

**E1 -** Exatamente ele (inaudível) 40

horas, mas agora, posso só depois checar, mas não faz mais parte, agora você/

**Intervenção – Que impacto essas mudanças trazem na formação do novo egresso?**

**E1 –** Bom, eh, por exemplo: o estágio, ele/ que acontecia antes dessas novas Diretrizes? O estudante poderia ter alguma experiência de estágio ou não. Foi o que aconteceu comigo. Por exemplo: eu era do curso de Jornalismo ((Comunicação Social com habilitação em Jornalismo)) da UFRN e fui estagiário durante dois anos na ass/ na TVU e na Assessoria de Comunicação de lá, mas muitos dos meus colegas não tiveram acesso a este tipo de estágio. Era uma coisa que você ia atrás e conseguia, ou não! Isso acontece aqui no curso atual/ no nosso curso de Jornalismo da UERN ((se refere também à habilitação em Jornalismo, matriz antiga)). Alguns alunos chegam ao final sem ter nenhuma experiência prática. Isso não é adequado. Eu concordo com as novas Diretrizes neste sentido que o estágio é importante; e eu sempre achava estranho, quando eu era aluno, na UFRN, que diziam: ah, mas o Jornalismo não tem estágio e eu pensava: mas toda profissão tem estágio, por que Jornalismo não tem estágio? Não entendia de onde vinha essa lógica, neh. Então, assim, eu considero importantíssimo para a formação o estágio, porque ali ele já vai perceber muita coisa, neh::, no dia a dia dele que é peculiar para a situação dele, para os colegas dele que estão próximos e outros campos de estágios já vai ser (sic) diferente; e eles também podem ir percebendo certos vícios, todo mercado tem vícios, Jornalismo não é diferente, todos nós sabemos disso, neh. Eh:: mas:: eh:: + perdi o raciocínio ((riso)), peraí, eh:: no caso, eh, sim, tem as peculiaridades, neh. Então, o que que acontece: então ele já vai a/ o estágio é muito importante. Com relação a:: a:: as horas complementares, é uma forma de termos um jornalista mais, eh:: voltado pras questões sociais, mais engajado nas questões da sociedade, por que o pró/ a própria atividade de extensão, a própria atividade de pesquisa e e também estimula isso /.../ na questão do/ como foi pensado as novas Diretrizes quer que se faça pesquisa na área de” Jornalismo. Então, com certeza, agora os professores vão procurar fazer mais os PIBICs, os projetos de pesquisa mais voltados pro Jornalismo em si, neh, justamente porque isso vai capacitá-lo, tanto do ponto de vista prático, por causa do estágio, mas vai formar um jornalista também reflexivo, pelo menos, eh, teoricamente falando, não vou dizer que em todos os casos isso vai acontecer, mas, o jornalismo mais reflexivo sobre a importância de sua profissão para a sociedade e sobre os efeitos positivos e negativos que ela pode ter, neh, a partir do do da do seu posicionamento a partir de sua atuação.

**Intervenção – Como é que você, enquanto professor e jornalista essa nova perspectiva de formação; como você acha que sairá esse novo egresso?**

**E1** – Eh, bom, eu acho que o novo egresso, ele vai sair muito mais consciente do seu papel, como a gente falou agora há pouco, na pergunta anterior, neh. Do ponto de vista tecnológico, aí nós temos o desafio de corrigir a lacuna tecnológica; do ponto de vista tecnológico eu acho que ele sai um jornalista muito mais DIGITAL, esse novo jornalista muito mais ligado ao digital” e consciente de que aquele jornalista antigo, ele ele/ isso quebrou esse paradigma, isso tá mudando, neh; então, é um jornalista que sai muito mais consciente da necessidade de interagir com outras realidades, assim: essa coisa do jornalista que é só local, um jornalista que entende só da realidade local, não, ele cada vez mais com as redes, ele precisa estar em contato com jornalistas do planeta inteiro, mesmo que ele não domine o inglês muito bem, mas ele precisa, cada vez mais, aperfeiçoar isso aí, porque, eh, a nova Matriz, ela traz um desafio de você fazer um Jornalismo mais conectado, conectado que eu digo é efetivamente conectado, em rede, neh; experiências são trocadas, neh. Então, como eu disse no começo da resposta: o digital tá muito, eh::: destacado, neh, nesse no/ nessa nova proposta. E eu volto a dizer: eu vejo com bons olhos, assim, no sentido de a gente possa canalizar mais a nossa atuação para algo mais específico, eu/ eu sempre’ fui a favor das novas Diretrizes, apesar de alguns colegas serem completamente contra, eu não falo colegas somente do Decom, mas nacionalmente falando, dizem que empobreceu::, eu não concordo com isso. Eu acho que dá mais destaque à profissão como ela deve ser e, principalmente, eh, nos faz pensar mais no que nós fazemos, porque é como se o jornalis/ é aquela velha história que se dizia antigamente: o jornalista é um especialista em generalidades, neh; ou seja, nós, muitas vez/ tanto é que, muitas vezes, nós não encontramos respaldo, às vezes até em questões práticas como salá/ eh, valorização salarial, etc., porque as pessoas também nos julgam, neh, como jornalistas, baseados naqueles estereótipos que elas veem nos quadrinhos, neh, do Super-homem, dessas bobajadas muito emocionais, no meu entender, mas que isso só serve para empobrecer a profissão.

**NOTA:** (vazia)

***P. O novo currículo atende as novas demandas do mercado de trabalho no sentido de aproximar o estudante dos novos temas, tecnologia e realidade comercial?***

**E1** – É, aí, o novo currículo atende, no meu entender, mas a prática nossa, dentro desse novo curso, volto a dizer: é preciso, ah::: muita atenção para a infraestrutura tecnológica que os professores precisam dispor para ministrar essas disciplinas adequadamente, que os alunos precisam dispor para aprender esses conteúdos adequadamente, lembrando que também essa infraestrutura tecnológica, ela precisa ser, eh, constantemente reavaliada, pois ela fica obsoleta muito rápida, cada vez mais rápida. Quem não lembra dos primeiros celulares que duravam cinco anos, hoje em dia o celular com um ano está obsoleto, dando problema, não sei o que. Então, é mais ou menos a mesma coisa. Então, eh, temos que estar sempre tentando nos atualizar, do ponto de vista da oferta dessa infraestrutura tecnológica para que ele possa, neh, atender a essas expectativas que tem no mercado.

**NOTA:** (vazia)

***P. Que esforço este currículo faz para formar o aprendente na perspectiva da emancipação?***

**E1** – Bom, ótima pergunta porque, realmente, isso aí é um aspecto que eu esqueci de falar, quando falava lá atrás da Matriz; muito boa essa pergunta porque eu lembrei disso aí. Eh, a minha geração, essa sua geração até, e, eh, as gerações antigas/ a gente era

formado pra que? A gente era formado para trabalhar num jornal, na TV e no rádio que existia naquela época; depois dos anos 70, como a gente já estudou junto, eh:: isso foi caminhando para a assessoria de imprensa que criou um grande mercado. Porém, eh, esses mercados, eh, camin/ ao mesmo tempo que eles encolheram, neh, ao mesmo tempo que eles encolheram, ah:: a demanda, neh, digamos assim, o número de jornalistas cresceu, neh. Os cursos de Jornalismo cresceram muito nos anos 90, anos 2000, então, o que que acontece, eh::: o mercado/ nós não tem/ nós temos cada vez menos vagas, neh; então, nós entendemos que o jornalista, neh, e aí foi uma discussão do grupo do DECOM e também/ mas não é/ também nós não descobrimos a pólvora, neh, eh:: nós não inventamos a roda, neh, isso já tá em discussão também em outros cursos, Brasil a fora, ele não tem que ser formado pra ser um empregado, não é, dos meios, ele tem de ser formado aí, ((riso)) dentro dessa coisa meio neoliberal, neh, tem de ser um empreendedor, neh; mas assim, no sentido que/ não necessariamente ele tem que ter uma empresa lucrativa, pra, digamos assim, explorar outras pessoas como nós mesmos somos explorados nos meios de comunicação, muitas vezes. Mas ele pode ter aquele/ já que você, numa das perguntas, destacou muito bem que ele hoje faz muita coisa junto, ele é polivalente ((comentário não inserido)), ele mesmo pode começar a criar conteúdos, neh, canais” de divulgação, etc., e que ele comece a ser remunerado por isso. A gente sabe, neh, que hoje em dia tem muitas formas de buscar essa remuneração até a partir de cliques, etc. então, eh:: eh:: jornalistas que trocam/ que criam escritórios de comunicação para produzir conteúdos que podem ser vendidos em muitas plataformas, neh, ou seja, ele não é mais aquele jornalista que ele vai lá e leva sua carteira de trabalho dele e é assinada como foi durante décadas e e muito tempo, mais de um século. Então, eh:: hoje, esse jornalista que a gente vai procurar formar a partir dessa nova Matriz é com essa mentalidade. Vocês não têm que sair daqui, pelo amor de Deus, e arrumar um emprego, a gente quer que vocês saiam daqui assim: que/ qual/ que caminho existe em Mossoró, na minha região, que eu posso fazer e possa ganhar dinheiro com isso, neh, diante do que eu aprendi na minha Matriz, na Matriz curricular no meu curso na UERN, neh; então, por exemplo, nós temos alunos aqui do Vale do Jaguaribe, Apodi, que é sua cidade, neh, (inaudível) eu falava com eles isso na disciplina de Seminários ((Seminários de Monografia da Matriz de 2005)), neh, falava nessa questão e falava que eu estimulo muito que eles façam projetos das suas cidades, sobre coisas da sua cidade – não é obrigatório, se quiser fazer daqui, fazer sobre o Jornal Hoje, faz – mas, assim, buscar isso; então esse/ o desafio desses novos jornalistas é ser empreendedor – eu não gosto muito dessa palavra porque quando/ essa palavra remete muito a uma visão neoliberal de mundo e que um empreendedor é algum/ que quem não consegue empreender é porque é incompetente. Eu não vejo bem dessa maneira. Empreender pode ser uma uma uma, um desejo que, às vezes, as condições objetivas que estão em torno de você não permite que você faça, mas pode ser uma busca, isso pode ser uma busca, no sentido dele se juntar com dois, três colegas e trabalharem juntos e ganharem a vida dessa maneira. Não necessariamente, não vou formar meus alunos como eu fui formado, por alguns colegas da UFRN, que eu não vou citar o nome porque não há essa necessidade, mas que tentavam incutir em nossas cabeças, neh; primeiro pregavam um estrelismo muito grande de alguns jornalistas do mercado e do próprio mercado, tentavam incutir em nossas cabeças um estrelismo muito grande e eu nunca caí nessa armadilha, neh, de que se você não se submeter àquelas pessoas e àquelas condições que são postas você fica excluído do mercado. Eu acho que não, a gente tem que estimular que eles são pessoas criativas e que eles podem sim criar novas alternativas. E o mercado vai continuar existindo, esse mercado que a gente já conhece,

vai continuar existindo' e vai continuar ofertando algumas vagas, mas essa não é a única opção.  
/.../

**NOTA:** (vazia)

## APÊNDICE 2



Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG  
Programa de Pós-graduação em Educação - POSEDUC

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Mestrando: José de Paiva Rebouças

Orientadora: Prof. Dra. Francisca de Fátima Araújo Oliveira

### ENTREVISTA 2

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual e não da instituição a que pertencem. Trata-se de um documento anónimo, não havendo a identificação dos envolvidos em nenhuma das folhas. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, temos a possibilidade de refazer, acrescentar ou suprimir alguns dos questionamentos aqui descritos.

Abaixo, segue a transcrição da entrevista gravada que será encaminhada ao entrevistado para nova colaboração, sendo permitida a correção e ajuste de dados, mas nunca supressão ou exclusão de qualquer parte do texto que comprometa a compreensão das respostas, mesmo que sejam as repetições, possível erro gramatical ou vícios de linguagem. As perguntas serão identificadas pela letra “P” (pesquisador) e as resposta pela abreviatura E2 (Entrevistado 2). A palavra “*Intervenção*” aparecerá toda vez que o entrevistador precisar interferir com nova pergunta ou outra questão relevante para o entendimento do assunto abordado. Ao final de cada resposta, a indicação “NOTA” permite que o entrevistado acrescente ou esclareça pontos que, em seu entendimento, possa ter ficado dúbio, confuso ou incorreto durante o momento da gravação.

#### *P. Quais os principais desafios na implantação da nova matriz curricular de Jornalismo?*

E2 – Acho que o primeiro desafio, eh, é conseguir dar:: ah, ao novo curso, neh, que é o bacharelado em Jornalismo, a cara proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e::: como dar essa cara? Por que? Porque a gente vem num histórico de um curso de Comunicação Social em que o Jornalismo era uma habilitação, então, grande parte/ a maior parte do curso, os alunos trabalhavam com temas ligados à Comunicação Social, então questões mais abrangentes, e agora, a proposta do curso de Jornalismo é, desde o primeiro período, o aluno, ele entrar no campo do Jornalismo, não fugindo da Comunicação, mas, assim, o Jornalismo como base e fazendo links com a Comunicação Social. Então, o primeiro desafio eu acho que é, eh, junto ao corpo docente, eh::, dar

esse novo perfil ao Curso, por que? Porque a gente vai pegar um corpo docente que trabalhou em suas/ em seus mestrados, em seus doutorados, alguns com o tema da Comunicação Social e trouxe isso para a Comunicação Social e agora, passa a querer trabalhar com o estudante, com o discente, o campo do Jornalismo em si. Então pra mim, é um primeiro desafio que é esse, eh:: ajustar o corpo docente a esse novo perfil do curso, neh; e:: um outro desafio, eh eh:: passar para o aluno esse novo perfil que o curso quer mostrar. Qual o novo perfil do jornalista, né? E passar este perfil num momento em que o Jornalismo, ele está em xeque, neh; o mercado de trabalho tá em xeque, neh, até a própria profissão em xeque, então (inaudível) assim: como você passar para o aluno que esse curso de Jornalismo, ele ainda é interessante? Então, pra mim, acho que são dois desafios cruciais neste momento.

**NOTA:** (vazia)

***P. A carência de professores e técnicos, citada no PPC, foi solucionada para pôr em prática a nova Matriz Curricular?***

**E2** – Pronto. Nós temos/ o curso de Comunicação da UERN, como eu falei, é um curso de Comunicação com três habilitações. É como se a gente tivesse três cursos, neh, e o corpo docente, ele é um corpo docente para atender essas três habilitações. Das três habilitações, Jornalismo é hoje o que possui o maior número de professores, neh. Se você pegar o perfil dos professores. Radialismo, eh::, e Publicidade, eh::, são as habilitações com maior carência. Então, assim: dentro dessa realidade, Jornalismo, digamos que tem uma situação confortável. É claro que a partir do momento da divisão, da transformação das habilitações em curso, eh:: a Universidade tem de reforçar esse quadro de docentes, neh. Em 2016, quando aconteceu o último concurso docente, de 2016 pra cá a universidade conseguiu convocar quatro novos professores, neh. Dois profe/ duas professoras para a habilitação de Publicidade e um professor e uma professora para a habilitação de Radialismo, neh, então como eu falei, como eram as áreas mais carentes, então:: é tanto que do dos aprovados no concurso de 2016 para a Comunicação Social, nós só temos dois candidatos aprovados que não foram chamados: um para Publicidade e um para Radialismo. Aí você pergunta: e por que que não foi feito para Jornalismo? Exatamente por entender que:: o corpo docente de Jornalismo, ele:: estava numa situação confortável, e:: levando em consideração que é um corpo docente em que a gente:: já:: em pouco tempo já deve ter um corpo docente todo formado por doutores, neh, então, isso isso é muito bom.

***Intervenção – Se esse número de professores permanecer será suficiente até o encerramento desta primeira turma?***

**E2** – Agora, como a gente vai/ vai ter de equalizar tanto a nova turma como as turmas já existentes, em habilitação em Jornalismo, e tal, então a Universidade vai ta/ vai ter de dar um reforço, neh; a partir do momento em que (inaudível)/ nós temos hoje uma turma do curso de Jornalismo, mais, daqui há dois semestres, nós teremos o primeiro período e o terceiro; daqui a pouco nós teremos um primeiro, um terceiro e um quinto. Então, até a finalização da primeira turma do curso de Jornalismo, eu acho que a gente vai ter uma real dimensão de quantos professores nós vamos necessitar ainda, se vamos precisar, que eu acho que vamos precisar, aí sim, somente a partir/ no decorrer dessa primeira turma é que a gente tem um retrato, eh, melhor, eu acho.

***Intervenção – A manutenção das duas Matrizes aumenta a necessidade de pessoas?***

**E2** – Sim, porque você vai ter, por exemplo, hoje pela manhã, então, funciona as habilitações em Jornalismo, que ainda tem turma, em Radialismo e em Publicidade e o novo curso de Publicidade, neh. Então aí você tem, no mínimo, quatro turmas, neh, com

a grade existente e Publicidade com a grade nova. E no turno vespertino você tem:: os alunos da primeira turma do curso de Jornalismo com a grade nova. Então, eh, por isso que eu disse: é preciso um reforço no corpo docente, nem que seja temporariamente com professores substitutos para atender a essas duas grades e aí, ao final do desenvolvimento da primeira turma de Jornalismo e de Publicidade, a gente vai ver quantos professores efetivos nós necessitamos.

**NOTA:** (vazia)

***P. Em relação aos equipamentos necessários para a manutenção do curso, foi solucionado?***

**E2** – Eh, não/não foi solucionado, neh; hoje na parte laboratorial, nós temos a parte de laboratório visual em que nós precisamos de um estúdio, eh:: estruturado porque nós temos um espaço que é utilizado como estúdio, mas assim, ele não é totalmente estruturado. Nós precisamos de computadores melhores, neh, câmeras, neh. Então, o laboratório de audiovisual, ele deve receber, pelo menos é o que se espera, ainda neste ano, alguns equipamentos, porque existe um uma emenda federal, recursos de uma emenda federal para um núcleo de tecnologia e desenvolvimento de *software* em que:: o professor Fabiano Morais, junto comigo, nós conseguimos encaixar a parte de audiovisual dentro desse projeto. A ideia é que esse núcleo, que é um núcleo proposto pelo pessoal de computação, professor Pedro Fernandes, professor do curso de Computação, para desenvolver *softwares* e a gente achou interessante, eh:: que esse núcleo poderia trabalhar também com a questão da TV digital, eh, do jornalismo imersivo. Então, essa emenda federal que os recursos devem ser liberados ainda esse ano e aí alguns equipamentos irão para o projeto da UERN TV, que agora é uma TV vinculada ao gabinete da reitoria, e alguns irão para o laboratório de audiovisual. Mas, assim, a gente precisa de mais equipamentos. Na parte da fotografia, nós temos pouquíssimas câmeras fotográficas, então, precisamos, eh:: adquirir mais equipamentos de fotografia. Na parte:: de:: rádio, a gente precisa de mais equipamento; que a gente tinha alguns quando a rádio ((FM Universitária)) funcionava, mas alguns ficaram obsoletos. Então, eh, a Universidade já conta com recursos para fazer uma reforma no laboratório de áudio, que é onde deve funcionar a FM Universitária quando conseguirmos a outorga, então essa reforma, o dinheiro já está em conta, a Universidade já realizou duas licitações que deram desertas, assim, não apareceram empresas interessadas, e a Universidade está tentando fazer uma carta convite para que essa reforma seja feita, então, o laboratório terá uma melhor estrutura, mas precisamos de equipamentos.

**NOTA:** (vazia)

***P - Como você compreende o inciso V do artigo 16 das novas DCNs que trata do sistema de avaliação institucional dos cursos e que preconiza “o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados”. (PARECER CNE/CES N°: 39/2013, p. 14). Acredita ser possível atender a esta orientação conforme descrito?***

**E2** – Eh, eu digo que atender 100% o que a, ah ah:: legislação, ela pede, é bem complicado, neh, não só na UERN, mas se você for ver em outras universidades, até universidades federais. Mas, a gente tem/ a universidade passa a ter a obrigação de::

atender minimamente a essa estrutura, neh. Nós temos um laboratório hoje multimídia com 16 computadores que, nessa parte de jornalismo na internet, webjornalismo, a gente já realiza algumas coisas, neh. Talvez/ dos laboratórios, talvez o que:: digamos que/ é o que a gente precise de de de pouca coisa pra deixar ele ok. Mas, em relação aos outros, a gente tem um desafio muito grande.

***Intervenção – A ausência desses equipamentos prejudica a formação do aluno?***

**E2** – Sim::: principalmente quando você:: vai:: trabalhar com o aluno a questão do:: audiovisual, telejornalismo, por exemplo, do radiojornalismo, do fotojornalismo, então, você tem que ter equipamentos pra trabalhar com os alunos estas temáticas, né. Algumas outras, assim, não se faz necessário equipamentos, mas, assim, esses aí eu vejo que são primordiais. Eh:: câmeras fotográficas, câmeras filmadoras, eh, computadores para edição de vídeo, neh, então, microfones, então, o que está relacionado a essas temáticas eu acho assim que são equipamentos imprescindíveis para que os alunos possa, como as Diretrizes propõem, possa entrar já no campo do Jornalismo no curso/ durante o curso, neh; ele não precise terminar o curso, entrar em alguma empresa, pra:: ser apresentado à realidade do cotidiano do Jornalismo.

**NOTA:** (vazia)

***P. É possível, com o novo currículo, manter equilíbrio entre teoria e prática?***

**E2** – Eu acho que sim. A a as diretrizes falam 50% teórica, 50% prática, neh; eu acho que sim e vejo de de/ vejo de uma maneira bem positiva, porque:: o curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo, uma uma insatisfação dos alunos é que eles demoravam muito a conhecer o Jornalismo. Eles passavam três períodos ou quatro vendo disciplinas mais básicas, mais gerais, pra depois entrarem em disciplinas mais focadas em Jornalismo e agora, não. No primeiro período, ele não tem, eh:: disciplina prática, ainda, digamos, mas no segundo já tem alguma coisa, então, eu vejo como ganho e acho que é possível sim manter esse equilíbrio.

/.../

**NOTA:** (vazia)

***P. A necessidade do mercado em relação a um profissional polivalente pode influenciar em sua formação, tendo maior exigência em disciplinas práticas ou atividades desta natureza?***

**E2** – Eu acho que, não sei se vai alterar na formação, porque, pelo que a gente vê, nós, enquanto Universidade, é que temos que preparar o alunos para esse novo momento. Esse novo momento é o correto? Acho que não, acredito que não, mas se é o que está posto, então nós vamos deixar nossos alunos despreparados porque não concordamos com isso? Que é o que acontece, por exemplo, na indústria. (inaudível) o processo de mecanização, quando as indústria começa a substituir pessoas por máquinas e aí é uma substituição, eh:: é um fruto do capitalismo em que:: a gente não concorda, mas ela passa a acontecer e é a realidade. Então, você tem de preparar pessoas agora para manusear aquelas máquinas. Então, eu acho que isso chega no Jornalismo. As empresas, elas passaram a impor alguns critérios e aí quem não se encaixar naquele perfil não entra, então, eu acho que a universidade, ela tem dar ao estudante essa capacidade de que, se de repente, ele encontrar uma oportunidade de trabalho num perfil desse ele está (sic) preparado; aí fica a decisão dele de querer ou não, neh. E até eu acho que:: uma coisa importante é saber que o próprio mercado de trabalho, ele está passando por uma transformação, neh. As estruturas empresariais, elas estão deixando de aparecer, de

existir, então você antes tinha numa cidade/ numa capital seis jornais, hoje você tem um, então, são postos de trabalho que deixaram de existir.

**NOTA:** (vazia)

***P. Como será possível para os estudantes atender as 300 horas de estágio com o cenário atual do mercado de comunicação de Mossoró?***

**E2** – Pronto, aí é uma pergunta boa porque é outro desafio importante desse novo curso, neh. Para a nossa realidade local, a gente vai ver: nós temos campos de estágio suficientes para esses alunos? Então, o departamento/ eu acho assim que nós, enquanto professores, já iremos começar a discutir, procurar as empresas que ainda resistem, neh, e eu acho que um fator positivo é assim: o curso de Jornalismo, ele dá um leque de opções, então/ e a própria/ e as próprias Diretrizes ela (sic) tem um ponto que ela fala: não trabalhar com a ideia de que o jornalismo impresso é a base, porque isso mudou. Então, se eu for falar de campo de estágio vendo a realidade dos jornais impressos de Mossoró, eu me desespero, mas aí, se eu for olhar:: o espaço de rádios, o espaço de TVs, o espaço de assessorias de imprensa, de entidades que trabalham/ de ONGs que trabalham com assessoria de imprensa; os espaços dentro da própria Universidade, neh, que aí é importante você ter esses espaços/ na UERN você tem uma agência de comunicação que pode ser um caminho de estágio; você vai passar a ter agora, não como projeto, mas como uma unidade institucionalizada, a UERN TV, que deve servir como campo de estágio; então, eu acho assim, que é um desafio, mas eu acredito que a gente consegue resolver isso.

**NOTA:** (vazia)

***P. Existem atividades de pesquisa e extensão (e professores) suficientes para dar suporte às 300 horas de atividades complementares recomendadas?***

**E2** – Sim ((interjeição)), aí eu eu volto para aquela aquela resposta anterior: eu acho que no desenvolvimento do curso a gente vai ter um retrato mais fiel. (inaudível) Nosso corpo docente, quantos professores nós precisamos para atender as/ ensino, pesquisa e extensão e estágio, neh, no sei se, agora”/ nesse primeiro momento eu acho que nós conseguimos dar conta, agora, a partir do momento que nós tivermos duas turmas, três turmas, aí a gente vai ter de fazer uma avaliação.

***Intervenção – Na sua visão, qual o impacto dessas novas decisões na formação do egresso?***

**E2** – Eu acho positivo ((interferência)) eu vejo/ eu acho positivo, porque, por exemplo: você trabalhar com a ideia de que no curso de Comunicação Social você não tem o estágio obrigatório, você trabalha com a possibilidade de um aluno que vai passar quatro anos na universidade sem nunca ter tido um contato com o campo profissional. E quando ele vai ter esse primeiro contato, era muito comum alguns relatos, dizer assim: olha, eu cheguei e:: não vi nada daquilo na universidade, quando não era 100% verdadeiro, mas o que é que ele queria dizer, o aluno? É porque eu aprendi coisas que eu nunca:: vi durante os quatro anos da universidade. Que coisas eram essas? Coisas práticas”, neh. Por que? Porque eu vi algumas vezes em sala de aula, mas como teoria, que é diferente eu, enquanto professor dizer: olha, a edição de um jornal/ de uma página de um jornal impresso é assim, assim, assado e quando eu vou para a redação de um jornal o clima é diferente. Eu trabalho com a pressa, eu trabalho com o tempo, então, a possibilidade de tornar o estágio obrigatório, eu acho que é muito importante para você deixar esse aluno mais qualificado a partir do momento que ele tira o pé da

universidade. Eu acho que ele vai estar mais qualificado, já vai estar, eh:: por dentro do que acontece, eh:: dentro da/ de uma empresa, de uma rádio, de uma TV, neh; e:: sobre a questão da Comunicação e do Jornalismo, eu também defendo a a proposta de de focar no Jornalismo. Eu acho que o Jornalismo já é um campo muito maduro, neh, e que já merece esse estudo especializado, neh. É claro, vai perder uma parte? Eu acho que, que não. Eu acho que o que se perde, eh:: do curso anterior que a gente trabalhava muito com a comunicação, se ganha com o que a gente vai ver dentro do Jornalismo. Eu acho assim, é como se fosse um recado dizendo: olhe, você está sendo formado em Jornalismo, você é um jornalista, você não é mais um comunicólogo' com habilitação em Jornalismo, neh.

**NOTA:** (vazia)

***P. O novo currículo atende as novas demandas do mercado de trabalho no sentido de aproximar o estudante dos novos temas, tecnologia e realidade comercial?***

**E2** – Eu acho que sim. Na UERN a gente teve uma discussão muito boa, assim, o corpo docente, e acredito que nós conseguimos elaborar um projeto pedagógico antenado com as Diretrizes e que acho que vai, eh::, promover uma uma mudança positiva para o o:: o mercado' do Jornalismo, neh. Acho que/ que a gente consegue:: atender isso:: no no:: currículo que é proposto. ((Interferência, questionando se queria acrescentar algo mais em relação as mudanças realizadas na Matriz)) Por exemplo: o fato do webjornalismo, por exemplo, na grade curricular do curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo, eh::: nós tínhamos uma disciplina chamada de Jornalismo na Internet que era optativa. Então se o aluno não, não:: atentasse para pagar ela como optativa ele passaria quatro anos e:: teria pouquíssimo contato com esse mundo do webjornalismo. Então, nesse cenário de convergência tecnológica, então:: a gente passa a contar com disciplinas mais voltadas ao campo da convergência, ao campo do empreendedorismo no Jornalismo, neh, ao campo do webjornalismo como um todo. Então, acho que isso dá um diferencial. É porque hoje a tem os jornais impressos, eh:: perdendo muito espaço e o webjornalismo ganhando muito espaço. Então, do que adianta eu formar um aluno, sem prepara-lo para esse novo momento? E aí é o que está abrindo mais possibilidades pra ele.

**NOTA:** (vazia)

***P. Que esforço este currículo faz para formar o aprendente na perspectiva da emancipação?***

**E2** – Eu acho que assim: o curso de Comunicação Social, ele promovia essa emancipação'' do estudante, agora uma emancipação' eh::: da da da parte mais teórica e crítica, neh. Você tinha um aluno saindo do curso, eh, com uma visão de mundo diferente de quando ele entrou, com a capacidade de questionar os processos jornalísticos, neh, mas, quando ele saía, ficava muito refém, de que? Do mercado de trabalho. Então, muitas vezes isso causava até um pouco, uma neurose, digamos em alguns alunos. Eu passo quatro anos demonizando o campo da mídia e quando eu saio do curso é aquele campo que eu vou ter de entrar, neh. Então, isso provocava uma confusão na cabeça. Isso era ruim? Eu acho que:: em certo ponto sim, não a parte da formação crítica, mas, assim, você não mostrar esse outro lado; e agora, com esse novo perfil do curso de Jornalismo, eu acredito que quando' nas Diretrizes elas falam que o curso deve dar ao aluno essa capacidade de pensar de forma empreendedora, eu acho que é quando ele completa o quebra-cabeça. Eu vou dar tanto essa emancipação teórico-

crítica, mas eu vou lhe mostrar como, quando você terminar o curso, você pode se emancipar, que aí entra a figura do empreendedorismo, mostrando o quê? Que antes, as universidades formavam os estudantes para serem mão-de-obra nas empresas e hoje o desafio é o que? Formar estudantes que possam atuar em empresas, mas que possam eles mesmos, eh, apontarem iniciativas interessantes para o campo do Jornalismo, que é o que a gente tem: pequenos grupos de jornalistas montando agências de reportagens, eh, agências de notícias, produtoras audiovisuais, blogs, neh; então, eh, só que pra isso você precisa dar uma visão que dentro da academia era uma visão muito rechaçada, que é o que? É a visão empreendedora. Que, quando eu falo em empreendedorismo, eu tô:: dizendo: como esse aluno pode trabalhar com Jornalismo e se sustentar disso, que era como se a gente tivesse uma discussão muito purista, neh: o Jornalismo é muito bom, não deve se envolver com dinheiro, por que? Porque eu tinha as empresas que tinham o setor comercial. Então, o jornalista (inaudível) ah, eu não mexo com dinheiro, eu trabalho e a empresa me paga, e agora não tem mais essa empresa pra pagar. Então, eu tenho de botar a mão na massa, neh. Tem até alguns, eh, pesquisadores, eh:: espanhóis, que eu vi um estudo que eles fizeram sobre empreendedorismo:: na academia, na faculdade de Jornalismo, e aí eles falam isso: por muito tempo a gente se negou a aprender a lidar com dinheiro e agora a gente vai ter que se desfazer dessa base, porque o jornalista tem de saber como 'tornar' o Jornalismo' viável financeiramente, desde que/ e lembrando que isso não quer dizer que ele vá ter de fazer um Jornalismo corrompido! Porque, sempre que a gente fala de dinheiro é como se a gente tivesse se corrompendo. Não! O Jornalismo, ele tem de ser um meio de subsistência do jornalista, neh. Se um médico trabalha/ ganha dinheiro atuando na Medicina, eu tenho de aprender a ganhar dinheiro trabalhando com Jornalismo. E aí, como é que vai fazer/ se vai isso /.../ aí eu acho que é a discussão que a gente tem de ter na Universidade: qual o cenário? Como é que o Jornalismo consegue atrair audiência hoje? É a audiência que gera o lucro no Jornalismo, ainda? Ou não? Então:: eu acho que o perfil do novo curso, ele compete esse quebra-cabeças; ele dá essa capacidade crítica, mas ele dá essa capacidade inventiva e inovadora ao profissional

***Intervenção – faltou dizer alguma coisa, depois de toda essa conversa?***

**E2 – R** Eu acho que o primeiro ponto importante é mostrar que o Jornalismo é e continuará sendo necessário, neh; então eu acho que é fundamental passar isso para os alunos, neh. Não por/ por apenas uma demagogia, não! Mas porque, se a gente for analisar historicamente, mesmo depois de todas as crises pelas quais o jornalismo passou, ele continua, até hoje, sendo necessário, neh. É ele quem informa a sociedade da maneira que deveria ser a mais correta e, aí, a gente tem “n” discussões sobre o que seria essa essa exatidão' essa coisa correta, neh; mas é no Jornalismo que as pessoas confiam. Se eu vejo uma notícia num grupo de *whatsApp*, num grupo de *Facebook*, eu vou procurar um meio jornalístico pra saber se aquilo é verdade, se aquilo procede, então o Jornalismo, ele é e continuará sendo necessário e eu acho que o desafio, no geral, do curso é mostrar aos estudantes que é possível viver de Jornalismo. O Jornalismo, ele é uma bandeira defendida muitas vezes como uma coisa utópica, o Jornalismo correto, e tal, mas a gente tem de dizer aos nossos alunos como você vai conseguir sobreviver de Jornalismo, porque se não, não adianta. Vou tá formando um aluno que quando terminar ele vai trabalhar numa farmácia? Ou ele vai trabalhar numa loja do comércio? Assim:: nada contra, mas assim: se o aluno entra no curso de Jornalismo, 90% deles é porque têm uma expectativa de atuar profissionalmente naquele campo. Eu acho que nós temos de buscar/ e aí preci/ eu acho que a gente precisa/ a Universidade se aproximar mais das empresas de Jornalismo, porque, eu vejo que as empresas, elas ficaram perdidas, nesse momento de transformação do

Jornalismo, e eu acho que a Universidade precisa, é claro, se as empresas quiserem, mas precisa ter essa conversa para se apostar em novas formas de fazer Jornalismo. Não analisando somente a realidade que está mais próxima, a nossa realidade local, não! O que se tem de analisar é o que se está fazendo no Jornalismo mundial e saber se isso pode ser aplicado na nossa realidade local. Porque:: mesmo com toda crise, há:: pesquisas recentes que mostram que há um, um/ até tem uma pesquisa que usou este termo, he, um “deserto de notícias”. Então, muitas cidades no Brasil/ parte do Brasil que está órfã de notícias de qualidade, por que? Porque uma cidade quem passa a informação é um blog, é um blog de uma pessoa que não tem a formação/ não tem a qualificação pra isso. Então, há um nicho a ser explorado, o desafio é saber como nós vamos explorar esses nichos.

**NOTA:** (vazia)

## APÊNDICE 3



Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG  
Programa de Pós-graduação em Educação - POSEDUC

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Mestrando: José de Paiva Rebouças

Orientadora: Prof. Dra. Francisca de Fátima Araújo Oliveira

### ENTREVISTA 3

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual e não da instituição a que pertencem. Trata-se de um documento anónimo, não havendo a identificação dos envolvidos em nenhuma das folhas. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, temos a possibilidade de refazer, acrescentar ou suprimir alguns dos questionamentos aqui descritos.

Abaixo, segue a transcrição da entrevista gravada que será encaminhada ao entrevistado para nova colaboração, sendo permitida a correção e ajuste de dados, mas nunca supressão ou exclusão de qualquer parte do texto que comprometa a compreensão das respostas, mesmo que sejam as repetições, possível erro gramatical ou vícios de linguagem. As perguntas serão identificadas pela letra “P” (pesquisador) e as respostas pela abreviatura E3 (Entrevistado 3). A palavra “*Intervenção*” aparecerá toda vez que o entrevistador precisar interferir com nova pergunta ou outra questão relevante para o entendimento do assunto abordado. Ao final de cada resposta, a indicação “NOTA” permite que o entrevistado acrescente ou esclareça pontos que, em seu entendimento, possa ter ficado dúbio, confuso ou incorreto durante o momento da gravação.

*P. Quais os principais desafios na implantação da nova matriz curricular de Jornalismo?*

E3 – Eu acho que inicialmente é pra::/ é a questão da:: infraestrutura do curso, neh; e como você viu essa mudança é muito voltada pra webjornalismo, jornalismo on-line e a grande realidade é que, eh, nós carecemos muito de infraestrutura ainda no curso, além de professores também, eh, que tenham esse perfil, num é, porque nó/ nossa formação é muito ainda ligada ao impresso, neh; e essas mudanças’, essa transição do analógico pro digital requer também habilidade do professor para lidar com essas essas novas modalidades, neh, do jornalismo. Então da/ assim, o que eu vejo com mais preocupação é a infraestrutura, ainda, no curso: a falta de laboratórios, eh, a falta de computadores e:: principalmente também de professores com esse perfil.

**NOTA:** (vazia)

***P. A carência de professores e técnicos, citada no PPC, foi solucionada para pôr em prática a nova Matriz Curricular? Em relação aos equipamentos necessários para a manutenção do curso, foi solucionado? ((Devido à objetivação da primeira resposta, juntamos as duas perguntas)).***

**E3** – Existe todo um esforço, no caso da administração, tanto em nível de Departamento, quanto em nível de administração central, Reitoria, eh:: mas como você tá difícil, neh, o governo estadual, eh:: tem, assim, eh, dificultado muito o nosso trabalho, na UERN, mas há sim, há um/ há um envolvimento muito grande, eu soube que agora, depois da greve ((movimento paredista realizado de dezembro de 2017 a março de 2018)) chegaram computadores, chegaram, he:: projetores e tudo mais... é um trabalho que vem sendo feito há muito tempo, mas que ainda não conseguimos, vamos dizer, eh::: o ideal, neh; assim, nós trabalharmos nas condições propícia para formar esse aluno, esse egresso.

***Intervenção – Que tipo de impacto essas deficiências teriam na formação do egresso?***

**E3** – Dificulta, não que não consiga, porque você/ como você sabe, eh, nós formamos bons quadros, neh, eh::: pessoas no mercado, mas::: a gente sente e, assim, a gente sente a reclamação dos alunos, ou ou eles tiram do próprio bolso e investem e investem, neh, em em/ ou em/ ou o professor também com o f/ no meu caso, neh, eu tive dois projetos aprovados com financiamento externo, CNPq, projeto Ciências Humanas e (incompreensível) e com esse dinheiro eu comprei foto/ comprei máquina fotográfica pra o departamento, comprei projetor, notebook, também depende muito do/ eu vejo, eh::: depende muito do professor, não é? Porque, se a gente for esperar por recursos do governo do estado, a gente não vai andar, a gente não vai avançar, neh; então a gen/ eh, e a administração também, ela incentiva muito isso, você procurar projetos, eh eh, financiamento externo, neh, esses órgãos de fomento como o CNPq, Capes.

**NOTA:** (vazia)

***P. Como você compreende o inciso V do artigo 16 das novas DCNs que trata do sistema de avaliação institucional dos cursos e que preconiza “o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados”. (PARECER CNE/CES N°: 39/2013, p. 14). Acredita ser possível atender a esta orientação conforme descrito?***

**E3** – Eu, assim, como eu falei, tá difícil a gente atender a isso. Neh, você/ não temos hemeroteca, a biblioteca é extremamente defasada o acervo que os alunos até nem gostam de frequentar a biblioteca porque passou um tempão com o ar-condicionado quebrado e tudo. Eh::: acho difícil, como eu falei, é um desafio grande, mas, assim, no atual contexto, eu acho difícil a gente atender a isso, infelizmente.

**NOTA:** (vazia)

***P. É possível, com o novo currículo, manter equilíbrio entre teoria e prática?***

**E3** – Sim. A ideia é essa, porque, quando nós fizemos/ quando nós entramos na UERN /.../ nós pegamos um “Frankenstein”, neh. O projeto era Ctrl/Ctrlv e estágio do início ao fim. E por que isso? Eu digo/ eu sempre conversando com Ricardo Silveira, atual chefe do Departamento, eu digo que a UERN, ela, a cultura dela é licenciatura, + curso de

licenciatura, e bacharelado não é muito a praia da UERN, neh, eu vejo assim. Mudou esse cenário? Mudou. Mas, aí você abre um curso com as três habilitações, já, como nós/ como foi: Comunicação Social: Jornalismo, Radialismo, que antes era Radialismo, e Publicidade e Propaganda. A UFRN demorou mais de 40 anos para abrir uma outra habilitação, era Jornalismo. Então, nós sofremos muito. E, assim, como eu falei, eu eu, como eu falei, eu acho difícil a a curto prazo nós atendermos a essa essa demanda e e:: também, eu digo a você que o aluno reclama muito, neh; ele reclama a falta dessa infraestrutura. E, com certeza, isso reflete sim na sua formação.

**NOTA:** (vazia)

***P. Como será possível para os estudantes atender as 300 horas de estágio com o cenário atual do mercado de comunicação de Mossoró? ((Devido à sequência das respostas, alteramos a ordem dessa pergunta)).***

**E3** – Também é outra preocupação. O que é que eu vejo? Eh, essas Diretrizes muitas ve/ elas não pensam o individual, não pensam a Universidade, ela tá muito, eu acho é/ quem preparou, os especialistas que fizeram isso? O pessoal lá do Sul e Sudeste que não vê a realidade, tipo, a realidade do Nordeste, ou do interior do Nordeste, no caso como Mossoró. Então, eles não veem essa realidade, eles fazem mais no geral', no abrangente'; então, nós é que temos/ vamos ter/ vamos dizer, eh, que ralar pra atender isso, neh, que eu acho complicado porque ele não vê/ eles/ as especificidades de cada curso, de cada região, de cada cidade, certo? E, assim, eu vejo com muita preocupação. E quando nós começamos que nem/ hoje nós já temos alunos/ profissionais que já foram graduados lá na UERN ((rápido)), mas quando nós começamos, ninguém podia nem mandar para estágio porque não tinha quem supervisionasse, certo? E, também é assim, lá::' o que, porque os impressos/ os jornais fecharam, só tem um, neh. Aí tem o que? A TV Mossoró e a TCM pra receber esse pessoal, neh; pra quem não pretende sair de Mossoró. Eu acho muito complicado o cenário, sinceramente.

**NOTA:** (vazia)

***P. Existem atividades de pesquisa e extensão (e professores) suficientes para dar suporte às 300 horas de atividades complementares recomendadas? ((Devido à sequência das respostas, alteramos a ordem dessa pergunta)).***

**E3** – Não, não, não. Não tem, porque é o seguinte: com essa divisão, por curso, então, há uma defasagem muito grande, neh; eu vejo assim, em termos de professores, em termos de corpo docente. Não tem/ eu acho assim, é complicado porque nós temos que fazer pesquisa, nós temos que fazer extensão, nós temos que ministrar aula na pós-graduação, num é? Na graduação, é:: complicado”.

**NOTA:** (vazia)

***P. O novo currículo atende as novas demandas do mercado de trabalho no sentido de aproximar o estudante dos novos temas, tecnologia e realidade comercial? ((Devido à sequência das respostas, alteramos a ordem dessa pergunta)).***

**E3** – Atende, nesse sentido, atende. No papel atende ((riso)), eu não sei assim, na, como é, quando, tipo, tiver isso, eh:: em vigor, não é? Mas, assim, no papel atende e o nosso desafio vai ser esse, neh, tirar do papel e praticar. Eu acho que o nosso grande desafio é esse.

**NOTA:** (vazia)

**P. A necessidade do mercado em relação a um profissional polivalente pode influenciar em sua formação, tendo maior exigência em disciplinas práticas ou atividades desta natureza?**

**E3** – Sim, sim. O que é que eu vejo, o que é que eu observo lá na UERN: eh, devido a essa carência de equipamentos, de laboratórios, eh, nós, eh/ há uma ênfase muito grande na teoria, neh. Você pode observar que em termos de modalidade de TCC a grande maioria dos jornalistas ele vai para monografia, neh. Assim, a visão de uma pós-graduação, futuramente e tudo, mas, eh, eu tenho observado, eu não fiz essa pesquisa ainda, mas eu tenho vontade de fazer, eh:: o porquê de eles não procurarem tanto o projeto experimental – estou falando, do pessoal de Jornalismo” –, procura mais a monografia. Será que não é um indício dessa falta de equipamentos, de estrutura, de laboratórios?

**Intervenção – Considerando essas mudanças, sobretudo no que diz respeito aos estágios e atividades complementares, em seu entendimento, qual será o impacto na formação dos egressos?**

**E3** – Olha, é assim, essa coisa do estágio, desde que eu fazia minha graduação que eu vejo com bastante preocupação. Por que o que está acontecendo, neh, eh:: isso aí lá em Mossoró. Eu não supervisionei estágio/ não fui supervisora de estágio na UERN, fui na UNP, o que é que acontece? Eh:: com essa obrigatoriedade’ as em/ muitas empresas, estou falando/ aí que cabe o papel do supervisor. Muitas empresas estão demitindo o profissional e coletando estagiário, certo? E também/ eu vejo também que muitos alunos, não estou generalizando, mas muitos alunos, eh, antes, quando não era essa/ o estágio não era obrigatório, não era, tipo, essa quantidade de horas não era obrigatório, os alunos iam pela experiência, sem receber nada de remuneração, que eu achava isso um absurdo! É, por que quer queira, quer não, é uma mão de obra barata, uma mão de obra de graça. Então, eu vejo também com muita preo/ oh, eu sei que é uma recomendação’: e tudo, mas eu vejo com muita preocupação isso, neh; e, assim/ e também /.../ uma coisa que a gente observa muito é a questão de desvio de função. Tipo, o prof/ o aluno, eh, um exemplo, pra ser, eh, pra ra/ vai pra redação e não fica na redação, fica em uma outra função. A gente observa muito isso; é muito preocupante, isso. Aí, daí que eu vejo a necessidade de supervisor realmente atuar, eh, com bastante, eh, digo, autoridade, no caso. Mas também eu vejo o aluno muito submisso a isso, neh; o aluno, às vezes, muito conivente com a empresa, por medo, não sei, entendeu? Por necessidade, também, não é?

**NOTA:** (vazia)

**P. Que esforço este currículo faz para formar o aprendente na perspectiva da emancipação?**

**E3** – Sim, sim, eu considero, neh; por que? Eles têm essa pare mais/ porque eu digo que/ eu sempre disse que Jornalismo’, ele tá alçado num tripé, de acordo com Manuel Carlos Chaparro também: ética, estética e técnica, neh. E eu acho que esse entrelaçamento, nesse::/ nós conseguimos contemplar, certo? Eh::: mas eu vejo, como eu disse a você, eu vejo com muita preocupação, eh:: porque não há” mercado” para esse aluno, a verdade é essa’; em Mossoró não há’, infelizmente, neh. Se ele quiser, realmente seguir a profissão é/ eu acho, eh, o mercado é muito limitado’, eu acho – em Mossoró, eu tou falando ((riso)), infelizmente. É minha opinião, neh. /.../ Eu não sei se estou respondendo, mas assim, eh, obviamente que nós temos/ nós temos também

opinião, neh, baseada na nossa experiência também; e a gente vê/ a gente vê, eh eh, alunos, eh/ por mais que nós façamos, eh, mas o que a gente vê? Alunos desempregados, alunos que passam para a pós-graduação porque não vê, não vê, tipo, futuro”, neh, na profissão, certo; agora, obviamente eu tent/ eh/ a academia também é um mercado, mas muitos não veem assim, neh, e eu vejo com preocupação, tipo, eu tenho uma sobrinha que terminou e está desempregada! E não sabe assim/ tia eu não tenho o que fazer, entendeu?

***Intervenção – Considerando tudo o que foi dito aqui, quais são suas expectativas em relação a essa nova Matriz?***

**E3** – Não, eu tenho assim, eu sou otimista, eu tenho esperança, mas é::: é difícil; no caso, assim, é difícil, essa é::: implantar/ essa implantação, sabe, com a falta de recursos, com a falta de professores, também; eu acho complicado, assim, eu confio, eu acredito que dias melhores virão, mas eu acho complicado.

**NOTA:** (vazia)